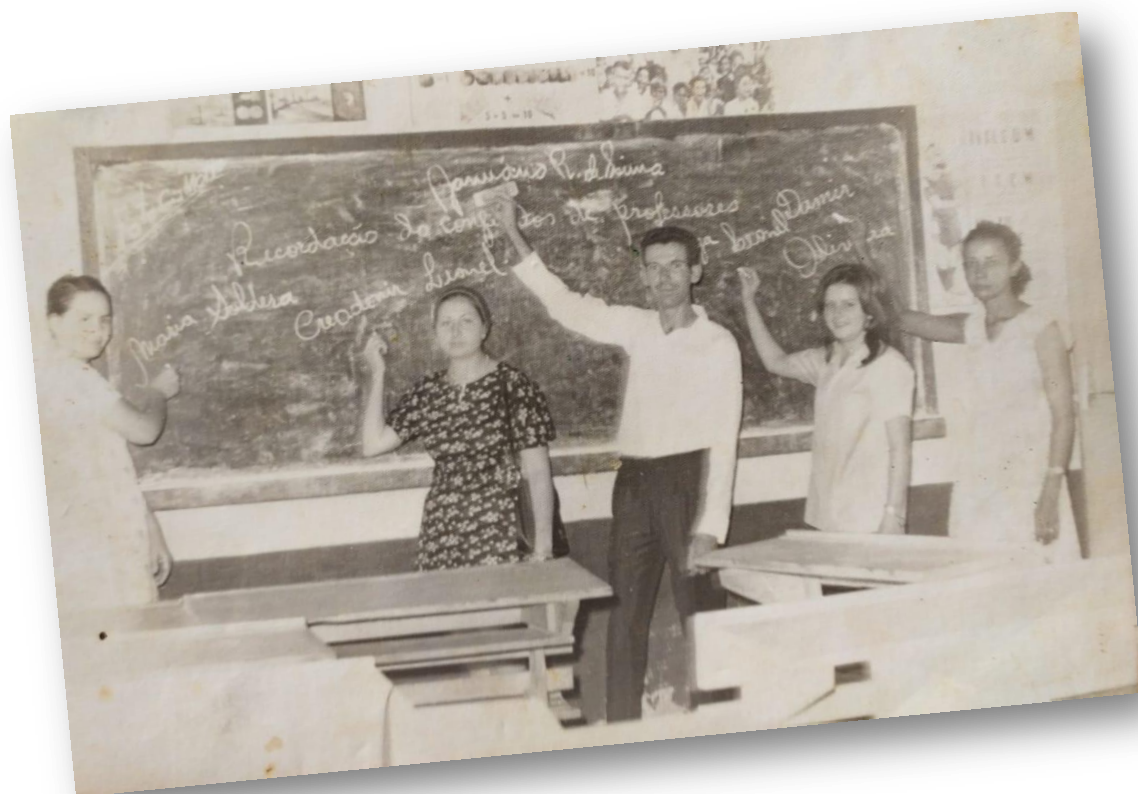




**UEMS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO
SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIA ÂNGELA PEREIRA PEDROSO

**VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA ESCOLA REUNIDA
TAMANDARÉ/MPARANAÍBA/MS: ORIGEM E INSERÇÃO SOCIAL NA
ROTINADOS MORADORES DO DISTRITO TAMANDARÉ (1969-1982)**



**PARANAÍBA – MS
2024**

MARIA ÂNGELA PEREIRA PEDROSO

**VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA ESCOLA REUNIDA TAMANDARÉ EM
PARANAÍBA/MS: ORIGEM E INSERÇÃO SOCIAL NA ROTINA DOS
MORADORES DO DISTRITO TAMANDARÉ (1969-1982)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa História, Sociedade e Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

**PARANAÍBA – MS
2024**

P415v Pedroso, Maria Ângela Pereira

Vivências e memórias da escola Reunida Tamandaré em Paranaíba/MS: origem e inserção social na rotina dos moradores do Distrito Tamandaré (1969-1982) / Maria Ângela Pereira Pedroso. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2024.

164f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

1. História da Educação Rural 2. Memória 3. Cultura Escolar. I. Paes, Ademilson Batista. II. Título

CDD 23. ed. - 370.98171

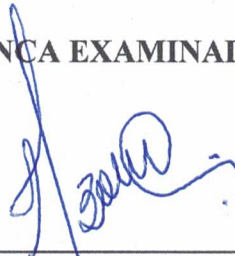
MARIA ÂNGELA PEREIRA PEDROSO

**VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA ESCOLA REUNIDA TAMANDARÉ EM
PARANAÍBA/MS: ORIGEM E INSERÇÃO SOCIAL NA ROTINA DOS
MORADORES DO DISTRITO TAMANDARÉ (1969-1982)**

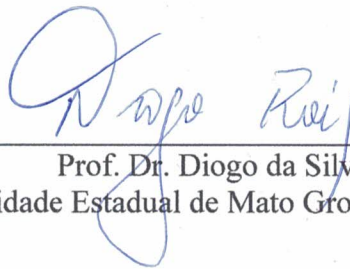
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovado em 29/02/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ademilson Batista Paes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Orientador



Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Participação por videoconferência

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)



... Das muitas coisas do meu tempo de criança guardo vivo na lembrança o aconchego do meu lar. No fim da tarde, quando tudo se aquietava, a família se juntava lá no alpendre a conversar. Meus pais não tinham nem escola e nem dinheiro, todo dia o ano inteiro trabalhavam sem parar. Faltava tudo, mas a gente nem ligava, o importante não faltava: seu sorriso, seu olhar. (Pe. Zezinho/20)

À memória de minha mãezinha querida, Maria Aparecida Pereira Pedroso (*in memoriam*, abril/ 2013) e de minha irmã Marizete Pereira Pedroso (*in memoriam*, agosto/2021), mulheres que fizeram parte de minha história de vida, cujo legado estará comigo para todo sempre. Seus incentivos fizeram de mim a mulher que sou hoje... Amor sem medidas, saudade eterna!

AGRADECIMENTOS

Ato de reconhecimento da importância do *outro*. Sem o *outro*, a caminhada teria sido mais difícil.

É com o coração transbordando de alegria que agradeço a todos (as) que compartilharam esta jornada lado a lado comigo. Gratidão pela torcida, pelas angústias compartilhadas, pelo acolhimento durante as visitas, pelos cafés e pelas boas risadas nas rodas de conversas, rememorando um tempo que se foi, mas que se fez tão presente na memória dos participantes. Entre essas pessoas estão:

Senhor Januário e sua esposa, Dona Maria, Senhor Joãozinho e sua esposa dona Cida, nossa querida “Nenê” (Maria Auxiliadora); a Dona Damir, Suelene, Abadia, e a querida amiga Elaine, que viajou nas memórias e compartilhou tantas informações; a saudosa Dona Maria, que tanto contribuiu para a pesquisa, porém veio a falecer antes da conclusão dos trabalhos.

Agradeço por ter Deus no caminho e por Deus ser o caminho!

A meu paizinho querido, Jerônimo José Pedroso, pela minha formação e por acreditar em minhas conquistas.

A meus filhos, Mônica e Eduardo, por serem o meu motivo de estar sempre em busca do conhecimento.

A meu esposo, Marcelo Marques, por fazer parte desta caminhada, nas pesquisas de campo, e pela paciência em minha ausência, enquanto eu estava dedicada a momentos de estudos, sempre com uma palavra de incentivo nos momentos turbulentos da pesquisa.

As minhas irmãs, Mary Dalva e Mariuza, por sempre me apoiar e incentivar; juntas vivemos as maiores emoções de nossas vidas.

A meu orientador, Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, profissional pelo qual tenho muito apreço e gratidão pela confiança.

Aos Professores Doutores: Diogo da Silva Roiz, Estela Natalina Mantovani Bertoletti, Fernando Guimarães Oliveira da Silva, Reginaldo Peixoto e Tânia Regina Zimmermann, pelas aprendizagens e contribuição com a pesquisa.

À Banca formada pelos professores Doutores Ademilson Batista Paes (UEMS), Alessandra Cristina Furtado (UFGD) e Diogo da Silva Roiz (UEMS), meus sinceros agradecimentos.

A minha amiga Kleide Ferreira de Jesus e colegas da SEMED que sempre estiveram comigo em minha jornada acadêmica, permeando-a de momentos de felicidade, alguns de angústia e desespero, mas sempre com a certeza de vencer mais uma etapa acadêmica.

Aos professores e gestores lotados nas escolas do campo no município de Paranaíba, os quais deixam o conforto de seus lares e suas famílias diariamente nas madrugadas, faça chuva, sol ou frio, percorrem rodovias perigosas e longas estradas de chão, a vocês meu respeito e gratidão.

Enfim, a todos que participaram direta e indiretamente da elaboração desta pesquisa.

Não serei o poeta de um mundo caduco, também não cantarei o mundo futuro. O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade

O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra.

Roger Chartier

PEDROSO, Maria Ângela Pereira. *Vivências e memórias da Escola Reunida Tamandaré em Paranaíba/MS: origem e inserção social na rotina dos moradores do Distrito Tamandaré (1969-1982)*. 2024. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o cenário do ensino rural primário no Sul do antigo Mato Grosso (MT), que passou a Mato Grosso do Sul (MS), e suas contribuições para o ensino rural primário no município de Paranaíba (MS), privilegiando a compreensão das representações da cultura escolar e memória da Escola Reunida Tamandaré, situada no distrito Tamandaré, localizada a 90 km da área urbana do município de Paranaíba/MS. A delimitação do período em estudo se constitui entre 1969 a 1982; isso se justifica pela implantação da escola e a permanência do professor Januário Ricardo de Lima nesta instituição de ensino, da qual foi um dos primeiros professores. A temática aborda aspectos da História e Historiografia da Educação Rural, apresentando os dados documentais de como a educação rural no Estado de Mato Grosso (MT) e, depois, durante a transição para o Mato Grosso do Sul (MS), tem se organizado ao longo do período que se pretende investigar. Essa pesquisa busca respostas para as seguintes questões: qual a importância e contribuição da criação e da instalação da Escola Reunida Tamandaré para a comunidade local? Quem foram os primeiros professores e alunos dessa escola? Qual era a formação dos primeiros professores? Quais as representações de cultura escolar presentes nas memórias do ex-professor, ex-professora, ex-alunos e antigos moradores no período de 1969 a 1982? Buscando responder à indagação e alcançar os objetivos propostos, a pesquisa teve abordagem teórica fundamentada na História Cultural, valendo-se da história oral como metodologia para produção de dados, juntamente com a análise de fontes documentais provenientes de leis, decretos e resoluções que dispõem sobre organização do estado e o funcionamento das escolas rurais no município de Paranaíba/MS. Tais fontes foram encontradas no arquivo da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, na Prefeitura Municipal de Paranaíba, na base de dados do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira/GEPHEB/UEMS, nos documentos preservados pela escola em questão, nos acervos pessoais de ex-professores, ex-alunos e em entrevistas com antigos moradores do distrito, os quais reviveram suas memórias e contribuíram, assim, com a cultura local e regional. Na perspectiva da história oral, foram realizadas entrevistas com o professor Januário Ricardo de Lima, com ex-alunos e com uma ex-professora, os quais vivenciaram experiências de um período histórico; alguns atualmente ainda residem no Distrito Tamandaré. Isso torna suas falas em relatos de memórias que contribuem, antes de tudo, para o diálogo do presente com o passado. Assim, o almejado foi, a partir dos benefícios da história do tempo presente, cooperar com os estudos historiográficos sobre instituições educativas rurais, corroborando a importância da experiência histórica dos sujeitos que vivem em zonas rurais, do corpo docente e dos gestores públicos na construção de uma proposta de ação educativa comprometida com uma educação de qualidade.

Palavras-chave: História da Educação Rural. Memória. Cultura Escolar.

PEDROSO, Maria Ângela Pereira. *Vivências e memórias da Escola Reunida Tamandaré em Paranaíba/MS: origem e inserção social na rotina dos moradores do Distrito Tamandaré (1969-1982)*. 2024. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2024.

ABSTRACT

This research aims to analyze the scenario of the primary rural education in the South of the former state of Mato Grosso (MT), which transitioned to Mato Grosso do Sul (MS), and its contributions to the primary rural education in the municipality of Paranaíba (MS), focusing on understanding the representations of school culture and memory of the Escola Reunida Tamandaré, an institution located in the Tamandaré district, 90 km away from the urban area of the municipality of Paranaíba/MS. The delimitation of the period under study is between 1969 and 1982; this is justified by the establishment of the school and the permanence of professor Januário Ricardo de Lima in it; he was one of the first teachers. This theme addresses aspects of the History and Historiography of Rural Education, presenting documentary data on how rural education in the State of Mato Grosso (MT) and during the transition to Mato Grosso do Sul (MS) has been organized in the period which we intend to investigate. This research seeks answers to the following questions: what is the importance and contribution of the creation and installation of Escola Reunida Tamandaré to the local community? Who were the first teachers and students at this school? What was the training of the first teachers? What are the representations of school culture present in the memories of former teachers, former students and former residents from 1969 to 1982? Seeking to answer these questions and achieve the proposed objectives, the research had a theoretical approach based on Cultural History, using oral history as a methodology for data production together with the analysis of documentary sources originating from laws, decrees and resolutions that provide the organization of the state and the functioning of rural schools in the municipality of Paranaíba/MS. These sources were found in the archive of the Municipal Department of Education, at the Paranaíba City Hall, in addition to documents preserved by the school in question, in the personal collections of former teachers, former students and through interviews with former residents of the district, reviving their memories and thus contributing to local and regional culture. From the perspective of oral history, interviews were carried out with professor Januário Ricardo de Lima, with former students and with another former teacher. They relived experiences from a historical period; some of these people currently still reside in the Tamandaré district. This means their speeches are reports of memories with which they contribute, above all, to the dialogue between the present and the past. Thus, the aim was, based on the benefits of present-day history, to cooperate with historiographical studies on rural educational institutions, corroborating the importance of the historical experience of subjects living in rural areas, of the teaching staff and of public managers in the construction of a proposal for educational action committed to quality education.

Keywords: History of Rural Education. Memory. School Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Av. Cel. Gustavo Rodrigues da Silva (1974).....	56
Figura 2 – Lei Estadual Nº 79, de 13/07/1894.....	57
Figura 3 – Monografia Municipal IBGE/1982.....	58
Figura 4 – Notas Históricas IBGE/1982.....	58
Figura 5 – Mapa das estradas estaduais segundo IBGE/1982.....	59
Figura 6 – Recenseamento IBGE/ 1980.....	59
Figura 7 – Censo Demográfico IBGE/ 1980.....	60
Figura 8 – Mercado Municipal/1978.....	61
Figura 9 – Churrasco Popular/1989.....	61
Figura 10 – Lei Nº 306 de 08 de setembro de 1971.....	63
Figura 11– Lei Nº 328 de 19 de abril de 1972.....	66
Figura 12 – Quadro Curricular de Estudo de 1º grau para as escolas rurais – 1973.....	67
Figura 13 – Quadro Curricular de Estudo de 1º grau para as escolas rurais – 1981.....	67
Figura 14 – Quadro Curricular de Estudo de 1º grau para as escolas rurais – 1982.....	68
Figura 15 – Calendário Escolar/1982.....	69
Figura 16 – Deliberação CEE Nº 100, 10/12/1980.....	70
Figura 17 – Relação nominal dos professores leigos pagos em 1970.....	70
Figura 18 – Relação nominal dos professores pagos com recursos do FUNDEB – 1970.....	71
Figura 19 – Professor Januário Ricardo de Lima/1969.....	74
Figura 20 – Certidão de casamento de Januário e Maria/1965.....	75
Figura 21 – Certificado de curso técnico de Januário Ricardo de Lima.....	76
Figura 22 – Título de “Professor Honorário da Escola Politécnica dos Cursos Autodidáticos”.....	77
Figura 23 – Reunião de pais na escola do Rural Mista Tamandaré/1969.....	78

Figura 24 – Alunos e professores da Escola Reunida Tamandaré – 1971.....	79
Figura 25 – Formatura da turma do 4º ano de 1974.....	81
Figura 26 – Planta administrativa do Distrito Tamandaré.....	87
Figura 27 – Casebre de madeira.....	88
Figura 28 – Localização geográfica do Distrito Tamandaré – Google Earth Pro.....	90
Figura 29 – Saída de Paranaíba BR MS-240.....	90
Figura 30 – Trevo BR MS-240 & MS-310.....	91
Figura 31– Prédio da escola rural mista João Margiano.....	91
Figura 32 – Entrada Distrito Alto Santana.....	92
Figura 33 – Escola Municipal de 1º Grau “Jerônimo Rodrigues dos Freitas”	92
Figura 34 – Escola Rural Mista “Bebedouro”.....	93
Figura 35 – Ponte sobre o rio Santana MS-310.....	93
Figura 36 – “Bar do Toizinho” – Região Velhacaria.....	94
Figura 37– BR MS – 310/ Região Tamandaré.....	94
Figura 38 – Acesso ao Distrito Tamandaré.....	95
Figura 39 – Rua Quinze de Novembro.....	96
Figura 40 – Residência atual de Januário Ricardo de Lima.....	97
Figura 41 – Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira.....	97
Figura 42 – Prédio da Escola Rural Mista Tamandaré – 2023.....	98
Figura 43 – Residência do Professor responsável pela escola/1971.....	98
Figura 44 – Povoamento do Distrito Tamandaré.....	99
Figura 45 – Edificações do Distrito Tamandaré.....	99
Figura 46 – Capela Nossa Senhora Aparecida, construída no ano de 1982.....	100
Figura 47– Morador do distrito.....	100
Figura 48 – Barracão do Centro Rural Tamandaré.....	101

Figura 49 – Ipê Rosa/Flora do cerrado.....	101
Figura 50 – Talão de cheque/Agência bancária/Distrito Tamandaré – 1982.....	102
Figura 51 – Livro Ata “1ª Diretoria do Centro Rural” 1967.....	104
Figura 52 – Livro Ata “Sócios Fundadores do Centro Rural” 1967.....	104
Figura 53 – Livro Ata “ Ata de Fundação do Centro Rural” 1967.....	105
Figura 54 – Inauguração do Barracão do Centro Rural.....	106
Figura 55 – Reunião dos associados do Centro Rural.....	107
Figura 56 – Entrega de medalha a novos sócios.....	107
Figura 57 – Reunião dos Associados do Centro Rural Tamandaré.....	108
Figura 58 – Estatuto do Centro Rural.....	108
Figura 59 – Carta de Agradecimento do 1º Tenente do Exército.....	109
Figura 60 – Coroação da Princesa “Festa no Salão Comunitário Tamandaré”.....	110
Figura 61 – Rainha e Princesa “Festa no Salão Comunitário Tamandaré”.....	110
Figura 62 – “Time de Futebol Tamandaré”.....	111
Figura 63 – Cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré.....	112
Figura 64 – Fila para cantar o hino no pátio da escola.....	116
Figura 65 – Desfile cívico/1974.....	117
Figura 66 – Página de rosto do livro <i>Pedrinho</i>	117
Figura 67 – Alunos do 1º e 2º ano/1973.....	123
Figura 68 – Capa e contracapa do caderno utilizado em 1970.....	125
Figura 69 – Exercícios de matemática e cópia de texto/1970.....	127
Figura 70 – Exercícios de matemática e cópia de texto/1970.....	127
Figura 71 – Anotações da professora/1973.....	128
Figura 72 – Ditado/1974.....	129
Figura 73 – Atividades “Semana da Pátria” / 1974.....	130

Figura 74 – Caderno de Provas /1970.....	130
Figura 75 – Caderno de Provas /1970.....	131
Figura 76 – Caderno de caligrafia/1973.....	132
Figura 77 – Capa e contracapa do caderno de Aritmética/1975.....	132
Figura 78 – Atividades de Aritmética/1975.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMP – Associação Matogrossense de Professores
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CIEPTER – Educação Profissional, Territórios e Resistências
- COVID-19 – Doença do corona vírus 2019
- CPB – Confederação de Professores do Brasil
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
- GEPHEB/UEMS – Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira
- GEPEC/UFSCar – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- MS – Mato Grosso do Sul
- MST – Movimento Sem Terra
- MT – Mato Grosso
- PAF – Programa de Alfabetização Funcional
- PEAAF – Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
- PEI – Programa de Educação Integrada
- PGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação
- PIN – Programa de Integração Nacional
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
- POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e a Agrominerais da Amazônia
- PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
- SEMED – Secretaria Municipal de Educação
- SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total geral de teses e dissertações sobre as escolas rurais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2011-2022).....	33
Quadro 2 – Total de teses e dissertações sobre as escolas rurais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2011-2022).....	34
Quadro 3 – Escola rurais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Teses e Dissertações selecionadas (2011-2022).....	36
Quadro 4 – Perfil das escolas Rurais Mistas do Município de Paranaíba/1970.....	63
Quadro 5 – Alunos matriculados – 1973 a 1982.....	82
Quadro 6 – Relação de professores leigos da Escola Reunida Tamandaré no ano de 1971.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Relação dos professores leigos de 1970 a 1982.....	72
Gráfico 2– Relação dos professores leigos e graduados de 1977 a 1982.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 EDUCAÇÃO RURAL EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL: ESTADO DO CONHECIMENTO E PERSPECTIVAS	32
2 O ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM MATO GROSSO (MT), MATO GROSSO DO SUL (MS) E MUNICÍPIO DE PARANAÍBA (MS)	46
2.1 A escola primária rural no estado de Mato Grosso (MT).....	46
2.2 Educação rural na transição para Mato Grosso do Sul (MS)	53
2.3 O ensino rural no município de Paranaíba (MS)	55
2.3.1 O cenário da pesquisa: memórias de Paranaíba	55
2.3.2 Práticas de ensino nas escolas rurais	63
3 DO CHEIRO DA TERRA AOS FIOS DA MEMÓRIA: A ESCOLA E A COMUNIDADE.....	73
3.1 <i>Eu era tudo, né!</i> ... Professor Januário Ricardo de Lima e a Escola	73
3.2 De Escola Mista Tamandaré a Escola Municipal de 1º grau “Reunida Tamandaré”	80
3.3 Origens do Distrito Tamandaré e as lembranças da comunidade.....	85
3.4 Histórias que (re)contam: o Centro Rural e as Festividades	102
4 A CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA REUNIDA TAMANDARÉ.....	112
4.1 As representações da cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré na memória de ex-alunos.....	113
4.2 As representações da cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré na memória de uma ex-professora	120
4.3 Os cadernos: materialização das representações	124
4.4 Observem e apreciem a beleza da diversidade de registros nos cadernos escolares	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	137
ANEXO A – PARECER FINAL DA PLATAFORMA BRASIL.....	143
ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO DOS ENTREVISTADOS.....	151

INTRODUÇÃO

“Chega mais perto e contempla as palavras.
 Cada uma tem mil faces secretas,
 Sob a face neutra
 e te pergunta, sem interesse pela resposta,
 Pobre ou terrível, que lhes deres:
 Trouxeste a chave?”
 Carlos Drummond de Andrade (1997)

A pergunta essencial do poema *Trouxeste a chave?* ilustra o sentido e o significado desta pesquisa, na qual ofereço uma chave de leitura, que poderá abrir portas para muitos outros pesquisadores dedicados à temática e para aqueles sujeitos participantes da pesquisa que contribuíram significativamente para o registro das memórias de um tempo histórico, cujos olhos brilhavam ao rememorar fatos e acontecimentos que marcaram suas histórias de vida. A emoção aflorou na oportunidade de ver registrada uma história que muitas vezes pensaram insignificante com suas vidas rotineiras e abarcadas pelas dificuldades enfrentadas, de acordo com eles mesmos, por falta do cumprimento de políticas públicas e de atenção de órgãos governamentais naquela região. Assim, a reflexão de uma pesquisa sobre histórias e memórias provoca nos depoentes e sujeitos da comunidade, que ali estudavam ou trabalhavam, sentimento de orgulho, envolvimento e pertencimento.

“Eu venho de lá, onde o bem é maior, onde a maldade seca, não brota...”, com esse trecho, parte do poema *Catadora de lindezas*, de Rita Maidana (1997), me apresento a todos(as) os(as) leitores(as). Podem se achegar, pois aqui se divide o pão. Sou a quarta Maria, filha de Maria em um laço de cinco Marias. Nossa mãe Maria (*in memoriam*–2013) e minha irmã Marizete (*in memoriam*–2021) são minhas eternas inspirações. Éramos seis contando com o papai Jerônimo; hoje somos quatro: papai, Mary Dalva, minha irmã mais velha, eu e Mariuza - a mana caçula, com lindos filhos, nossa missão maior.

Sou Maria Ângela Pereira Pedroso, filha de Maria Aparecida Pereira Pedroso e Jerônimo José Pedroso. Nasci aos dezenove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e um, a terceira Maria. Nossa infância, quanta alegria! Papai era patrão, portanto vivíamos pelo “trecho”¹; às vezes passávamos de oito meses a um ano em determinada região rural, pois papai era encarregado de abrir estradas. Quando acabava o serviço naquela, região partíamos. Cada região rural pela qual passamos deixou marcas cheias de brincadeiras e doçuras. Lembro-me dos balanços nas árvores que papai fazia, para nos

¹Popularmente, dizer que alguém é do “trecho” implica em dizer que esta pessoa é uma espécie de nômade, ou seja, passa a morar em diferentes lugares na zona rural, geralmente por curto período de tempo.

divertirmos; à noite, em volta da fogueira, ou do “João bobo”², papai contava histórias que ele mesmo inventava. Mãe me esqueço da “menina dos olhos verdes”; era a imaginação que fluía.

E assim foi até o momento de escolarização para minhas irmãs mais velhas. Nesse momento, a vida boa do “trecho” foi encerrada para mamãe e nós, pois tínhamos que vir para a cidade estudar. No ano de 1978, papai conseguiu adquirir um lote e aí tivemos nossa primeira casa própria. Era uma casa de “pau a pique”³, de chão batido, porém o quintal era bem grande. Lembro-me do cheiro da chuva entrando pelas frestas da parede e os pingos gelados acariciando o meu rosto, enquanto dormíamos. Foi nesse mesmo ano que ingressei na primeira série na Escola Reunida Maria Salomé; ela possuía duas salas de aula bem grandes, onde estudavam alunos até a 4ª série. O pátio era grande, de chão batido. Não havia sombra, o sinal era tocado pela tia da cozinha com duas tampas de panela.

A Escola Maria Salomé funcionou em Paranaíba no período de 1955 a 1980, tendo sido fundada em 15 de maio de 1955 como Escola Reunida Maria Salomé. Em 1974, foi renomeada como Escola Estadual de Primeiro Grau Maria Salomé; mas, em 1980 foi extinta, devido à precariedade do espaço físico, pois, com o crescimento da cidade e da quantidade de alunos, ele tornou-se insuficiente. No ano de 1981, foi inaugurada a Escola Estadual Antônio Garcia de Freitas, onde concluí o ensino fundamental.

Vivenciei o fechamento da escola estadual Maria Salomé, e, em meados do ano de 2000, presenciei ainda o fechamento da Escola Estadual Antônio Garcia de Freitas, sob o pretexto de haver outras instituições de ensino nas cercanias. Ao encerrar o ensino fundamental em nossa cidade, tínhamos duas alternativas: fazer o ensino médio ou fazer o magistério⁴, no qual havia a vantagem de já sair formada como professora primária. Assim, optei pelo curso magistério no ano de 1986. Foram longos quatro anos, estudando à noite e trabalhando durante o dia. Em meio aos estudos, um ano depois (1987), comecei a trabalhar na escola de educação infantil Pequeno Polegar, de propriedade da saudosa Professora Clotilde Bomilcar de Freitas (*in memoriam*), com quem aprendi muito, como auxiliar de sua sala de aula.

Em meados de 1989, a Escola de Educação Infantil Pequeno Polegar firma parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município de Paranaíba/MS. Em meio a essa

²Artifício feito como lampião, em latas de óleo, pavio e querosene.

³“Pau a pique” é uma técnica de construção rústica, antiga e de baixo custo, que consiste em formar um painel de madeira entrelaçado, composto por varas verticais fixadas no solo e horizontais amarradas por cipó, corda ou fixadas com pregos, e tendo os espaços do painel preenchidos com barro.

⁴Trata-se de um tipo de curso profissionalizante que é realizado junto ao ensino médio. Ao longo desse período, os alunos entram em contato com disciplinas relacionadas à didática e metodologia de ensino, fundamentos da educação e alfabetização.

fase, fui contratada pela SEMED, na função de auxiliar de sala. Encerraria minha formação de professora no curso do magistério no final desse mesmo ano. Com o diploma na mão – quanto orgulho! – no ano de 1990, fui promovida a professora da turma do maternal I. No ano de 1991, foi realizado o primeiro concurso público da Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS. Prestei o concurso como professora nível I, sendo aprovada. Devido à parceria firmada entre a prefeitura e escolas particulares na época, fui convidada a assumir uma sala na escola Educandário Santa Clara, escola particular coordenada pelas Irmãs Salustianas na época.

Porém, ano de 1995, a parceria de cedência de professores da Rede Municipal de Ensino para escolas particulares foi encerrada. Desse modo, no ano de 1996, devido ao meu concurso público, tive que deixar o trabalho em escolas particulares. Nesse mesmo período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20/12/1996, que regula o ensino no Brasil, determinou que, a partir de 1996, a formação de professores teria de ser em nível superior, em curso de licenciatura, para atuar na educação básica. Com isso, no ano de 2006, iniciei o curso de Pedagogia na Universidade Camilo Castelo Branco, na cidade de Fernandópolis/SP, encerrando-o no ano de 2009, como professora pedagoga.

Na continuação de minha trajetória profissional, em meados do ano de 2006, fiz permuta com uma professora e fui lecionar em uma escola rural, a Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira, situada no Distrito Alto Tamandaré, que se localiza a 90km do município. Lecionei por três anos na primeira série, experiência maravilhosa, pois foi uma forma de retornar às minhas origens de “trecho”.

Em meados de 2009, recebi o convite para atuar como coordenadora pedagógica dessa mesma escola. Na coordenação, permaneci por quatro anos. No início de 2013, fui convidada para assumir, na Secretaria Municipal de Educação, a pasta de Educação do Campo, cargo que ocupo até os dias atuais. Foi no ano de 2012 que a proposta da Educação do Campo começou a se legitimar no município de Paranaíba/MS, na esfera do Conselho Municipal de Educação, por meio da Deliberação CME/Paranaíba/MS n. 004, de 18 de outubro de 2012, que dispõe sobre a organização, credenciamento e autorização de funcionamento da Educação Básica nas escolas do campo; e o Parecer CME/Paranaíba/MS n. 001 de 22 de novembro de 2012, que trata sobre a regulamentação do tempo-escola, do tempo-comunidade e da formação continuada dos profissionais de educação das escolas do campo. O Parecer recomenda ainda à Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba a nomeação de um educador – indicado pelas escolas do campo – para ocupar o cargo de coordenador da Educação do Campo; trata-se do cargo que ocupo. Desde o ano de 2010, foi adotado pelo

Sistema Municipal de Ensino, com base na LDB, a alternância regular de períodos de estudos para as escolas municipais do campo.

Meu primeiro ano de trabalho (2013) na SEMED foi voltado a pesquisas, trabalho de campo, levantamento do perfil dos estudantes e professores, análise do currículo em vigor, formação de grupos de estudos, orientação aos coordenadores pedagógicos e aos educadores das escolas do campo. No mês de outubro, participei do II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e da IV Jornada de Educação Especial no Campo – GEPEC/ UFSCAR. Na oportunidade, ouvi Bernardo Mançano Fernandes, Luiz Bezerra Neto e Dermeval Saviani. Realizamos parceria para organização do I Seminário Municipal de Educação do Campo no município de Paranaíba.

O ano de 2014 foi voltado à busca de parcerias para realização de projetos e ações que priorizassem: incentivo aos docentes na aplicação de prática das teorias estudadas, ofertas de palestras, cursos para a comunidade escolar e contribuição para o desenvolvimento de metodologias adequadas às áreas relacionadas ao meio rural. Nessa perspectiva, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Campo Grande, conseguimos abrir uma turma de extensão do curso de Especialização em Educação do Campo, sendo eu a tutora presencial. Sua aula inaugural aconteceu em dezembro de 2014; o término do curso foi no primeiro semestre de 2016. Ainda no ano de 2014, coordenei os projetos “Camponeses em Ação”, “Cultura Regional” e “Jovens Inventores”; no eixo Terra-Vida – Trabalho, implantamos o projeto “Horta Pedagógica Ecológica.”

No ano de 2015, na certeza de que precisava estudar, pesquisar e me aprimorar cada vez mais nas propostas educacionais sobre educação rural, participei da seleção do curso de mestrado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Paranaíba. A proposta da pesquisa foi “Currículo escolar: o real e o ideal na zona rural do município de Paranaíba/MS”. Fui aprovada nas etapas iniciais, porém reprovada na entrevista. Foi frustrante, pois seria uma contribuição significativa para a educação do campo do município. Porém, mesmo frustrada, o trabalho não parou. Nesse ano, foi desenvolvido nas escolas do campo o Programa do Governo Federal de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF, com o objetivo de promover a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis. O PEAAF é fruto da reivindicação dos movimentos de agricultores e agricultoras familiares ao Governo Federal, realizada no Grito da Terra de 2009 e em outras manifestações, que apontaram a fragilidade da educação ambiental no contexto rural.

O ano de 2016 teve um marco na educação do campo do município de Paranaíba, organizamos o “Primeiro Encontro Regional de Jovens Camponeses” em parceria com a

UFMS, campus de Três Lagoas. Aconteceram diversas oficinas com temas relevantes aos jovens participantes, como: o lazer do jovem do campo, transporte escolar, o futuro do jovem do campo e atividades recreativas. Houve a participação de jovens dos municípios de Três Lagoas, Chapadão do Sul, Cassilândia, Inocência e Selviria. Outro marco foi a exposição de trabalhos desenvolvidos durante o ano letivo, os quais enfatizavam a preservação do meio ambiente, a importância da produção rural e a vida do campo para a comunidade urbana. Foi dado início ao Projeto Pequeno Produtor, com envolvimento da comunidade local. Nesse ano, o Projeto de Alternância foi encerrado nas escolas da zona rural, prevalecendo calendário normal para toda rede de ensino municipal.

No ano de 2017, tive a honra de assessorar a educação do campo no município de Chapadão do Sul, a convite do secretário de educação Guerino Perius, hoje presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) de Mato Grosso do Sul. Nesse mesmo ano, coordenei o projeto “Encontro Regional das Mulheres Camponesas da Região do Bolsão”. No mês de julho, participei do I Seminário Internacional e IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo – GEPEC/UFSCar/HISTEDBR, com a temática “Políticas Educacionais para o meio rural na América Latina”, no Campus São Carlos da UFSCar. Neste evento, tive a oportunidade de apresentar dois relatos de experiência realizados nas escolas do campo de Paranaíba. Na Conferência Internacional: Políticas Públicas Educacionais: A experiência cubana e colombiana, ministradas pelo Prof. Dr. Afonso Torres Carrello (Universidade Pedagógica Nacional, Colômbia) e Prof. Dr. Juan Carlos Rodriguez (Universidade de Holguin, Cuba), tive a experiência gratificante de ouvir e conhecer essas realidades.

No ano de 2018, coordenei a “I Amostra Fotográfica das Mulheres Rurais”; foi uma ação que valorizou a vivência, experiência e o cotidiano das mulheres camponesas. Fui tutora do grupo de estudos “Salas Multisseriadas: um olhar sobre as práticas educativas”. No ano de 2019, fui organizadora do I Seminário Municipal de Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino. No ano de 2020, iniciou-se a pandemia de covid-19; com a paralisação das aulas, os alunos da zona rural tiveram uma perda irreparável em suas aprendizagens.

O ano de 2020, com o isolamento pela covid-19, oportunizou a participação em vários eventos online sobre educação e educação do campo. Aqui menciono alguns deles: participação da Ação de Extensão “AGROECOL Virtual 2020 – IV Seminário de Agroecologia da América do Sul”, realizada pela Faculdade de Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; apresentação do trabalho intitulado “A

Valorização da Educação Ambiental Semeando Cuidados”, na forma de vídeo pôster, no “1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade” pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; participação no evento online “Metodologias Ativas para a Educação do Campo”, em época de pandemia, realizado pela 11ª Coordenadoria Regional de Educação, na cidade de Ponta Porã; participação na mesa de debate virtual “”taques às políticas públicas da educação do campo e seus impactos na atualidade”, na “VI Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária”–Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM; o relato de experiência intitulado “Educação no campo: a contação de histórias como proposta pedagógica de valorização da memória e da luta da população camponesa”, apresentado no “I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências – I CIEPTER”; participação no curso de extensão “Formação Continuada de Professores e de Gestores para Inclusão de Estudantes da Educação Especial em Escolas das Águas – ODS”, coordenado pelo Prof. Dr. Washington Cesar Shoiti Nozu, realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados; e vários outros.

Esse tempo de isolamento me levou a refletir sobre todas as ações e trabalhos realizados na educação do campo. Eu me indagava: será que estamos no caminho certo? As ações realizadas e propostas pedagógicas estão contribuindo com a formação desses estudantes? Foi nesse momento que entendi ser preciso conhecer a história para intervir no presente. Mais uma vez, no primeiro semestre de 2021, decidi participar da seleção do curso de mestrado na linha de pesquisa: “História, Sociedade e Educação”.Então, fui em busca de me informar sobre orientadores, já tendo conhecimento sobre a pesquisa do Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, intitulada: “A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)”.Na sequência, elaborei a proposta de projeto de pesquisa intitulada “A Escolarização na Área Rural – Implantação da Escola Municipal Dona Maria Paula De Oliveira – Distrito Tamandaré – Paranaíba/MS”. Desta vez, obtive sucesso e tornei-me aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação – PGEDU/UEMS. A trajetória no curso de mestrado até o momento tem me proporcionado muitos estudos, debates, pesquisas, apresentações de trabalhos e publicações.

Recentemente, no ano de 2023, participei do “IV Encontro Regional da Educação do Campo do Centro Oeste (IV ERECCO)”, com o tema: “Educação do Campo: (Res) existir na Escola, no Território e na Vida”. O evento foi realizado na Universidade Federal de Goiás – Campus Goiás, onde apresentei os trabalhos intitulados: “Cultivando saúde, colhendo qualidade de vida – Escola Municipal do Campo Dona Maria Paula de

Oliveira/Paranaíba/MS” e “Vivências e memória da Escola Reunida Tamandaré em Paranaíba/MS: sua origem e inserção social na rotina dos moradores do distrito Tamandaré (1969-1983)”.

A experiência de trabalho em uma escola do campo me proporcionou outras vivências: a vida em comunidade, o conhecimento dos desafios enfrentados pelos professores e, principalmente, pelos alunos para chegarem até a escola (como estradas sem manutenção, as grandes distâncias percorridas, o transporte escolar precário, entre outros). Porém, a rotina, o cotidiano e as relações me encantavam; a vivência com pessoas simples e com grande sabedoria despertou em mim o senso de pertencimento e respeito às histórias de vida; o interesse e a curiosidade de entender como foi formado aquele povoado, aquela comunidade. As visitas e contatos com moradores antigos do local possibilitaram conhecer pessoas que moram ali desde a formação do distrito e que participaram da implantação da escola. Foi assim que surgiu o grande interesse neste objeto de pesquisa, com o intuito de compreender a conjuntura daquele espaço, as memórias, o surgimento e o povoamento do distrito, a importância da escola naquele contexto e suas representações, festividades e fatos que merecessem destaque.

Tendo relatado isso, faz sentido dizer que esta pesquisa tem como objetivo geral abordar a história da implantação e compreender as representações da cultura escolar da Escola Municipal Reunida Tamandaré, atualmente Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira, situada no Distrito Tamandaré, no município de Paranaíba/MS. Levamos em consideração as intenções das legislações educacionais pertinentes no município e no estado de Mato Grosso (MT) e na transição para Mato Grosso do Sul (MS). Buscamos ainda atingir os seguintes objetivos específicos: contextualizar o perfil histórico e educacional da Escola Municipal Reunida Tamandaré; discorrer sobre as legislações dos estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e município de Paranaíba/MS, relativas às diretrizes de educação para áreas rurais no recorte de tempo estabelecido; compreender as práticas escolares e suas representações nas memórias dos sujeitos que freqüentavam a escola, permitindo, assim, a aquisição de novos conhecimentos que possam contribuir com a preservação da memória da educação rural no Brasil.

De maneira mais analítica e metodológica, surgem aqui algumas primeiras problematizações que orientaram a busca de justificativa por meio das quais se deu a pesquisa: qual a importância e contribuição da criação e a instalação da Escola Reunida Tamandaré para a comunidade local? Quem foram os primeiros professores e alunos dessa escola? Qual era a formação dos primeiros professores? Quais as representações de cultura

escolar presentes nas memórias do ex-professor, ex-professora, ex-alunos e antigos moradores no período de 1969 a 1982? Procurando elucidar e problematizar esses questionamentos, o trabalho se desenvolveu por meio de pesquisa oral de vida e documental, com análise de registros documentais, fotos, diálogos e entrevistas abertas e semiestruturadas, que têm maior amplitude que a maioria das fontes, permitindo que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (Thompson, 1998, p. 25-26). Na presente dissertação, são utilizados registros de entrevistas realizadas, devidamente autorizadas; a proposta de pesquisa foi também submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O recorte temporal estabelecido entre 1969 a 1982 contempla o período de criação e implantação da escola e a permanência do professor Januário Ricardo de Lima nesta instituição de ensino. Trata-se de um dos primeiros professores dela, sujeito ativo e participante na formação do distrito. Ele ganha ainda mais destaque por ser morador do distrito até os dias atuais; pudemos focalizar, assim, o papel da memória na constituição de uma identidade rural. Participaram das entrevistas o professor Januário Ricardo de Lima, ex-alunos e uma ex-professora. Justifica-se, em cada caso, a escolha dos entrevistados por serem moradores até os dias atuais no distrito e que vivenciaram os fatos acontecidos, sendo sujeitos participativos do processo de implantação da escola pesquisada. O tipo das entrevistas orais realizadas foram as de histórias de vida, “que têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou que se inteirou” (Alberti, 1990, p. 18).

Cabe destacar que o *locus* da pesquisa se deu dentro de um povoado formado em sua maioria por migrantes mineiros⁵, e que o pertencimento étnico desta comunidade e algumas dessas pessoas que ainda vivem neste local estão fortemente relacionados com a escolarização e a religião. Ou seja, há preocupação das comunidades de migração em fortalecer o vínculo comunitário na participação de seus membros no entorno da escola e da igreja, resgatando assim, a história e o pertencimento de lugar, de costumes e de cultura. Segundo Benedetto Croce (1962, p. 47), “a cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência que a sociedade humana tem do próprio passado, ou melhor, do seu presente, ou melhor, de si mesma”. Assim, torna-se relevante concentrar estudos e pesquisas sobre os problemas postos ao meio rural brasileiro.

⁵ Esta informação é validada pelos relatos dos moradores da comunidade em questão e participantes desta pesquisa. Também pode ser verificada pelos dados do IBGE.

Com consentimento dos depoentes, optou-se por nomeá-los. O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil⁶ e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Compreendemos, assim, que não havia implicação ética; julgamos, ainda, ser importante valorizar os sujeitos que se prontificaram em participar da pesquisa.

A pesquisa está fundamentada teoricamente na História Cultural, possibilitando um olhar sobre a historiografia, aberta a novas conexões com outras modalidades e campos de saber (Barros, 2011). Permite-se, assim, o trabalho com métodos e objetos diferentes.

A história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiada estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz o retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem para cada classe grupo ou meio um “ser percebido” constitutivo de sua identidade. (Chartier, 2002, p.73).

Assim, a pesquisa aqui apresentada investiga a realidade social de uma comunidade, a partir de acontecimentos menores, dando valor às representatividades; ao cotidiano; às memórias; à história; e aos modos de vidas, de pensar e de agir, em diferentes espaços e contextos. De acordo com, Chartier (2002), as representações da realidade são construídas culturalmente pelos diferentes grupos sociais. Para o autor, as representações envolvem modalidades de relação com o mundo social:

De início, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria do ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (Chartier, 2002, p. 73).

Nesse sentido, as representações coletivas e individuais viabilizam o entendimento de como os sujeitos se relacionam com o mundo. A escola aqui pesquisada está inserida na realidade social de um determinado lugar; nossas indagações buscam compreender as práticas escolares e suas representações. Elas compõem os estudos no contexto da história cultural em interface com a cultura escolar. Esse tipo de pesquisa se destacou como categoria nos estudos historiográficos a partir dos anos de 1990, por meio dos trabalhos de Chervel, Dominique

⁶ Número do Parecer: 5.661.739/ CAAE: 59351822.7.0000.8030.

Julia, Viñao Frago, dentre outros teóricos que propunham investigações acerca a da cultura escolar (Vidal, 2005).

A história oral foi utilizada para as investigações sobre representações e memória, permitindo o registro de lembranças e contribuindo para a interpretação do passado. Nesta perspectiva:

A história oral é hoje um caminho interessante para conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. (Alberti, 2008, p.164).

Portanto, esta pesquisa está baseada na história oral, buscando dar voz aos depoentes e suas experiências de vida. Por meio destas, tentamos registrar a trajetória de implantação e representações de uma escola rural de um determinado grupo social, contribuindo assim com a historiografia da educação rural sul-mato-grossense. A pesquisa com memórias, para Alberti (2008, p. 167), é “[...] essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. [...] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade de continuidade e de coerência, isto é, de identidade”.

A memória traz à tona fatos e passagens que foram importantes para os indivíduos, levando em consideração que as memórias não são verdades absolutas, mas representações que permitem entender o tempo lembrado. Neste contexto, os entrevistados da pesquisa são pessoas que vivenciaram o cotidiano da Escola Municipal Reunida Tamandaré dentro do recorte temporal estabelecido. Todas as entrevistas foram realizadas *in loco* na casa dos entrevistados, seguindo um roteiro semiestruturado. Assegurou-se a liberdade de o depoente rememorar sua trajetória de vida e passagens marcantes, contribuindo assim com a História do Tempo Presente.

O tempo da história é um conhecimento criado coletivamente pela humanidade, caminhando segundo o ritmo das permanências e das transformações que a todo o momento permeiam as esperanças, as crenças, as memórias, e as narrativas de um futuro que esboça o mundo de cada época. Nesta pesquisa, foram utilizadas como fontes de reflexão e registros, documentos tais como: leis, decretos, regulamentos e mapas, todos encontrados na Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS (Setor de Tributação), 2º Cartório De Registro de Imóveis, Secretaria Municipal de Educação, escola pesquisada e arquivos pessoais dos depoentes e pessoas da comunidade. Recorremos, ainda, a fotografias que marcaram a época e acontecimentos. A forma como se tem reconstruído a História da Educação no Brasil ainda se mantém presa aos modelos da historiografia tradicional no tocante à utilização da diversidade

de fontes possíveis. No entanto, novas propostas e tentativas vêm sendo implementadas (Nunes, 1992); portanto, há um campo aberto para o uso de fontes diversas, inclusive de imagens.

A pesquisa está organizada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Educação rural em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: estado do conhecimento e perspectivas”, visa situar a pesquisa na historiografia da educação, mais especificamente na historiografia da educação rural em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foi construído o estado do conhecimento por meio do levantamento de pesquisas acadêmicas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O segundo capítulo, “Educação rural em Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e município de Paranaíba (MS)”, trata das discussões em torno das políticas educacionais que regulavam o ensino rural no período de 1969 a 1982. Buscamos compreender os debates que faziam parte do cenário educacional da época a respeito do ensino primário⁷ rural no estado de Mato Grosso (MT) e na transição para Mato Grosso do Sul (MS), e suas influências no município de Paranaíba (MS) e suas práticas de ensino.

“Do cheiro da terra aos fios da memória: a escola e a comunidade” é o título do terceiro capítulo, composto de quatro sub temas. Nele, discorreremos sobre a trajetória de vida, os aspectos profissionais e as experiências do professor Januário Ricardo de Lima, o qual foi influente e fundamental na criação da escola e na formação do distrito, do qual é morador até os dias atuais. O capítulo aborda ainda a história da Escola Reunida Tamandaré e sua implantação. Foram averiguados decretos, leis e registros encontrados na própria instituição de ensino e na Secretaria Municipal de Educação; também depoimentos e arquivos pessoais de ex-alunos e moradores do distrito. Na sequência, apresentamos as origens do Distrito Tamandaré, visualizando seu mapa e o documento de doação da gleba⁸ de terras. Ela foi doada pela proprietária Feliciano Garcia Gomes ao município de Paranaíba/MS, com o objetivo de povoar a região, possibilitando o acesso à terra pelos trabalhadores rurais que não tinham condições de comprá-la. Essa ação promoveu o desenvolvimento do distrito e, por conseguinte, mudou a vida das pessoas do local. Nesse percurso, passamos às “Histórias que

⁷O ensino primário ficou por mais de cem anos sob a responsabilidade dos governos regionais, desde o Ato Adicional de 1834. A reforma (Lei Orgânica do Ensino Primário) embora tenha sido pensada durante o Estado Novo, foi publicada somente no ano de 1946 (Palma Filho, 2005).

⁸A gleba é a terra crua, que ainda não foi submetida a nenhum parcelamento, que jamais foi loteada ou desmembrada.

(re) contam: o Centro Rural e as festividades”: através de documentos, livro ata, fotos e depoimentos de moradores, foi possível fazer um breve histórico da vida social da comunidade, destacando o contexto socioeconômico e cultural no recorte temporal, uma vez que cada um que ali vive introduziu sua cultura, seus hábitos, seus costumes e seus valores, possibilitando o cruzamento de culturas.

Para Le Goff, a memória coletiva é importante porque “[...] é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais do indivíduo e das sociedades [...] é não somente uma conquista é também instrumento e um objeto de poder” (Le Goff, 1990, p.410).

No quarto e último capítulo, denominado “A cultura escolar da escola Reunida Tamandaré”, é possível analisar as representações da cultura escolar na memória de ex-alunos e, num segundo momento, nas memórias de uma ex-professora que iniciou sua carreira docente no ano de 1967. O capítulo faz também a análise de cadernos de classe de ex-alunos como materialização das representações.

1 EDUCAÇÃO RURAL EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL: ESTADO DO CONHECIMENTO E PERSPECTIVAS

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Esta pesquisa configura-se na historiografia da educação, mais especificamente na historiografia da educação rural em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Assim, foi feita uma investigação sobre o estado do conhecimento por meio do levantamento de pesquisas acadêmicas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Trabalhou-se com o estado do conhecimento como um ato formativo e instrumental, favorecendo tanto a leitura da realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, quanto as aprendizagens e contribuições no campo investigativo desse tema.

Compreende-se que abarcar o estado do conhecimento na atualidade nos permite contato com os movimentos acerca do objeto de investigação, disponibilizando dados abrangentes do nível de interesse acadêmico e direcionando a atenção, com mais exatidão, para itens a serem explorados, proporcionando oportunidades de enriquecimento do estudo.

Nas ciências sociais, o estado do conhecimento é um dos primeiros passos de uma pesquisa científica, visto que o pesquisador precisa conhecer o que já foi produzido sobre o assunto que se está investigado. Para isso, o levantamento bibliográfico permite escolher temas que vão auxiliar a direcionar o trabalho desenvolvido. De acordo com Ferreira (2002, p. 257), o estado do conhecimento estabelece:

[...] O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado [...].

Na mesma perspectiva, Soares (1989) sinaliza que o estado do conhecimento tem como objetivo fazer um inventário sistematizado daquilo que está sendo produzido em determinada área do conhecimento.

Quando esse levantamento é realizado a partir de objetivos pré-estabelecidos, ele nos permite conhecer outras abordagens teóricas, outras técnicas de coleta de dados, análises e resultados, o que significa conhecer trajetórias já trilhadas para podermos identificar passos

em comum que possam dialogar com a pesquisa proposta. Como apontam Morosinia e Fernandes (2014, p.155):

O estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo.

Partindo desse entendimento, definimos o período de 11 anos (2011-2022) para subsidiar a análise. Assumimos o ano de 2011 como ponto de partida, pois, de acordo com as nossas investigações, houve um aumento da produção científica a partir do referido ano. Antes desta data, não eram encontrados um número significativo de fontes para subsidiar uma análise de maneira mais aprofundada.

O levantamento foi realizado no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O objetivo foi encontrar teses e dissertações que tratassem das escolas rurais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Assim, a investigação do estado do conhecimento nos fornece um mapeamento das escrituras e ideias já existentes, oferecendo fontes de estudos, apontando caminhos passíveis de maior exploração ou, ainda, nos fazendo compreender silêncios expressivos em relação ao tema de estudo.

A análise foi realizada em três etapas:

Etapa1 – Uma busca referente ao tema utilizando os seguintes descritores: escolas rurais de Mato Grosso; escolas rurais de Mato Grosso + história; escolas rurais de Mato grosso do Sul; Escolas rurais de Mato grosso do Sul + história; educação rural em Mato Grosso; educação rural em Mato Grosso + história; educação rural em Mato Grosso do Sul; educação rural em Mato Grosso do Sul+ história. O resultado foi organizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Total geral de teses e dissertações sobre as escolas rurais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2011-2022)

Repositório	Descritores	Total
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Escola rural de Mato Grosso	60
	Escola rural de Mato Grosso + história	23
	Escola rural de Mato Grosso do Sul	29

	Escola rural de Mato Grosso do Sul + história	14
	Educação rural de Mato Grosso	62
	Educação rural de Mato Grosso + história	27
	Educação rural de Mato Grosso do Sul	33
	Educação rural de Mato Grosso do Sul + história	16
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Escola rural de Mato Grosso	609
	Escola rural de Mato Grosso + história	204
	Escola rural de Mato Grosso do Sul	415
	Escola rural de Mato Grosso do Sul + história	139
	Educação rural de Mato Grosso	282
	Escola rural de Mato Grosso + história	204
	Educação rural de Mato Grosso do Sul	163
	Educação rural de Mato Grosso do Sul + história	88

Fonte: elaborado pela autora a partir do repositório CAPES e BDTD (2023).

Etapa 2 – No primeiro levantamento, ocorreu um grande número de teses e dissertações. Assim, aplicou-se o filtro para buscas avançadas nas áreas de Educação e História, obtendo-se um refinamento dos dados. O Quadro 2 mostra os resultados.

Quadro 2 – Total de teses e dissertações sobre as escolas rurais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2011 -2022)

Repositório	Descritores	Total
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: Educação	Escola rural de Mato Grosso	27
	Escola rural de Mato Grosso + história	13
	Escola rural de Mato Grosso do Sul	11
	Escola rural de Mato Grosso do Sul + história	8
	Educação rural de Mato Grosso	22
	Educação rural de Mato Grosso + história	13
	Educação rural de Mato Grosso do Sul	11
	Educação rural de Mato Grosso do Sul + história	8
Catálogo de Teses e	Escola rural de Mato Grosso	6

Dissertações da CAPES: História	Escola rural de Mato Grosso + história	5
	Escola rural de Mato Grosso do Sul	4
	Escola rural de Mato Grosso do Sul + história	4
	Educação rural de Mato Grosso	6
	Educação rural de Mato Grosso + história	5
	Educação rural de Mato Grosso do Sul	5
	Educação rural de Mato Grosso do Sul + história	4
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): Educação	Escola rural de Mato Grosso	104
	Escola rural de Mato Grosso + história	26
	Escola rural de Mato Grosso do Sul	69
	Escola rural de Mato Grosso do Sul + história	19
	Educação rural de Mato Grosso	31
	Educação rural de Mato Grosso + história	13
	Educação rural de Mato Grosso do Sul	24
	Educação rural de Mato Grosso do Sul + história	11
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): História	Escola rural de Mato Grosso	4
	Escola rural de Mato Grosso + história	10
	Escola rural de Mato Grosso do Sul	4
	Escola rural de Mato Grosso do Sul + história	10
	Educação rural de Mato Grosso	4
	Educação rural de Mato Grosso + história	14
	Educação rural de Mato Grosso do Sul	4
	Educação rural de Mato Grosso do Sul + história	4

Fonte: elaborado pela autora a partir do repositório CAPES e BDTD (2023).

Etapa 3 – Após o refinamento, realizamos as leituras dos resumos, com o objetivo de identificar os trabalhos mais próximos com a nossa temática. A partir da identificação de teses e dissertações que poderiam contribuir com a nossa pesquisa, produzimos nossa base de dados. Para isso, construímos outro quadro, apresentando o título do trabalho, o ano da

publicação, nomes do (a) autor (a) e orientador (a), a distinção (dissertação ou tese) e o programa no qual a pesquisa foi desenvolvida. Como resultado, obtivemos nove trabalhos, como mostra o Quadro 3. Após a apresentação do quadro, produzimos uma análise de cada trabalho com as aproximações à nossa pesquisa.

Quadro 3 – Escola rurais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Teses e Dissertações selecionadas (2011 – 2022)

Título	Ano	Autor(a)	Orientador(a)	Distinção/Programa
Constituição de Professoras Leigas nas Escolas Rurais em Paranaíba-MS (1970-1990).	2021	Daniela Simone dos Santos	Célia Beatriz Piatti	Dissertação Educação – UFMS
Retratos da Educação: Estratégias de Escolarização no Ensino Primário em Coxim, Sul de Mato Grosso 1930-1963	2020	Marcos Lourenço de Amorim	Maria do Carmo Brazil	Tese Educação – UFGD
História e Memórias: a Escola Municipal de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro do Distrito de Indápolis-MS (1973 - 1988).	2019	Mariza Salete Backes Silva	Alessandra Cristina Furtado	Dissertação Educação – UFGD
Trajetórias Docentes: Memórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007)	2018	Adriana Horta de Faria	Magda Carmelita Sarat Oliveira	Dissertação Educação – UFGD
Da Escola na Casa à Escola Municipal Fazenda Miya do Distrito do Guassú – MT (1965 -1977)	2018	Ana Lucia Pereira Borges Ebenritter	Alessandra Cristina Furtado	Dissertação Educação – UFGD
Memórias da Escola Rural: Representações da cultura escolar da escola Rural Mista de Bom Sucesso em memória de ex-aluno e ex-professora (1937-1952).	2018	Silvana Maria da Silva	Elizabeth Figueiredo de Sá	Dissertação Educação – UFMT
Educação Primária no Sul de Mato Grosso: o Grupo Escolar de Bataiporã – MT (1955-1974)	2016	Thierry Rojas Bobadilha	Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani	Dissertação Educação – UFGD
Educação Rural em Dourados: a Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)	2014	Clóvis Irala	Alessandra Cristina Furtado	Dissertação Educação – UFGD
A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)	2011	Ademilson Batista Paes	Vera Teresa Valdemarin	Tese Educação Escolar – UNESP/Araraquara

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2023).

A dissertação de Santos (2021), cujo título é “Constituição de Professoras Leigas nas Escolas Rurais em Paranaíba-MS (1970-1990)”, tem o objetivo de compreender como as professoras leigas atuavam nas escolas rurais localizadas no município de Paranaíba-MS, nas décadas de 1970 a 1990. O procedimento metodológico adotado foi a entrevista semiestruturada com análise documental de “fichas funcionais e diários de classe cujos registros contribuíram para evidenciar a formação, o espaço e o tempo de atuação, remuneração e a organização dos conteúdos lecionados” (Santos, 2021, p. 5).

As mesmas situações levantadas em nossa pesquisa também foram encontradas na pesquisa de Santos (2021), como: professoras que assumiam as funções da escola de forma integral.

[...] Ensinavam e organizavam o espaço escolar, sendo responsáveis por todos os cuidados com as crianças. Faziam a merenda, limpavam as salas de aula, promoviam a manutenção dos mobiliários e recebiam os pais. Algumas residiam nas fazendas sedes das escolas e outras, com transportes diversos, retornavam para suas casas após a aula. Eram contratadas com salários baixos e sempre via clientelismo e apadrinhamentos de pessoas influentes na região. (Santos, 2021, p. 5).

Durante as entrevistas, as professoras expuseram o excesso de trabalho com as crianças e com a limpeza dos espaços interior e exterior e que muitas vezes pediam ajuda dos familiares nessas tarefas. As professoras pediam que suas mães ficassem responsáveis pela preparação da merenda; aos pais, pediam que ficassem responsáveis por roçar o entorno da escola e por fabricar e manter o mobiliário escolar, visto que as condições estruturais eram precárias. Além disso, narraram sobre a falta de autonomia na organização do ensino, visto que dependiam de um coordenador para efetivar os registros nos diários e cadernos de anotações. Havia a impossibilidade de guardar na escola o material didático que ficava na Secretaria de Educação. Esse material era acessado apenas quando se deslocavam até a Secretaria de Educação, pois faziam uma cópia manuscrita em caderno (Santos, 2021). Os registros em diários e cadernos de anotação das professoras:

[...] Revelam que se tratava de aulas convencionais, ou seja, aulas nas quais o professor ensina por meio da escrita de exercícios e provas e o aluno registra, não havendo preocupação central com a aprendizagem. Não há ligação entre os conteúdos e o espaço rural. O que é trabalhado vem do modelo urbano, das cartilhas que eram o material de apoio para ensinar as crianças da cidade a ler e a escrever. A preocupação com essas crianças e jovens do meio rural estava relacionada com o ensino da leitura e escrita, sem perspectivas de articular as especificidades do espaço rural ao ensino e a aprendizagem desses alunos. (Santos, 2021, p. 133).

Essa análise auxilia a comparar e identificar, em nossa investigação, o tipo de ensino oferecido na escola que é o objeto de nossa pesquisa. Nela, também identificamos que os professores leigos aprendiam a ser professores no cotidiano, diante das adversidades que iam surgindo.

“Retratos da Educação: estratégias de escolarização no ensino primário em Coxim, Sul de Mato Grosso 1930-1963” é o título da tese de Amorim (2020). Ela tem aproximação com esta pesquisa quanto ao “Álbum de Retratos” de eventos e personalidades da Escola Primária e da Escola Normal no Sul de Mato Grosso e no município de Coxim. O autor teve o objetivo de “criar um diálogo com o texto escrito e possibilitar ao leitor uma representação imagética desses espaços e dos agentes sociais envolvidos nas diferentes escolas estudadas” (Amorim, 2020, p. 167).

O autor fez um estudo dos deslocamentos que permitiram aos sujeitos ocupar simultaneamente posições e funções diferentes e intervir como agentes eficientes em diferentes situações, identificadas como estratégias e táticas professorais. Para essa compreensão, foi importante conhecer:

[...] As memórias individuais de inúmeros indivíduos, os fragmentos de lembranças pessoais mescladas por outras memórias individuais que se sobrepõem fluidamente na formação de quadros de memória coletiva sedimentando-se em camadas sobrepostas que se transformam em outras memórias asseguradas pelas estruturas sociais por meio de ritos, comemorações, práticas e tradições. (Amorim, 2020, p. 166).

Segundo o autor, discutir as memórias dos professores lhe permitiu fazer uma reordenação das dimensões da escola primária em relação à sua organização. As histórias dos professores revelam que, mesmo integrados e subalternos às normas e regulamentações legais, foram remodelando e adaptando as estratégias governamentais às condições impostas pelo meio em que trabalhavam, recriando e reinventando a própria instituição escolar do ensino primário no Mato Grosso (Amorim, 2020).

“História e Memórias: a Escola Municipal de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro, do Distrito de Indápolis - MS (1973-1988)” é o título da dissertação de Silva (2019), que faz uma análise da história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro, do distrito de Indápolis (antigo distrito de Serraria), situado na Linha do Barreirão, no município de Dourados. O trabalho considera o período de 1973 a 1988.

Essa dissertação foi selecionada por ter um recorte temporal próximo ao nosso; também pelo fato de a escola estudada ter sido criada e posta em funcionamento durante o

Regime Militar para atender aos filhos dos pequenos proprietários rurais e dos seus funcionários. Esse olhar direcionado ao contexto histórico nos ajudou a compreender as fotografias dos desfiles cívicos da época em nossa pesquisa, assim como as ideias sobre ordem, disciplina e comportamentos no meio escolar da época.

Outro fato que nos chamou a atenção nesse trabalho foi a tabela elaborada por Silva (2019) e apresentada no estado do conhecimento da sua dissertação. A autora apresentou 41 trabalhos, entre dissertações e teses, sobre as escolas rurais no Brasil. Como nosso foco foi estabelecer a historiografia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, descartamos os trabalhos relacionados a outros estados e os trabalhos que já estavam em nossa relação, restando os seguintes trabalhos:

Dissertação (2015/UFMT): “Vivências e memórias: a cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio Tangará da Serra-MT (1965-1983)”, de autoria de Katia Mariakuntz Beck. Esse trabalho teve o objetivo de analisar as representações de escolarização da infância na cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio. Por mais descrições que tenha da criação da escola e da cultura escolar, não possui uma análise aprofundada do que foi descrito, e, por esse motivo, não o julgamos como interessante em termos de contribuição para nosso trabalho.

Dissertação (2015/UFGD): “Grupo Escolar Presidente Vargas distrito de Vila Vargas – Dourados/MT: um perfil da Escola Primário Urbano/Rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1970)”, de autoria de Wilker Solidade Silva. Essa pesquisa expôs as políticas educacionais brasileiras que traçaram um modelo de escola a simbolizar o conceito de moderno para o ensino nacional. Também discutiu sobre a colonização orientada no sul de Mato Grosso através das ações da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), a fim de construir o panorama da escolarização ali resultante. Também tratou do papel expansionista por ela desempenhado, responsável pela criação do povoado que deu origem ao Distrito de Vila Vargas. As discussões apresentadas nesse trabalho não se aproximam da nossa pesquisa.

Dissertação (2018/UFMT): “Memórias da Escola Rural: Representações da cultura escolar da escola Rural Mista de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e uma ex-professora (1937-1952)”, de autoria de Silvana Maria da Silva. A proposta desta pesquisa consistiu em analisar o cenário educativo rural de Mato Grosso e compreender as representações da cultura escolar da Escola Rural Mista de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e de uma ex-professora, no recorte temporal compreendido entre 1937 a 1952. Para isso, a autora utilizou como método a História Oral, por propiciar o registro de lembranças que possam auxiliar a

interpretação do passado. Assim, foram utilizados depoimentos de três ex-alunos da Escola rural Mista de Bom Sucesso, e de uma ex-professora, bem como fontes documentais. Tanto a proposta quanto a metodologia utilizada se aproximam de nossa pesquisa.

Tese (2018/UFMT): “Na Cadência das Águas, no Ritmo da Política: a escola pública rural no município de Poconé-MT (1930-1945)”, de autoria de Luciana Vicência do Carmo de Assis e Silva. O objetivo nessa pesquisa foi perceber as representações de escolarização rural que impulsionaram e influenciaram as instalações de escolas rurais e as práticas pedagógicas desenvolvidas em seu interior no município pantaneiro de Poconé, no período de 1930 a 1945. A pesquisa não aborda uma, mas sim várias escolas rurais de Poconé/MT que foram resultantes de representações concorrentes do poder político, da comunidade e dos profissionais envolvidos em suas instalações, funcionamento e práticas pedagógicas. Embora seja uma importante discussão para compor a história da educação em nosso estado, o trabalho não se aproxima das discussões em nossa pesquisa.

Os trabalhos 1, 2 e 4 apresentam discussões que não se aproximam de nossa pesquisa e, portanto, foram descartados. Dessa maneira, consideramos aproveitar em nossa investigação apenas a dissertação de autoria de Silvana Maria da Silva (2018).

Outra dissertação que contribuiu com nossa pesquisa é a de Faria (2018), com o título: “Trajetórias Docentes: memórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007)”. Essa dissertação buscou elucidar a participação masculina na história da docência com crianças e contribuiu com a mesma discussão que fazemos em nossa pesquisa a respeito do professor Januário.

Segundo Faria (2018, p. 7):

[...] As memórias dos professores possibilitaram analisar temas como: o trabalho docente, a inserção masculina no magistério, o ambiente das escolas rurais multisseriadas e os modelos pautados em inferências de gênero. Os professores acreditavam que por serem do sexo masculino e carregarem atributos de gênero marcados por características como fortes, corajosos e ousados, poderiam desempenhar melhor o trabalho nas áreas rurais, enfrentando problemas geográficos, intempéries, longas distâncias e dificuldades naturais do ambiente rural caso surgissem.

Quanto aos desafios enfrentados na profissão tipificada como feminina, os professores afirmaram não perceber a diferença entre o trabalho de homens e de mulheres, mas destacaram a vigilância dos pais e familiares com relação à competência e confiança para continuar trabalhando com as crianças. As memórias desses professores revelaram que a responsabilidade da educação das crianças não se reduz a atributos socioconstruídos de

gênero, mas se baseia na capacitação profissional, que, independentemente do gênero, precisa formar o docente para exercer o seu lugar na educação.

Na dissertação de Ebenritter (2018), intitulada: “Da Escola na Casa à Escola Municipal Fazenda Miya do Distrito Do Guassú – MT (1965-1977)”, nos deparamos com uma discussão relevante sobre o processo de criação e instalação da Escola Municipal Fazenda Miya. Em seu estudo, o autor identificou e caracterizou o perfil dos alunos e docentes dessa escola, além de analisar como era o ensino oferecido por essa instituição no período de 1965 a 1977.

Seu foco é na cultura escolar, além da caracterização dos alunos e docentes da escola estudada. Nessa época a organização escolar era pautada na Lei Federal n.º 4.024/1961 e pelo Programa Curricular do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso. Os professores se preocupavam em seguir os conteúdos vinculados pelos livros das diferentes séries do ensino primário, visto que as salas eram multisseriadas, conduzindo uma prática docente muito bem planejada e organizada (Ebenritter, 2018).

Essa dissertação se aproxima da nossa pesquisa, pois também abordamos o processo de criação de uma escola. Percebemos que a escola estudada nesse trabalho também passou pelos mesmos problemas que a maioria das escolas primárias do início da criação do estado de Mato Grosso do Sul. Os professores, em sua maioria, eram leigos lecionando em salas multisseriadas e os alunos enfrentavam situações adversas (como grandes distâncias sem transporte escolar, tendo que caminhar ou usar animais como meio de locomoção, sujeitos a acidentes no percurso dentro das matas). Segundo o autor, a escola teve uma representação importante no processo de crescimento do distrito, escolarização dos moradores e escolarização da zona rural no Sul de Mato Grosso (Ebenritter, 2018).

Na dissertação Silvana Maria da Silva (2018), cujo título é “Memórias da Escola Rural: Representações da cultura escolar da escola Rural Mista de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e uma ex-professora (1937-1952)”, há uma discussão com enfoque na educação rural. A pesquisa teve o objetivo de analisar o cenário educativo rural de Mato Grosso e compreender as representações da cultura escolar da Escola Rural Mista de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e uma ex-professora, no recorte temporal entre os anos de 1937 e 1952. Portanto, essa dissertação está relacionada com a nossa pesquisa.

A autora também buscou responder quais as representações de cultura escolar estão presentes nas memórias de ex-alunos e de uma ex-professora da Escola Rural estudada por ela. Além disso, outra aproximação foi a utilização da História Oral como metodologia. Segundo a autora, essa metodologia propicia o registro de lembranças que auxiliam a

interpretação do passado. Para isso, valeu-se de depoimentos de três ex-alunos e de uma ex-professora da Escola rural Mista de Bom Sucesso. Também usou fontes documentais, como leis, decretos, regulamentos, mensagens dos governadores, ofícios, atestados, livros de movimento escolar, mapas de movimento mensal (Silva, 2018).

Após relatar a história de criação e implantação da escola, a autora descreve as representações da cultura escolar por meio das memórias dos ex-alunos e de uma ex-professora. Os resultados da pesquisa apontaram para uma rotina escolar na qual os alunos utilizavam uniformes, formavam fila, cantavam o hino nacional e faziam a oração antes de entrar na sala de aula. Na sala, a professora passava o ponto no quadro; depois, os alunos faziam exercícios; a professora corrigia os cadernos e tomava o ponto. A memorização era a ferramenta da aprendizagem. Os alunos também relataram a rigidez dos professores como forma de garantir a ordem e a disciplina a fim de assegurar os ensinamentos e a aprendizagens. O que mais chamou a atenção da autora foram as memórias dos castigos impostos aos alunos:

A utilização da palmatória configurava-se como um símbolo da rigidez com que se apresentava o ensino e, no caso da Escola Rural Mista de Bom Sucesso, tinha uma relação com o saber, pois os alunos que não demonstrassem bom desempenho no aprendizado eram os que mais ficavam suscetíveis a palmatória. Além da tabuada, outra prática utilizada pelas professoras era o ponto (um texto para ser decorado). No dia em que era agendado para “tomar o ponto” os alunos deveriam estar com o conteúdo memorizado, caso contrário, recebiam castigos físicos e morais. (Silva, 2018, p. 61).

As representações da cultura escolar apresentadas pelos alunos foram marcadas pela rigidez do ensino. A rotina era rigorosa, na qual era necessário muito esforço para conseguir acompanhar os conteúdos. A responsabilidade do avanço escolar era atribuída quase que exclusivamente ao aluno. A partir do depoimento da professora, foi possível perceber o descaso por parte dos governantes em relação às escolas rurais. Os entrevistados relataram a dificuldade de acesso, falta de mobiliário, de recursos pedagógicos e ausência de orientação pedagógica. Em suas memórias, a professora narrou sua experiência em um tempo de dificuldades, mas, da mesma forma como os ex-alunos, narrou o sentimento de orgulho por fazer parte do contexto da escola (Silva, 2018).

A pesquisa no nível de mestrado desenvolvida por Bobadilha (2016), com o título “Educação Primária no Sul de Mato Grosso: o Grupo Escolar de Bataiporã – MT (1955-1974)”, tem o objetivo de analisar a criação da Escola Rural Mista de Bataiporã, em seguida transformada em Grupo Escolar de Bataiporã. Além de trabalhar com um recorte temporal

que se aproxima do nosso, a pesquisa em tela, como a nossa, aborda o processo de instalação da escola com as suas mudanças de nomenclatura e organização, as transformações nas instalações, a rotina escolar, o perfil dos professores, alunos e direção, materiais utilizados para ministrar as aulas, percentual de aplicação e comportamento dos alunos (Bobadilha,2016).

Com uma análise pós-crítica, a pesquisa também trabalha com uma série de fotos da escola, do cotidiano das pessoas e de listas de chamadas, que mostram a disposição das carteiras e armários utilizados, que foram analisados como dispositivos para que o espaço fosse organizado de forma que os corpos pudessem ser disciplinados. Do ponto de vista do “controle e vigilância das crianças e adolescentes, as carteiras da sala de aula deveriam ser organizadas de forma que a professora pudesse controlar e ver a tudo e a todos” (Bobadilha, 2016, p. 84).

A arquitetura da escola foi analisada e considerada deficiente no acolhimento, pois foi construída como um galpão de madeira, com os materiais que eram produzidos ou disponíveis no local – havia uma mata disponível para a retirada de madeira. O galpão dispunha de um espaço para que a professora e os alunos pudessem ter aulas e abrigar os mobiliários e outros objetos educativos. O objetivo maior era de abrigar alunos, professores e diretores. Esses espaços contribuíram para compor e conformar os corpos do distrito/cidade (Bobadilha, 2016).

Em uma das fotos apresentadas, os alunos se encontram em:

[...] em posição de sentido, olhando em direção ao fotógrafo, conformados e obedientes ao professor. Notamos a frente do Grupo Escolar de chão de terra batida e uma elevação na base da estrutura. Vemos, também, a cerca da instituição que demarcava o território da escola, separando-a do distrito no qual ela estava e delimitando, em certo sentido, seus limites e função social. [...] considerando as posturas eretas dos escolares, a disposição das pernas, sem ou com sorrisos, o tipo de representação que se tem da instituição. (Bobadilha,2016, p. 85).

O autor afirma que a escola, nessa época, era um espaço da ordem, da obediência, do silêncio e da disciplina. Além da análise da estrutura da escola, o autor faz uma descrição dos horários de funcionamento, atividades pedagógicas, metodologia de ensino, currículo, recursos utilizados pelos professores e a função da comunidade escolar (Bobadilha, 2016). A análise realizada nesse trabalho nos auxilia a ampliar o olhar em relação aos detalhes apresentados tanto nas fotografias quanto nas narrativas dos professores.

Outra dissertação escolhida foi a de Irala (2014), intitulada: “Educação Rural em Dourados: a Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)”, que também discute a história de

uma escola no distrito da Picadinha, do município de Dourados, no período de 1942 a 1982. As análises foram realizadas em torno do seu processo de criação e funcionamento, caracterizando dos discentes e docentes e organização curricular.

Além dessas aproximações com a nossa pesquisa, destacamos que a metodologia usada por Irala (2014), História Oral, foi a mesma utilizada para nossa investigação. Portanto, essa referência nos auxilia a compreender o método, a estruturar as nossas entrevistas e a ouvir nossos interlocutores. O uso da História Oral “tem possibilitado recuperar as histórias dos excluídos, das elites e dos políticos, possibilitando, por meio dos depoimentos coletados, uma construção de identidade e a transformação do conhecimento” (Irala, 2014, p. 27).

O autor optou por um roteiro de entrevista semiestruturado para nortear as entrevistas e, por meio do uso de um gravador digital, os depoimentos foram coletados. As entrevistas revelaram uma riqueza de acontecimentos e informações devido à interação que possuíam com a escola e que não foram registradas nas fontes documentais analisadas (Irala, 2014).

Dessa maneira, foi concluído que a escola analisada por meio de sua organização curricular, ora estruturada conforme as determinações do estado do Mato Grosso, ora baseada nas prescrições da Lei de Diretrizes e Bases, contribuiu para o processo de escolarização de crianças no meio rural de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A tese de Paes (2011), intitulada: “A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)”, faz uma análise documental a respeito das escolas primárias rurais de Mato Grosso em dois períodos: primeiro em 1930, no qual a escola é caracterizada como exígua, restrita e isolada, como a Escola Mista de Lagunita, de 1916. O segundo período analisado foi a Era Vargas, diante da Marcha para o Oeste, que incentivou a migração e o adensamento populacional no Centro-Oeste e favoreceu a criação de escolas despojadas dos recursos necessários para um ensino de qualidade e moderno (Paes, 2011).

Essa pesquisa de doutorado traça a trajetória da escola primária rural no estado de Mato Grosso, assim como estabelece as relações entre o cenário estadual e o nacional. Isso nos oportunizou compreender o contexto histórico e político da época que envolveu a criação das escolas primárias no campo, o que possibilitou compreender a trajetória da história da educação em nosso estado, hoje, Mato Grosso do Sul.

Assim como em nosso trabalho, ao descrever a história de criação da Escola Mista de Lagunita, de 1916, o autor também utiliza fotografias da época para compreender os sentimentos e pensamentos de um grupo social, evidenciado “como memória coletiva construída, estabelecendo, desse modo, laços de pertencimento, unindo os membros de um mesmo grupo” (Paes, 2011, 24). Nesse sentido, essa pesquisa contribuiu para que tivéssemos

um olhar diferenciado para as fotografias, mais amplo, na busca de entender o contexto e os sentimentos que envolveram aquele momento, seja num dia de festa, seja em ações do cotidiano escolar.

Assim como Silva (2019), observa-se que no Norte e no Sul de Mato Grosso, a produção historiográfica está mais voltada para a história, memória e cultura escolar das escolas primárias. Foram encontradas as produções acadêmicas ligadas repetidamente a três Programas de Pós-Graduação em Educação das seguintes instituições: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Coincidentemente, as que mais se aproximaram da nossa pesquisa foram as produzidas na UFGD.

Considerando a produção historiográfica educacional sobre a história das instituições escolares primárias no meio rural dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul como um campo de investigações em construção e aberto a pesquisas, propusemos pesquisar as representações da cultura escolar e memória da Escola Reunida Tamandaré, no distrito Tamandaré – Paranaíba/MS. Salienta-se que a nossa pesquisa é relevante e pode contribuir para o avanço nas investigações sobre a história da educação rural do município de Paranaíba, do estado de Mato Grosso do Sul, assim como para a História da Educação brasileira.

2 O ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM MATO GROSSO (MT), MATO GROSSO DO SUL (MS) E MUNICÍPIO DE PARANAÍBA (MS)

Este capítulo versa sobre o Ensino Primário Rural nos estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e sua influência no município de Paranaíba/MS, entre as décadas de 1969 a 1982, a partir de uma contextualização histórica por meio de levantamento bibliográfico acerca do referido tema. A delimitação deste recorte temporal deu-se pelo fato de que a educação rural foi instituída no ano de 1970 durante o processo de colonização inicial no estado de Mato Grosso, e ao final desta década, em 1980, ocorreria a emancipação política. Apoiamo-nos principalmente em fontes históricas que tratam tanto sobre a colonização, quanto sobre o início da escolarização na região. Consultamos ainda as legislações pertinentes na região Centro-Oeste e sua influência no município de Paranaíba/MS.

2.1 A escola primária rural no estado de Mato Grosso (MT)

Considerando os aspectos históricos e políticos, como legislações e regulamentos que normatizaram o ensino rural primário nos anos de 1969 a 1982, faremos uma análise dos momentos que marcaram a história da escola primária mato-grossense, considerando os aspectos históricos, políticos e pedagógicos da época.

No Brasil, a educação no meio rural não se estabeleceu em um ambiente prioritário para uma ação institucionalizada e planejada. Isso privou a população rural, principalmente a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e aos serviços públicos. Arroyo, Caldart e Molina (2004) destacam que a escola, no meio rural, foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica.

Em uma incursão na temática da história da escola rural brasileira, podemos verificar que o professor, conforme a ausência de políticas públicas, era o responsável por todas as ações da escola rural, pois, além, de ministrar as aulas, realizava as atividades de escrituração, matrícula, atendimento aos pais e alunos, merenda, limpeza e organização, quase sempre contando com o auxílio da comunidade quando necessário.

A legislação brasileira em relação à educação rural teve suas características em cada momento histórico. Segundo Alves (1996 p. 34-35): “A legislação pode ser vista

como discurso referente a determinadas práticas que se relacionam nas instâncias de poder político e do processo social”.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 20 de dezembro de 1961 caracterizou-se por não garantir escola básica e pública para toda a população brasileira. Em 1970, é elaborada a Reforma do Ensino do 1º e 2º Graus; em 11 de agosto do ano seguinte, é sancionada a Lei nº 5.692/71, que priorizou a função da escola como local de formação para o mercado de trabalho. A educação para as áreas rurais também obedeceu a essa lógica, voltada para a produção agrícola. O ensino primário e o ginásio fundem-se no ensino obrigatório de oito anos, denominado de 1º grau.

Diante disso, não fazia mais sentido investir numa Associação que se limitasse a professores da 1ª à 4ª série; assim, houve a instituição da Associação Matogrossense de Professores (AMP) e o Confederação de Professores do Brasil (CPB). A entrada dos professores dos ex-ginásios e colégios teve dois significados em Mato Grosso:

A) Aumentou significativamente o número de possíveis associados, já que se fundaram Ginásios na maioria dos quase cem municípios do estado;

B) No quadro de associados e na diretoria, inseriram-se pessoas com formação universitária teoricamente mais preparada, e mais críticas para exercer a função sindical.

Data dessa época todo um esforço, discutido nos Congressos da CPB e articulado por sua diretoria, de obter dos governos estaduais, com respaldo do Federal, os ganhos legais de valorização do magistério, contidos em decretos e na Lei 5692/71. São eles:

- Exigências de Estatutos do Magistério Público;
- Ingresso na Carreira por Concurso de provas e títulos;
- Direito de progressão, inclusive por titulação universitária, independente do grau de atuação do docente.

Duas campanhas agitaram a categoria em todo o país: a da aposentadoria especial e da vinculação de verbas, essa última liderada pelo senador João Calmon. Nas palavras de Freitas (2010, p.25), “a face político-ideológica desse projeto permaneceu oculta pela questão educacional”. Nesse sentido, a respeito do ruralismo pedagógico, Arroyo (1982 *apud* Freitas, 2010, p. 26) aponta que:

uma das características da escola rural foi não ter sido proposta como um fim em si mesma, mas como um instrumento para outros fins sociais e políticos; por exemplo, propunha-se expandir a escola para fixar o homem no campo, evitar o congestionamento e a violência das cidades, ou como mecanismo de manipulação político-partidária.

Na verdade, as políticas adotadas na época buscavam incentivar a fixação do homem no campo, já que, nessa época, havia uma tendência de migração para o meio urbano. No Brasil, desde o início do período republicano, a educação urbana é a única assistida pelo poder público. A educação rural era abandonada à própria sorte. Em Mato Grosso, essa mesma prática encontrou eco, sendo observado que, até 1970, a maior parte da população, residia na zona rural.

Durante esta década, foi uma constante no Brasil a prática de empresas privadas de colonização atuarem nas Regiões Norte e Centro-Oeste como promotoras da política do governo militar de ocupação de áreas não habitadas ou não exploradas economicamente; um dos jargões dessa política era “Integrar para não entregar”.

A Colonizadora SINOP S.A. foi uma dessas empresas responsáveis pelo povoamento das terras no centro do estado de Mato Grosso, na Gleba Celeste, conforme matéria no Jornal O Estado do Paraná de 1975:

Com mais de 25 anos de existência e larga experiência de atividades no Noroeste paranaense, a Colonizadora Sinop, depois de fundar cerca de duas dezenas de cidades, atendeu ao apelo do Governo Federal, incorporando-se na luta pelo povoamento da Amazônia e do Centro-Oeste do País. Foi assim que veio a adquirir de particulares uma área de 150 mil alqueires de terras, no Estado de Mato Grosso, no Eixo Viário Cuiabá-Santarém, dando-lhe a denominação de gleba Celeste. (Brunetti, 1975, p. 8).

Famílias se deslocaram de suas cidades de origem, incentivadas com a possibilidade de novos investimentos e trabalhos nesses locais. O modelo de desenvolvimento a ser perseguido, mesmo nas regiões interioranas, era aquele estabelecido pelo litoral. O Brasil estava se transformando em industrializado e urbano, e a cidade foi o espaço de confluência dessa modernidade.

O discurso educacional estava voltado para o modelo do homem urbano, não interessando em que espaço estivesse residindo. Isso ficava claro inclusive pelos manuais didáticos dos anos 70 e 80 do século XX.

A educação rural é vista como um instrumento capaz de formar, de modelar um cidadão adaptado ao seu meio de origem, mas lapidado pelos conhecimentos científicos endossados pelo meio urbano. Ou seja, é a cidade quem vai apresentar diretrizes para formar o homem do campo, é de lá que virão os ensinamentos capazes de orientá-lo a bem viver nas suas atividades, com conhecimento de saúde, saneamento, alimentação adequada, administração do tempo, técnicas agrícolas modernas amparadas na ciência, etc. (Almeida, 2005, p.287).

O modelo de educação rural que foi organizado segue os condicionantes citados anteriormente. Porém, ele se limitava ao discurso, pois, na prática, ocorria um completo esquecimento.

Na região mato-grossense, obtêm-se legalmente novas composições geográficas a partir da década de 1970, concomitantemente a um processo de migração, especialmente sulista, e integração no Brasil. Havia um empenho do governo federal, por meio de programas de incentivo fiscais e crédito subsidiado, como o Polo dos cerrados, no intuito de expandir as fronteiras do agronegócio com mão de obra especializada (Barrozo, 2008, p. 15-26).

A ocupação territorial por meio da colonização em Mato Grosso na década de 1970, em primeiro momento, fez parte de um conjunto de projetos político-econômicos dos governos brasileiros sem exploração econômica do local.

Durante o governo da presidência do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), houve o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-1974), que consistia em promover o crescimento do Brasil. O I PND previa ações

Tais como: a integração nacional, como estratégia de desenvolvimento regional; a Transamazônica via o Programa de Integração Nacional – PIN e PROTERRA; ampliação das importações para atender às necessidades, principalmente, de bens de capital e de matérias-primas industriais, uma perspectiva de crescimento das importações acima de 8%; aumento das receitas de exportações superiores a 10% ao ano, diversificando a pauta de exportações; aumento da participação da empresa estrangeira no que Médici chamou de “esforço nacional de conquista de mercados externos. (Freitas, 2005, p. 4).

Diante dos resultados conquistados com o I PND, outro projeto foi lançado em 1974, pelo então presidente na época, o General Ernesto Geisel (1974-1979); tratou-se do II PND, vigente nos cinco anos seguintes. Esse projeto assumia os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa; porém, seu objetivo maior era disponibilizar uma estrutura industrial avançada para superar a crise e o subdesenvolvimento.

A colonização dirigida em Mato Grosso foi impulsionada por meio de programas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada pela lei federal número 5.173/66; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e também por meio de políticas de apoio à iniciativa privada.

Entre as estratégias para a integração nacional, estava a POLAMAZÔNIA, o Programa de Polos Agropecuários e a Agrominerais da Amazônia. Este era um

programa “[...] a ter lugar dentro de estratégia que conjuga programas de colonos e pequenos produtores, com programas a serem realizados através de empresas rurais pequenas, médias e grandes –, assim como de empresas de colonização.” (Brasil, 1974, n.p.).

Contudo, os migrantes quando chegaram, além da promessa da “terra ideal”, contavam também com a promessa de escola para os filhos, uma vez que tinham na educação escolar a ferramenta que garantiria um futuro melhor para seus descendentes. Os colonizadores, cientes dessa convicção dos migrantes, não poupavam garantias de educação naquele “novo” território, ao menos na propaganda veiculada. Desse modo, a educação se constituía como uma das principais ferramentas para fixação do migrante naquele solo.

Sem dúvida, o que preocupava aos migrantes foi a ausência da escola para seus filhos, pois a maioria veio com a certeza de que as crianças receberiam educação. A existência de escola era algo que fazia parte das propagandas da colonizadora para atrair os migrantes do sul para o projeto de colonização; porém, o que se viu, de acordo com Rohden (2012, p. 90), foi que,

A educação era apenas mais uma promessa, assim como tantas outras. [...] O que se configurou naquele momento inicial de construção de uma cidade, é que sem a “Terra Prometida” e sem a “escola” para os filhos, chegara o momento de entre os próprios migrantes, tomar decisões – sair dos seus espaços e jogar com suas astúcias sutis, com seus golpes e táticas de resistências no campo do outro [...] transformar e reinventar a vida diária a partir das ações próprias.

Entretanto, a educação, naquele momento inicial, não recebera os mesmos investimentos e incentivos, tampouco a mesma “atenção” recebida do Estado pelo processo de integração à “nova” fronteira. Apesar de a escola ter sido uma promessa para atrair os migrantes, quando estes chegaram, ela não existia.

Na época, ofertada como parte das atribuições de empresas colonizadoras, constituiu-se em uma estratégia de “povoamento dos vazios demográficos”, nos termos de Recket *al.* (2007, p. 15). Afinal, a escolarização se tornava uma reivindicação das classes populares.

Dessa forma, inconformados com tal situação, partiu dos próprios migrantes a iniciativa de juntar-se e construir a escola, assim como decidir os primeiros rumos que a educação de seus filhos receberia, escolhendo dentre si “os mais instruídos” para

exercer a docência. Com isso, os municípios passaram a institucionalizar as “escolinhas” rurais.

Destaca-se o fato de que as famílias migrantes deram sentido ao ato de fazer e refazer o cotidiano a partir das necessidades humanas; elas se uniram para construir a escola. Considerando a escola e suas práticas enquanto espaço de representação constituída socialmente, Nóvoa (2002) destaca a importância de espaço público educacional que acolha, apoie e valorize o compromisso social com a educação. Assim, entendemos que as famílias, convencidas da necessidade de escola para seus filhos, se mobilizaram, conquistaram e edificaram as primeiras escolas na localidade.

Recket *al.* (2007) ressaltam a relevância dos movimentos sociais e sindicais, em meados da década de 1970, assumirem a liderança na luta pela redemocratização do Brasil, iniciando, então, um novo olhar sobre a realidade do campo como espaço de vida e de transformação do mundo.

Apesar das especificidades de cada estado, pode-se dizer que a realidade da construção do “campo” no estado de Mato Grosso não foi tão diferente de outros estados brasileiros. Como afirmam Recket *al.* (2007, p. 15):

Em Mato Grosso, e em certo sentido ocorre com mais intensidade em outros estados do Brasil, existe um amplo consenso da situação e o problema de educação do campo, e que no caso de Mato Grosso, a oferta dessa modalidade educativa constituiu-se uma das atribuições das empresas colonizadoras, como parte da estratégia de “povoamento dos vazios demográficos”, uma vez que a escolarização já aparecia como reivindicação das classes populares.

Os autores reconhecem a base de direitos e a construção coletiva, a qual deve compor a Política Pública de Educação do Campo. Mesmo com o crescimento da educação no ensino em diversos níveis e modalidades, “será preciso aprofundar dois aspectos importantes no Estado de Mato Grosso, relativo ao êxodo rural e ao desenvolvimento da agricultura e seus modelos” (Recket *al.*, 2007, p.16). Esses são fatores decorrentes das crises econômicas do final da década de 1980, quando houve uma retração do modelo de agricultura familiar e assistência técnica em baixa escala e de forma isolada.

A legislação nacional vigente em 1971 sobre a educação era lei nº 5.692/71, do ensino de 1º e 2º graus. Seu objetivo principal era a profissionalização, a formação técnica em nível médio, atendendo ao mercado e à divisão do trabalho. Subentendia-se

que os trabalhadores colocariam seus filhos na escola pública e a classe dominante colocaria seus filhos no ensino privado. Segundo Severino (1986, p. 93),

Aplica-se a atual situação da educação brasileira, no seu todo, a explicação de Bourdieu sobre a produção simbólica e a indústria cultural, com a tendência ao privatismo empresarial, é que ao ser organizado assim em função dos interesses capitalistas, tornou-se elemento de grande processo de indústria cultural, enquanto processo de comercialização de produtos culturais.

Ainda em 1970, foi promulgada a Lei n. 2.993, de 09 de junho, que dispôs sobre a criação de centros educacionais integrados nas cidades de Coxim, Campo Grande, Três Lagoas, Cáceres, Aquidauana, Ponta Porã e Corumbá.

Artigo 1º - Ficam criados na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, os Centros Educacionais, estabelecimentos de ensino integrado, com estrutura administrativa e didático-pedagógica específicas, nas cidades de Coxim, Cáceres, Aquidauana, Ponta Porã, Três Lagoas, Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. Artigo 2º - Os centros Educacionais têm por objetivo ministrar cursos pré-primário, primário, médio, ginásial e colegial. Parágrafo único - O Curso Ginásial terá a forma pluricurricular ou vocacional e o Curso Colegial terá a forma profissionalizante, além do secundário puro e do curso normal. Artigo 3º - Os centros Educacionais obedecerão à seguinte classificação: Categoria I - Coxim; Categoria II - Aquidauana, Cáceres, Ponta Porã e Três Lagoas; Categoria III - Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. Artigo 4º - Os Centros Educacionais funcionarão com os seguintes cursos: Categoria I - a) Pré-Primário; b) Primário. Categoria II - a) Pré-Primário; b) Primário; c) Ginásio Pluricurricular; d) Colégio Normal. Categoria III - a) Pré-Primário; b) Primário; c) Ginásio Pluricurricular; d) Colégio Normal; e) Colégio Técnico. (Mato Grosso, 1970, n.p.).

O objetivo dos Centros Educacionais era ministrar cursos pré-primário, primário, médio, ginásial e colegial. Ainda com a criação dos centros educacionais, funcionaram, nos mesmos estabelecimentos de ensino, diferentes cursos como: primário, ginásio e normal por exemplo.

A preocupação com a educação começa a tornar-se grande em Mato Grosso, pois aumentava a necessidade de força de trabalho qualificada para a sociedade capitalista. Assim, ampliaram-se as legislações referentes ao ensino primário no período histórico analisado e havia os conflitos políticos em torno da ideia de separação do Sul do estado. Vejamos a seguir os fatos registrados na transição da divisão do estado.

2.2 Educação rural na transição para Mato Grosso do Sul (MS)

O ano de 1977 marca o período de desmembramento do estado de Mato Grosso, o qual foi dividido territorialmente com base na Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro, assinada no governo do presidente na época, Ernesto Geisel. Deu-se origem ao estado de Mato Grosso do Sul. Em 1979, o novo estado estruturou-se político-administrativamente e seu primeiro governador foi nomeado: Harry Amorim Costa.

A população não foi informada da decisão de divisão do estado, nem consultada mediante um plebiscito com participação democrática. Os habitantes do norte não concordaram com a medida porque, economicamente, ela os prejudicava.

Na época da divisão, o militar e político de Cuiabá, Filinto Müller, que era anti divisionista, já havia falecido (1972), o que facilitou o projeto diversionista das facções dominantes. Marisa Bittar (2009a, p. 319) explicita a falta de consulta às populações interessadas:

A divisão foi um ato traumático para o norte e ilustra melhor o fato de ela ter sido fruto de um ato autoritário do que a sua recepção no sul. Isto porque, obviamente, quem mais perdeu foi o norte. Mas a sua elite política, tal como a dosul, não estava preocupada com o fato de a população ser excluída do processo.

Nesse cenário instável do novo estado, a insegurança jurídica colaborou, durante os anos 1980, para a organização do movimento dos professores, que visavam à estabilidade em seus cargos. A instabilidade deixava-os em condições de fragilidade laboral e

Impedia qualquer previsão ou regularidade na vida futura dos professores. É nestes termos que a instabilidade jurídica se torna importante para o debate. Em relação à instabilidade política estadual, entre 1º de janeiro de 1979 e 15 de março de 1983, ou seja, no período de apenas um mandato, o Mato Grosso do Sul teve três governadores oficiais (Harry Amorim Costa, Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian), além do duas vezes interino Londres Machado. A ausência de uma liderança capaz de constituir uma hegemonia no interior da elite do estado nascente criou possibilidades de ações para os professores. (Gouveia; Ferraz, 2012, p. 94-95).

É de lamentar a impressão que permanece, ou seja, a de que a questão da escola primária em Mato Grosso do Sul restringiu-se tão somente à sua criação, por via de decreto, ficando a cargo de interesses especiais as providências como instalação, aparelhamento e contratação de professores.

Tal constatação dá-se uma vez que, ainda nos anos de 1950, por meio de atos governamentais (decretos), criavam-se escolas rurais isoladas, apontando-se apenas o local onde seriam instaladas, como fazenda, lugarejo, local. Embora dispersas, desaparelhadas e esquecidas, as escolas rurais em Mato Grosso contribuíram, ao menos, para a iniciação de crianças no plano da familiaridade com as letras e números, aproximando-as da escolarização formal.

O que se observa, nas escolas do campo de Mato Grosso do Sul, infelizmente, não é o que está escrito na lei. Avançamos na legislação e continuamos, em muito, parados quanto às práticas.

Há um descaso por parte do Estado em relação às políticas públicas voltadas, tanto para a questão agrária quanto à educação no/do campo. Os interesses estão voltados para outros fins que não são para atender os camponeses. Não se encara terra de trabalho e educação enquanto direitos, cujos objetivos estariam em formar homens e mulheres plenos que possam gozar de seus direitos de cidadãos, algo que sempre lhes foi negado (Peripolli,2009).

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) é um território constituído de indígenas, de pantaneiros, de camponeses e de quilombolas. Sua Constituição foi promulgada em 05 de outubro de 1989, e segue os preceitos da CF/88, que entende a educação como direito, especificamente no art. 189 que a educação é um direito de todos:

Art. 189. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. (Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, 1989, n.p.).

Em se tratando da educação, destaca o art. 195, menciona a oferta:

Art. 195. O Estado, tendo em vista as peculiaridades regionais e as características de grupos sociais, estimulará, diretamente ou através de incentivos fiscais, a criação e a expansão do ensino técnico e do de agropecuária, a serem ministrados gratuitamente ou através de bolsas de estudo. (Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, 1989, n.p.).

No estado de Mato Grosso do Sul (MS), a educação para os sujeitos da área rural ficou por um longo período à margem da sociedade, praticamente invisível, situação não diferente de todo o país. Nos anos de 1990, também em MS não foi diferente a ação do Movimento Sem Terra (MST) e das organizações sociais, que lutaram diante do Estado pelo processo de busca de uma educação para os sujeitos residentes em áreas

rurais. Promoveram-se inúmeras discussões e debates, assim como eventos sobre a educação ao homem rural.

A história mostra que a ocupação das terras sul mato-grossenses, como em outras regiões brasileiras, é caracterizada historicamente por conflitos violentos, marcados também pela resistência dos povos tradicionais e camponeses que lutaram e lutam contra a expulsão da terra.

Em resistência e luta contra a agricultura capitalista, grupos compostos por camponeses e povos tradicionais lutam para conquistar a terra e outros direitos que muitas vezes a eles são negados.

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação de que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os encontros com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a Reforma Agrária. (Fernandes, 2013, p. 36).

A ocupação, em 1984, da fazenda Santa Idalina, em Ivinhema/MS, tornou-se o marco histórico de resistência camponesa e o início da implantação dos assentamentos da Reforma Agrária no estado de Mato Grosso do Sul.

O próximo item aborda a expansão das instituições escolares no município de Paranaíba, que é o foco da pesquisa, com uma análise da história da cidade, e das legislações que criaram as escolas.

2.3 O ensino rural no município de Paranaíba (MS)

Buscando compreender a educação rural que se efetivou no município de Paranaíba/MS, nos anos de 1969 a 1982, contexto desta pesquisa, torna-se fundamental conhecer um pouco deste tempo e lugar.

2.3.1 O cenário da pesquisa: memórias de Paranaíba

O cenário é o lugar onde as pessoas vivem; dessa forma, marca suas identidades. Para compreender a educação rural que se efetivava no município de Paranaíba/MS, nos anos de 1969 a 1982, consideramos fundamental conhecer um pouco deste tempo e lugar. A Figura 1 a seguir retrata uma das principais avenidas do município nos anos de 1974.

Figura 1 – Av. Cel. Gustavo Rodrigues da Silva (1974)



Fonte: Barbosa Jr. e Fonseca (s.d., n.p.).

Do Bolsão-Capital
És fonte de nossa vida
Não existe outra igual
Paranaíba querida [...] ⁹

Paranaíba é um município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul. Fundada em 1838 (um mil oitocentos e trinta e oito), teve importante papel na Guerra do Paraguai¹⁰, sendo rota de apoio logístico para a fuga dos civis envolvidos nesse conflito.

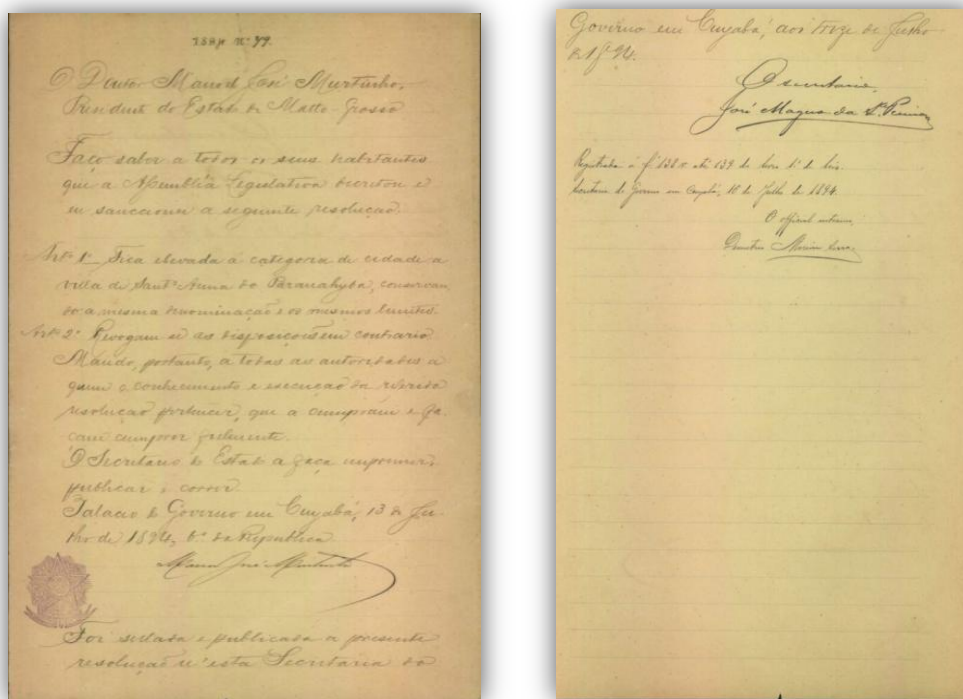
Paranaíba é obra das diversas famílias que transpuseram os limites de São Paulo e Minas Gerais com o objetivo de fixarem-se na região dos vastos campos do sertão mato-grossense. Lideradas pelo capitão José Garcia Leal, as primeiras explorações naquele território ocorreram em julho de 1829, e a partir daí os pioneiros começaram a marcar posses e fazendas próximas aos rios que banham a costa leste de Mato Grosso do Sul, desde o Paranaíba até o alto do Sucuriú. (Barbosa Jr.; Fonseca s.d., n.p.).

⁹Refrão do Hino Oficial da Cidade de Paranaíba-MS. Letra por Antônio Lemos de Freitas – Tonico Lemos. Melodia por Luis Augusto Souza Abdala

¹⁰A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América Latina. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Ela se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870.

Em meados dos anos de 1894, o Presidente Manuel José Murтинho¹¹ publicou a seguinte lei (Figura2), que alterou a categoria de Sant’Anna do Paranaíba “de Villa a cidade”.

Figura 2–Lei Estadual N° 79, de 13/07/1894

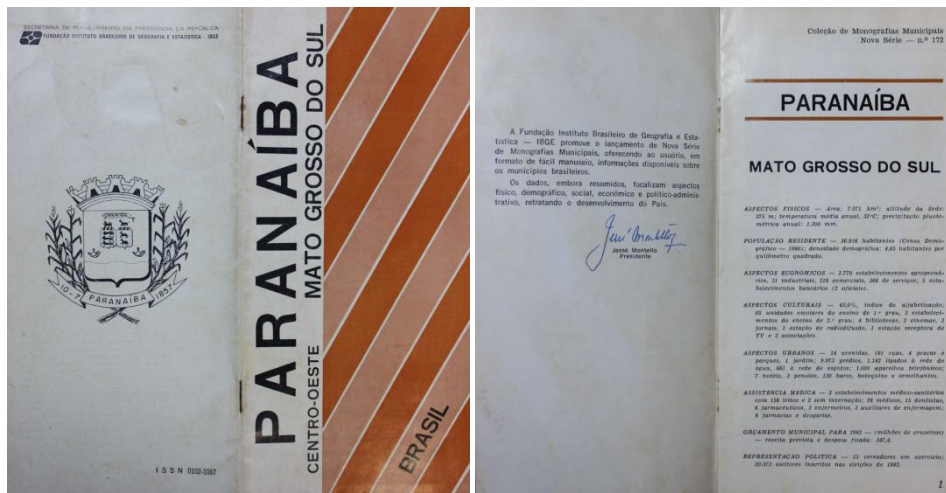


Fonte:Barbosa Jr. e Fonseca (s.d., n.p.).

Em pesquisa no portal “Memórias de Paranaíba”(Barbosa Jr.; Fonseca s.d.), encontra-se o documento Monografias Municipais, elaborado pelo IBGE e publicado no ano de 1984 com dados do município de Paranaíba/MS referentes ao ano de 1982.AFigura3 a seguir exhibe parte desse documento, que retrata os aspectos físicos, econômicos, culturais e urbanos do município;a população residente; o orçamento municipal para o referido ano e a representação política.

¹¹ Proclamada a República, foi nomeado, em dec. de 05 de fevereiro de 1890, primeiro vice-presidente do Estado de Mato Grosso, sendo eleito seu presidente em 15 de agosto de 1891.Tomou posse no dia seguinte. No exercício deste cargo, coube-lhe dirigir toda organização política do estado que administrou.

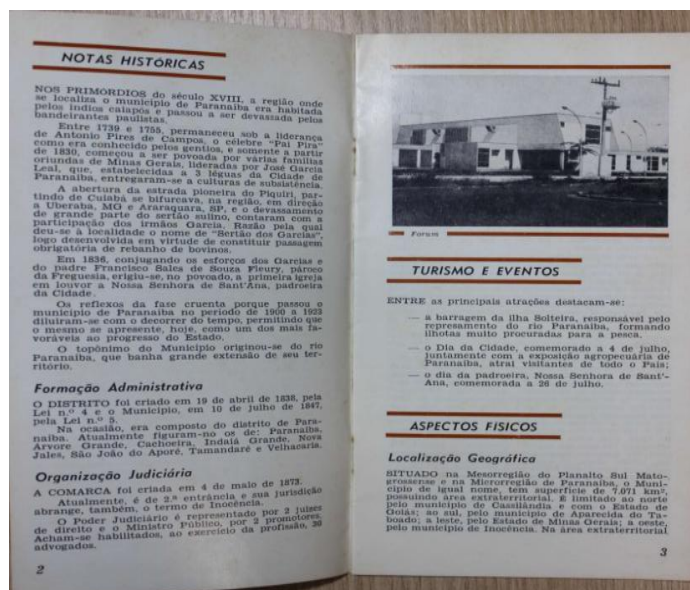
Figura 3 – Monografia Municipal IBGE/1982



Fonte:Barbosa Jr. e Fonseca (s.d., n.p.).

A Figura 4 mostra as notas históricas do documento, discorrendo sobre a abertura de estradas, o turismo, eventos e seus aspectos físicos da época:

Figura 4 – Notas Históricas segundo IBGE/1982

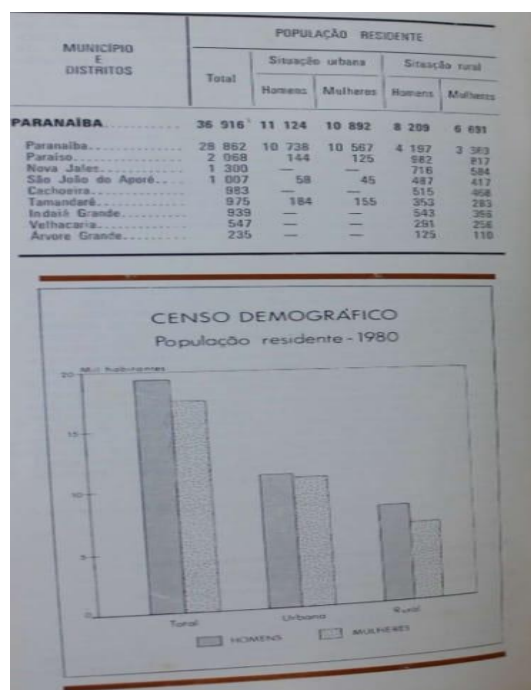


Fonte:Barbosa Jr. e Fonseca (s.d., n.p.).

Na Figura 5 a seguir, é possível visualizar um mapa das estradas abertas e principais acessos ao município:

Destacam-se, na Figura 7a seguir, dados da população residente no município e distritos, incluindo o de Tamandaré, foco da nossa pesquisa. Indica-se que, em 1980, havia uma população de 975 pessoas residindo no distrito, entre 353 homens e 283 mulheres adultas; o restante divide-se entre jovens e crianças.

Figura 7 – Censo Demográfico IBGE/ 1980



Fonte:Barbosa Jr. e Fonseca (s.d., n.p.).

Em se tratando do desenvolvimento econômico, o mercado municipal figura, desde o princípio, como importante suporte de circulação financeira no município e lugar também de encontros e negócios entre os comerciantes.

Figura 8 – Mercado Municipal/1978



Fonte:Barbosa Jr. e Fonseca (s.d., n.p.).

Um dos principais eventos da época, durante as festividades do aniversário da cidade em 4 de julho, acontecia o grande “*Churrascão popular*”. A Figura 9 a seguir foi tirada nas comemorações da administração do prefeito Daladier Agi (1989-1992).

Figura 9 – Churrasco Popular/1989



Fonte:Barbosa Jr. e Fonseca (s.d., n.p.).

O município de Paranaíba e sua completude que marca os diálogos e as narrativas desta pesquisa é um espaço plural, que situa as vidas que se tecem no campo

das transformações de ordem econômica, política, cultural e tecnológica, pelas quais o mundo vem passando como um todo. Os conflitos de tais mudanças afetaram não só a geografia do lugar, mas também sua história e suas práticas culturais, bem como os modos de coletividade e relações sociais.

Na década de 1970, na gestão municipal do prefeito Ozires Vieira de Souza (1966 a 1970), sucedido por Walderes Grande (1970 a 1973), o Brasil vivia o auge da Ditadura Civil-Militar. Contudo, havia, nesse contexto, outro poder constituído e paralelo ao ditatorial, o “*coronelismo*”¹² – o qual moveu um grande poder local com influência política e social. Ele promoveu grandes discussões entre os políticos e famílias renomadas em todos os setores, principalmente na área educacional; muitas vezes os interesses particulares se sobrepunham ao coletivo. Assim, muitas pessoas não foram alfabetizadas.

Nesse mesmo espaço temporal, é lançado, pelo Governo Federal, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral¹³). Ele chegou a esse município através de convênio com a prefeitura. No início, foram propostas classes de alfabetização, por meio do Programa de Alfabetização Funcional¹⁴ (PAF).

Na sequência ao PAF, o Mobral implanta o Programa de Educação Integrada¹⁵ (PEI), que começou a desenvolver suas ações no município em meados da década de 1970, com organização didático-pedagógica e administrativa. Todos os programas eram destinados tanto à zona urbana quanto rural.

Esse período foi um marco para a área educacional do município, haja vista as restritas condições educativas. Não há registros em relação aos formandos, mas em alguns registros, há números expressivos de matrículas, dado confirmado pelos registros de visitas, como se verá adiante.

¹²Coronelismo foi um sistema que ficou conhecido durante a República Velha, na qual os coronéis (ricos fazendeiros) eram os principais responsáveis por comandar o cenário político do país.

¹³O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, durante o governo de Costa e Silva na Ditadura Militar.

¹⁴A alfabetização funcional diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para fins específicos, para a realização de tarefas cotidianas, do âmbito profissional e da convivência comunitária.

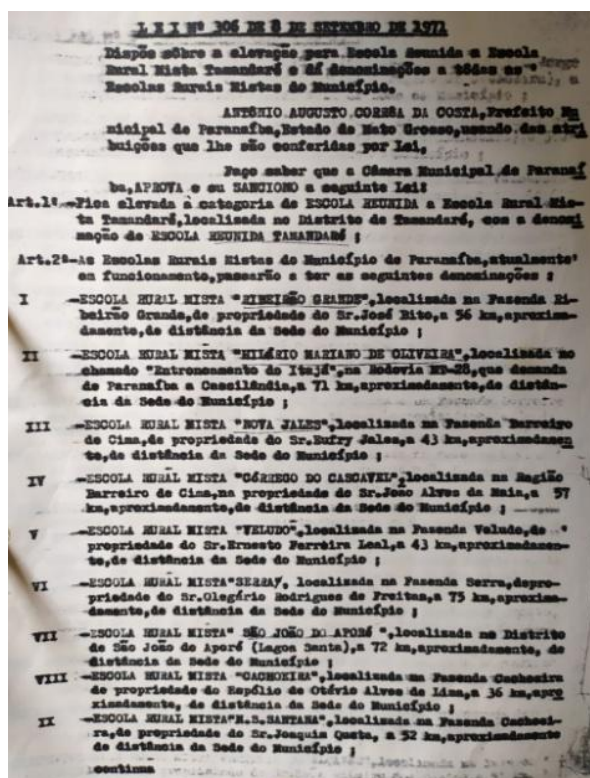
¹⁵ Implementado em 1971; teve como objetivo central dar continuidade ao Programa de Alfabetização Funcional. Assim, o aluno considerado alfabetizado passava para uma fase mais avançada, a qual teria a continuidade progressiva.

2.3.2 Práticas de ensino nas escolas rurais

Uma das escolas rurais pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Paranaíba compõe o universo da pesquisa. Os sujeitos participantes são: o ex-diretor, ex-professores, ex-alunos e antigos moradores do local que atuaram ou estudaram na referida escola pesquisada, constituindo, assim, o cenário da pesquisa.

No ano de 1971, a Lei Nº 306 de 08 de setembro de 1971 (Figura 10) elevou a Escola Reunida a Escola Reunida Tamandaré e deu denominações a todas as escolas rurais mistas do município. Ela se identifica como Decreto de Lei da Criação da escola.

Figura 10 – Lei Nº 306 de 08 de setembro de 1971



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba.

O quadro abaixo apresenta as escolas, localização, proprietário do local e distancia aproximada do município de Paranaíba/MS:

Quadro 4– Perfil das escolas Rurais Mistas do Município de Paranaíba/1970

Nº	ESCOLA REUNIDA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	DISTÂNCIA
01	Ribeirão Grande	Fazenda Ribeirão Grande	José Bito	56
02	Hilário M. de Oliveira	Entr. do Itajá Rod. MT-28	...	71
03	Nova Jales	Fazenda Barreiro de Cima	Eufry Jales	43
04	Córrego do Cascavel	Região Barreiro de Cima	João Alves da Maia	37
05	Veludo	Fazenda Veludo	Ernesto Ferreira Leal	43

Nº	ESCOLA REUNIDA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	DISTÂNCIA
06	Serra	Fazenda Serra	Olegário R. de Freitas	75
07	São João do Aporé	Distrito S. João do Aporé	...	72
08	Cachoeira	Fazenda Cachoeira	Espólio Otávio A. de Lima	36
09	Nossa Senhora Santana	Fazenda Cachoeira	Joaquim Quota	52
10	Frei Caneca	Fazenda Sr Jorge	Ivo Alves Ferreira	42
11	União	Fazenda União	Dionísio Breseguelo	50
12	Velhacaria	Fazenda Velhacaria	José Vital	70
13	Tiradentes	Fazenda Velhacaria	Noé Salustiano	67
14	Alto Santana	Vila Alto Santana	...	40
15	Barreirão	Fazenda Barreiro	Bento Macedo de Jesus	11
16	Castro Alves	Fazenda Barreiro	João Goiano	25
17	Carlos Gomes	Fazenda Divisa	Diogo de Sousa Queiroz	27
18	Inocência	Fazenda Campeiro	Amilson Alves Queiroz	32
19	D. Pedro II	Fazenda Divisa	Mário Rodrigues da Silva	18
20	Santo Antonio	Fazenda Bonito	Antonio Alser Queiroz	50
21	Lageadinho	Fazenda Lageadinho	Moacir da S. Queiroz	43
22	Sítio Bom Jesus	Fazenda Bom Jesus	Edvaldo de Tal	12
23	Vertente do Alçapão	Fazenda Alçapão	João Ribeiro dos Santos	57
24	Alçapão	Fazenda Alçapão	Demolicio de Tal	65
25	Ponte Nova	Fazenda Ponte Nova	Filogonio Ponte Nova	50
26	Roncador	Fazenda Roncador	Pedro Camargo	287
27	Paraíso	Distrito de Paraíso	...	302
28	Fagundes Valera	Fazenda Figueira	Palmiro Almeida Páscoa	37
29	Padre Fleury	Fazenda Figueira	Alcino S. de Souza	30
30	Lagoa Bonita	Olaria Malaguti	...	12
31	Árvore Grande	Fazenda Árvore Grande	Leozólio de Paula	135
32	Porquilha	Fazenda Porquilha	Marcílio Alves Dinis	09
33	Alcino Queiroz	Lagoa do Areré	...	21
34	Marechal Rondon	Fazenda Barreiro de Cima	Conceição Leal	45
35	Machado de Assis	Fazenda Barreiro de Cima	José Parreira	48
36	José de Alencar	Fazenda Barreiro de Cima	João de Souza	58
37	Irara	Fazenda Irara	Francisco Q. de Lima	18
38	Santa Maria	Fazenda Barreiro de Cima	José da Silva Lata	48
39	José Bonifácio	Fazenda Divisa	João Barroso	38
40	Ariranha	Fazenda Ariranha	Dercílio Queiroz	69
41	Ramalho	Chácara Ramalho	Constantino J. de Souza	04
42	São Jerônimo	Fazenda Flora	Nivaldo	10
43	São Judas Tadeu	Cabeceira da Vila	...	08
44	Bonito	Fazenda Bonito	Alesbom Faustino Dias	56
45	Pe. Anchieta	Fazenda Bonito	Alesbom Faustino Dias	63
46	Ponte Alta	Fazenda Ponte Alta	Pedro M. de Queiroz	48
47	Ponto Chic	Fazenda Lobo	Aritogogo Machado	62
48	Cachambú	Fazenda Serra	Sergio Português	05
49	Soarinho	Fazenda Soarinho	Nilo Genaro Klafke	38
50	Indaiá	Fazenda Indaiá	Sebastião A. de Souza	170
51	São Manoel	Fazendinha	José O. de Souza	06
52	Barro Branco	Fazenda Barro Branco	Job Lamblém	23

Nº	ESCOLA REUNIDA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	DISTÂNCIA
53	Pontinha	Fazenda Pontinha	Antonio Garcia Leal	28
54	Castelo Branco	Fazenda Barreiro de cima	João Maria Leal	58
55	Duque de Caxias	Fazenda Puladoro	Pedro Candido da Silva	101
56	Alto da Serra	Fazenda Alto da Serra	Vespasiano Almeida	100
57	Rui Barbosa	Fazenda Serra	Zico Soares	110
58	Getulio Vargas	Fazenda Coqueiros	Antonio Belarmino	15
59	Prof. João Magiano	Córrego Fundo	Mauro Ferreira	36
60	Córrego Dantas	Fazenda Córrego Dantas	Antonio Garcia Leal	35
61	Figueira	Fazenda Figueira	Lino S. de Paula	35

Fonte:elaborado pela autora.

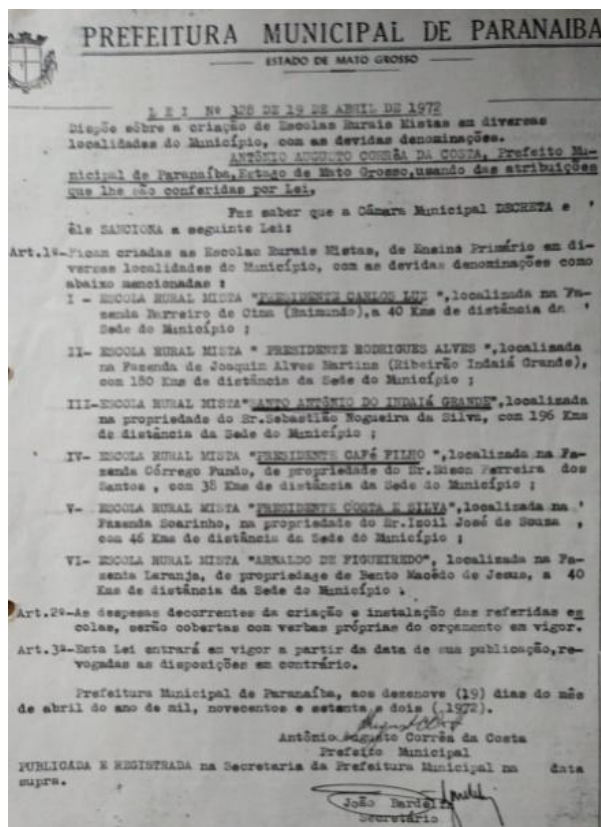
*Os espaços em reticência – (...) – referem-se aos dados não informados na documentação.

Os dados mencionados revelam a grande extensão de áreas rurais que constituem o município de Paranaíba e escolas mistas implantadas. Torna-se relevante analisara distância dessas escolas em relação ao município; a mais próxima encontra-se a 4 km, e a mais distante a 302 km.

A mesma Lei de Nº 306 de 08 de setembro de 1971, em seu Art. 3º, determinava: “A escola rural será transferida pelo Poder Executivo, num raio de 20 (vinte) quilômetros, em qualquer tempo e quando a conveniência de ensino aconselhar, comunicada na Câmara Municipal”.Entende-se que a criação, desativação e transferência das próprias escolas seriam a qualquer momento, desde que necessário.

Já o Decreto de Lei Nº 328 de 19 de abril de 1972 dispunha sobre a criação de diversas escolas Rurais Mistas em diversas localidades do município, com as devidas denominações. Conforme a Figura11 a seguir, foram criadas mais seis escolas, nesse mesmo ano, na região rural.

Figura 11– Lei Nº 328 de 19 de abril de 1972



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba.

As grades Curriculares do Ensino de 1º Grau operacionalizadas, de 1973 até 1982, foram aprovadas pela Coordenadoria Geral de Vida Escolar da Secretaria de Educação. O Regimento Escolar achava-se devidamente aprovado pelo Núcleo de Serviço de Vida Escolar e de Rede Física da Delegacia Regional de Educação do estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com o Regimento das Escolas Rurais, no Capítulo I – Seção II:

Art. 27 – Os currículos serão organizados em conformidade com a legislação vigente e os objetivos da escola. Parágrafo Único – A ordenação do currículo será feita por séries anuais de atividades. Art. 28 – Os currículos não poderão ser modificados no decurso do ano letivo. Parágrafo Único – Qualquer modificação que se pretenda introduzir nos currículos deverá ser apresentada para aprovação do órgão competente antes do início do ano letivo para poder vigorar na sua vigência. (Paranaíba, 1980, n.p.).

É importante destacar que o Regimento Escolar encontrado nos arquivos vigorou do ano de 1980 a 1982. As imagens abaixo retratam os quadros curriculares dos anos de: 1973, 1981 e 1982. Não foram encontrados registros dos outros anos no arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba.

Figura 12 – Quadro Curricular de Estudo de 1º grau para as escolas rurais – 1973

QUADRO CURRICULAR - ENSINO DE 1º GRAU - 1ª à 4ª SÉRIES ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU " MÓDULO = 30 SEMANAS ANO = 1.973						
CAMADAS	MATERIAS	CATEGORIA CURRICULAR ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA			
			1ª S	2ª S	3ª S	4ª S
INICIAÇÃO GERAL Módulo Comun e Art. nº 7º da Lei nº 5699/71	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA NACIONAL	10	10	10	10
	INTEGRAÇÃO SOCIAL	ESTUDOS SOCIAIS	04	04	04	04
	INICIAÇÃO NAS CIÊNCIAS	CIÊNCIAS MATEMÁTICA	10	10	10	10
TOTAL	SEMANA EM HORAS/AULA ANUAL = 720 horas		24	24	24	24

SE/MS. COBERTO
EM 21/07/85
24/85

CBS: Aulas aos sábados

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba.

Figura 13 – Quadro Curricular de Estudo de 1º grau para as escolas rurais – 1981

QUADRO CURRICULAR PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS QUADRO CURRICULAR - ENSINO DE 1º GRAU - 1ª à 4ª SÉRIES ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU " MÓDULO = 36 SEMANAS - ANO = DE 1.974 à 1.981							
CAMADAS	MATERIAS	CATEGORIA CURRICULAR ATIVIDADES	CONTÊNDOS INDICADOS	CARGA HORÁRIA			
				1ª S	2ª S	3ª S	4ª S
INICIAÇÃO GERAL Módulo Comun e Art. 7º da Lei nº 5699/71	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA NACIONAL	09	09	09	09
	ESTUDOS SOCIAIS	INTEGRAÇÃO SOCIAL	ESTUDOS SOCIAIS EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	04	04	04	04
	CIÊNCIAS	INICIAÇÃO NAS CIÊNCIAS	CIÊNCIAS MATEMÁTICA	07	07	07	07
TOTAL	SEMANAL EM HORAS/AULA ANUAL = 720 horas			20	20	20	20

SE/MS. COBERTO
EM 21/07/85
24/85

CBS: As aulas de Educação Artística e Educação Física estão integradas em Língua Nacional.
As aulas de Geografia e História estão integradas em Estudos Sociais.
As aulas de Ensino Religioso estão integradas em Educação Moral.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba.

Figura14 – Quadro Curricular de Estudo de 1º grau para as escolas rurais – 1982

QUADRO CURRICULAR PADRÃO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS				DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARANAÍBA - MS GUILHERME HANS DIRETOR AUT. Nº 000490/0007/82			
QUADRO CURRICULAR - ENSINO DE 1º GRAU - 1ª à 4ª SÉRIES							
ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU "							
MÓDULO = 36 SEMANAS				ANO = A PARTIR DE 1.982			
CAMBIOS	MATÉRIAS	CATEGORIA CURRICULAR ATIVIDADES	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA			
				1ª S	2ª S	3ª S	4ª S
EDUCAÇÃO GERAL	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA PORTUGUESA	09	09	09	09
	ESTUDOS SOCIAIS	INTEGRAÇÃO SOCIAL	ESTUDOS SOCIAIS EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	04	04	04	04
	CIÊNCIAS	INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS	CIÊNCIAS MATEMÁTICA	07	07	07	07
TOTAL	SEMANAL EM HORAS/AULA		SE / MS GOVERN. APROVADO EM 21/01/82 PS	20	20	20	20
	ANUAL = 720 horas						

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba.

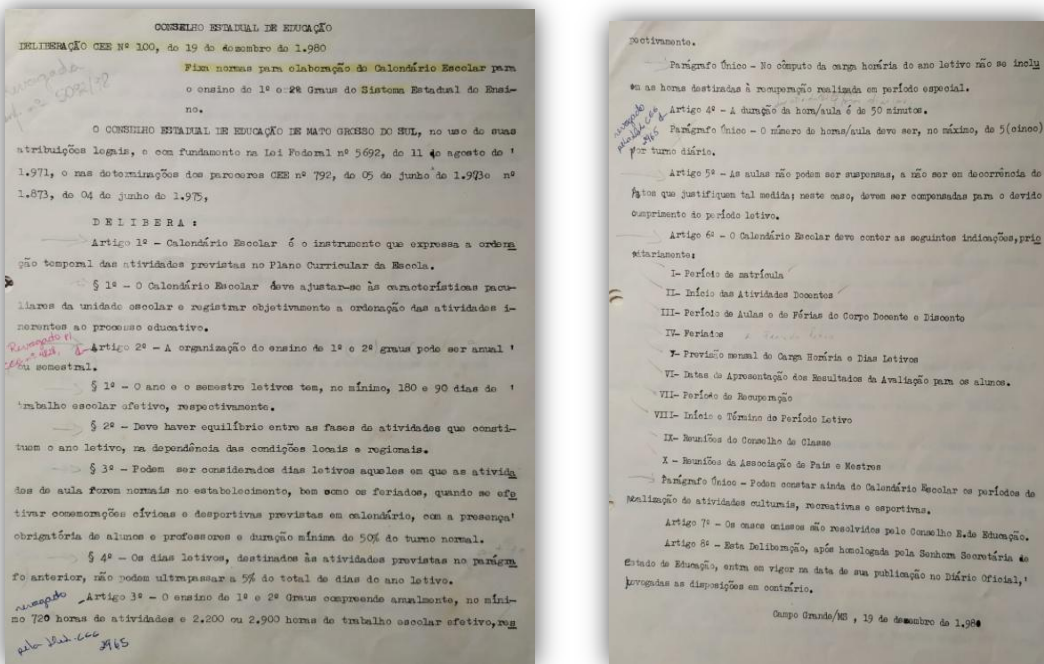
No decorrer das entrevistas realizadas no trabalho de campo desta pesquisa, consideramos a história e memória de uma professora leiga e do professor Januário, tendo como objetivo analisar as suas práticas e os significados que atribuíram ao período em que lecionaram no meio rural. No recorte temporal da pesquisa, as escolas rurais do município de Paranaíba eram instituições de ensino primário isoladas, onde uma só professora lecionava em uma única sala de aula para alunos de séries diferentes.

Além das tarefas essenciais como professora, essa profissional era responsável pela limpeza da sala, pelo atendimento aos pais e pela confecção do lanche, quando era oferecido. A escola rural era vinculada à Secretaria Municipal de Educação, e fiscalizada por inspetores municipais de ensino. O professor era contratado pela Prefeitura Municipal, que pagava-lhe o salário mensal. Nos próximos capítulos, será possível analisar as entrevistas realizadas. No entanto, cabe aqui enfatizar que nenhum dos entrevistados mencionou nas entrevistas os nomes das disciplinas descritas nas Figuras 12, 13 e 14. O objetivo deles era ensinar a ler, escrever e contar.

O Regimento das Escolas Rurais, no Capítulo II, Seção I – Do Calendário Escolar, determina em seus artigos:

Art. 29 – O calendário Escolar é o instrumento que expressa a ordenação temporal das atividades previstas no Plano Curricular da Escola. Art. 30 – A organização do ensino será anual. Art. 31 – O ano e

Figura 16- Deliberação CEE N° 100, 10/12/1980



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba.

Figura 17 - Relação nominal dos professores leigos¹⁶ pagos em 1970

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA									
RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFESSORES LEIGOS PAGOS EM 1970									
NOME PROFESSORES	VINCULO	SAL. MENS.	ADMISSÃO	F.F.M.	ALGUNS	NOME EMPREGADOR	MUN. INSC.	EST. INSC.	RECEITA
Alison Rodrigues Aparecido	Contratado	Cr\$ 144,00	01/03/70	Cr\$ 110,40	29	Sec. Rural Mista "Serra II"	Prinário	101010	R\$ 9.237
Ela Rosa Barreto	Contratada	Cr\$ 144,00	26/10/70	Cr\$ 110,40	26	Sec. Rural Mista "Fazenda"	Prinário	1012	R\$ 9.218
Isamar Alves de Oliveira	Beneçada	Cr\$ 144,00	12/04/67	Cr\$ 110,40	28	Sec. Rural Mista "Divina I"	Prinário	1013	R\$ 9.243
Sônia Bandeira Amaral	Contratada	Cr\$ 144,00	03/09/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Iruara"	Prinário	1014	R\$ 9.244
Alva Helena Ramos	Contratada	Cr\$ 144,00	20/04/70	Cr\$ 124,40	27	Sec. Rural Mista "Aracuaia"	Prinário	1015	R\$ 9.247
Carla Cruz Trindade de Sousa	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	27	Sec. Rural Mista "Figueiras"	Prinário	1016	R\$ 9.245
Argelina Barbosa Socorro	Contratada	Cr\$ 144,00	01/10/70	Cr\$ 117,40	30	Sec. Rural Mista "Divina II"	Prinário	1017	R\$ 9.299
Alma Aparecida Amaral	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 135,40	29	Sec. Rural Mista "Oga Garcia"	Prinário	1018	R\$ 9.299
Conceição de Sousa	Contratada	Cr\$ 144,00	17/08/70	Cr\$ 110,40	32	Sec. Rural Mista "Velhaserra"	Prinário	1019	R\$ 9.253
Carla Alves	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 124,40	29	Sec. Suburbana "Oga Garcia"	Prinário	1020	R\$ 9.253
Alva Helena Rodrigues	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 135,40	21	Sec. Rural Mista "Serra"	Prinário	1021	R\$ 9.253
Araceli Pires Freire	Contratada	Cr\$ 144,00	15/06/70	Cr\$ 117,40	28	Sec. Rural Mista "Serra II"	Prinário	1022	R\$ 9.253
Luizvaldo Oliveira Pereira	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	32	Sec. Rural Mista "Serra II"	Prinário	1023	R\$ 9.253
Antônio Antônio Freire	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Fazenda"	Prinário	1024	R\$ 9.253
Leza Carolina Ramos	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	40	Sec. Rural Mista "Alta do Serra"	Prinário	1025	R\$ 9.253
Leza do Carmo Soares	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	48	Sec. Rural Mista "Alta do Serra"	Prinário	1026	R\$ 9.253
Luizvaldo Rosa de Carvalho	Contratada	Cr\$ 144,00	01/02/62	Cr\$ 145,40	30	Sec. Suburbana "Comandador Garcia"	Prinário	1027	R\$ 9.253
Luiz Carlos Garcia	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	28	Sec. Suburbana "Barro Branco"	Prinário	1028	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	28	Sec. Suburbana "Barro Branco"	Prinário	1029	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	36	Sec. Suburbana "Barro Branco"	Prinário	1030	R\$ 9.253
Francisco Luis Nunes	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	28	Sec. Suburbana "Barro Branco"	Prinário	1031	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 138,40	30	Sec. Suburbana "Barro Branco"	Prinário	1032	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	35	Sec. Suburbana "Barro Branco"	Prinário	1033	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	27	Sec. Suburbana "Barro Branco"	Prinário	1034	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 117,40	45	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1035	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	35	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1036	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	35	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1037	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	37	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1038	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	40	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1039	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	42	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1040	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	45	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1041	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	48	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1042	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	49	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1043	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	52	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1044	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	27	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1045	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	29	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1046	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1047	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	29	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1048	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1049	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	29	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1050	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1051	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1052	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1053	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1054	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1055	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1056	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1057	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1058	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1059	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1060	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1061	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1062	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1063	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1064	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1065	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1066	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1067	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1068	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1069	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1070	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1071	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1072	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1073	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1074	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1075	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1076	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1077	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1078	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1079	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1080	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1081	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1082	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1083	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1084	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1085	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1086	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1087	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1088	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1089	R\$ 9.253
Luiz Inácio Guimarães	Contratada	Cr\$ 144,00	03/03/70	Cr\$ 110,40	30	Sec. Rural Mista "Palmeiras"	Prinário	1090	R\$ 9.253

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba.

¹⁶Nesse período, entendia-se que “professor leigo” era todo docente que estava atuando em sala de aula e não tinha a habilitação de acordo com o artigo 30 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB da época (Lei Federal nº 5.692/1971) (Brasil, 1971).

A Figura 17 retrata que, no ano de 1970, na Rede Municipal de Ensino, havia um total de 55 escolas isoladas e espalhadas pelo território rural do município; 56 turmas mistas e multisseriadas da 1ª a 4ª série; e um total de 1833 alunos frequentes. No que se refere à escolaridade dos professores, o título do documento afirma “Relação nominal de professores leigos”, com formação mínima para atuação. Dentre aqueles que possuem escolaridade de nível “Diplomada”, somente uma professora na rede possuía o diploma, formação mínima admitida por lei para receber o salário pago com recursos do FUNDEB¹⁷.

Figura 18 – Relação nominal dos professores pagos com recursos do FUNDEB – 1970

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA
RELAÇÃO DOS PROFESSORES PAGOS COM RECURSOS DO FUNDO
ARTIGO 2º, V, e 3º. PARÁGRAFO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 160/70
RESOLUÇÃO Nº DE PROFESSORES

NOME	NÍVEL INICIAL	VENCIMENTO EFETIVO OU CONTRATO	DATA DE INICIO DE EXERCÍCIO	REMUNERAÇÃO ANUAL
Getrudes Alves Moreira	1-DiplomadaSIM..... 2-Nome da Escola-Serial, Estadual, de Paranaíba...EE... 3-Data de Diploma ..20/12/1.969..... 4-Data de Registro ..21/01/70..... 5-Nº Título de Eleitor14.974.....	CONTRATADA	01/01/1 970	06.1.800,00

DECLARAÇÕES: -
 I. O salário mínimo vigente no Município de Paranaíba, em 1 970 é de valor igual a 06.144,00 (Cento e quarenta e quatro cruzeiros).
 II. O professor de nº 1 leciona na Escola Suburbana Comandador Garcia, curso Primário, grão 1º ano, onde leciona 4 professores, para 120 alunos.
 III. Os professores admitidos no exercício de 1 970, com recursos do Fundo foram recrutados em diante diploma ou prova de suficiência, em cumprimento às normas fixadas pelo Artigo 9º, da Resolução nº 90/70.

[Assinatura]
 Dir. de Div. de Saúde, Educação e Cultura e Bem-Estar Social
 Célio Garcia Gomes

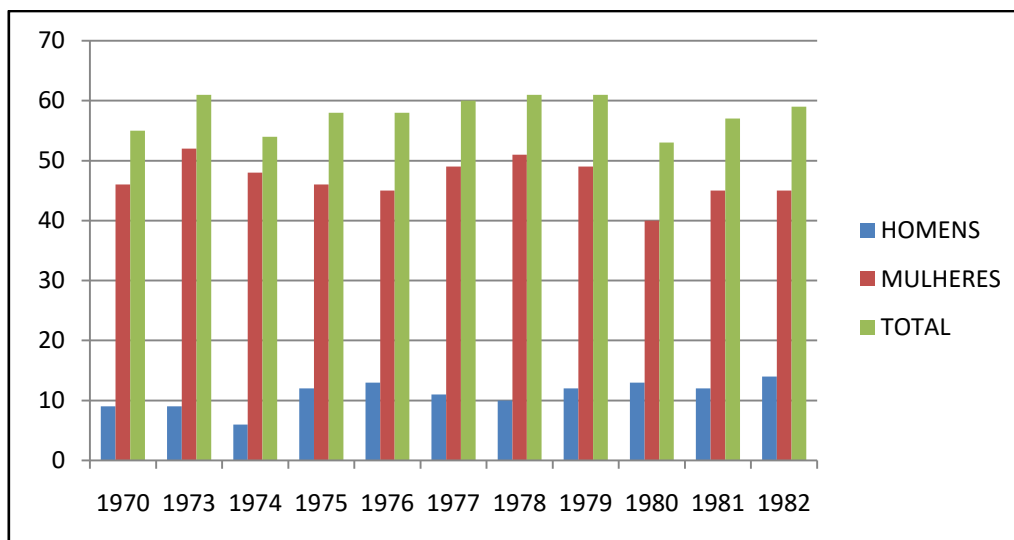
[Assinatura]
 Antônio Augusto Corrêa da Costa
 Prefeito Municipal

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba.

Encontra-se no Gráfico 1 a seguir um breve perfil das professoras e dos professores leigos lotados nas escolas rurais do município de Paranaíba/MS no ano de 1970 a 1982 e dos aspectos relativos à estrutura organizacional da educação rural no município.

¹⁷ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

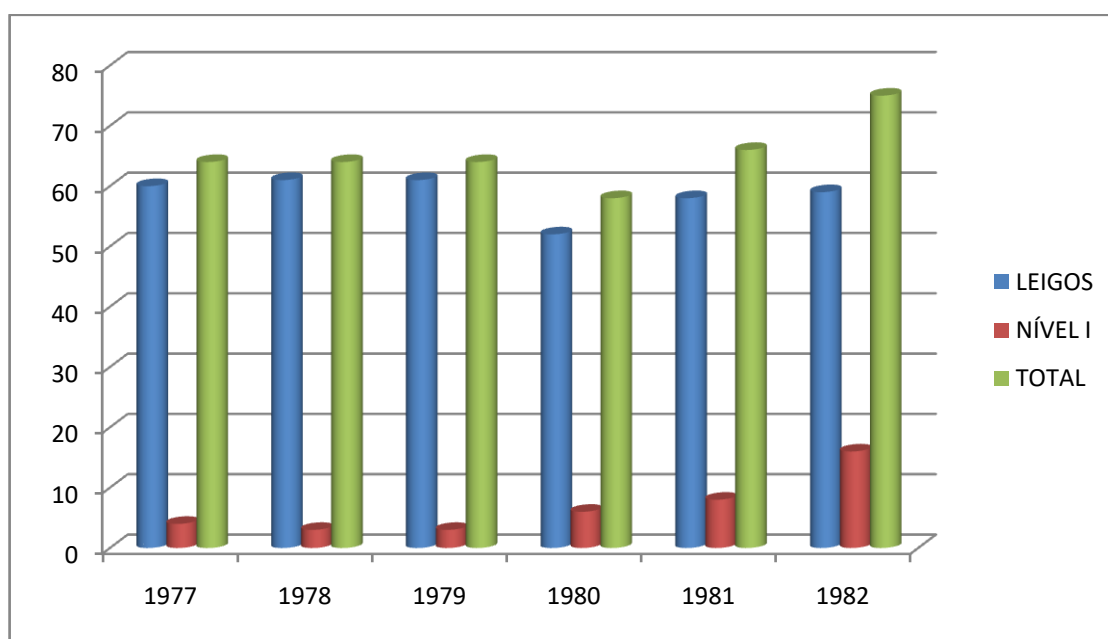
Gráfico 1– Relação dos professores leigos de 1970 a 1982



Fonte: elaborado pela autora.

O perfil predominantemente feminino dos professores mantém-se com pequenas diferenças durante o período pesquisado.

Gráfico 2– Relação dos professores leigos e graduados de 1977 a 1982



Fonte: elaborado pela autora.

3 DO CHEIRO DA TERRA AOS FIOS DA MEMÓRIA: A ESCOLA E A COMUNIDADE

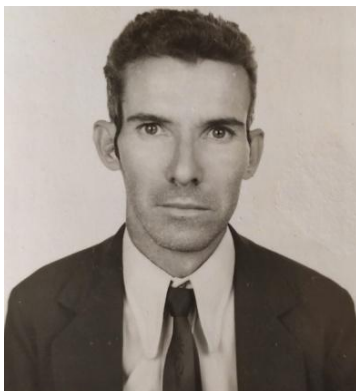
As memórias contadas acerca de trajetória de vida, para além dos documentos pessoais de uma existência, podem ser entendidas como rememoração através das quais podemos perceber as experiências e vivências de um tempo passado, sinalizando o presente. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade” (Le Goff, 2013, p. 469). Assim, torna-se necessária uma investigação que sinalize o entrevistado como sujeito único e singular, na trajetória de sua vida, se reportando a um conjunto de vivências e experiências armazenadas na sua memória. Para tratarmos da implantação da escola Reunida Tamandaré, da ocupação e origem do distrito, é imperioso tratar da pessoa do professor Januário Ricardo de Lima.

3.1 *Eu era tudo, né!...* Professor Januário Ricardo de Lima e a Escola

[...] Porque eu tinha que cuidar da escola, tinha que cuidar do patrimônio. Com o povo do patrimônio, havia conflitos, e eu tinha que resolver, porque não tinha polícia. Então, eu falava para o prefeito, na época, que eu tinha sete profissões. Eu era professor, eu era delegado, eu era médico, eu era tudo, né! (Januário, 2023).

A epígrafe revela a fala do professor Januário Ricardo de Lima, trazendo à tona as lembranças do passado. Ele deixa transparecerem sua memória a importância e estima que tinha pelos alunos e pelo trabalho. Nóvoa (2000, p. 17) enfatiza que “[...] é impossível separar o eu profissional do eu pessoal”. A trajetória profissional do professor Januário Ricardo de Lima contribui para a justificativa do recorte temporal estabelecido na pesquisa, de 1969 a 1982, tempo de permanência do professor na escola estudada (além de outros fatos importantes).

Figura 19 – Professor Januário Ricardo de Lima/1969



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

Januário Ricardo de Lima nasceu aos 10 dias de julho do ano de 1937, na cidade de Monte Aprazível-SP. É filho de João Ricardo de Lima e de Maria Morales de Lima, pecuaristas, que tiveram ao todo dezesseis filhos; destes, seis já falecidos. Sempre viveu em área rural. Porém, a família saiu de Monte Aprazível quando Januário ainda era um bebê, mudando para a região rural de Cosmorama/SP, conforme o depoimento abaixo.

Nós viemos para Cosmorama. Meu avô não quis ficar lá, porque vinha estrada de ferro e, com ela, naquele tempo, vinha muitos bandidos. Aí, meu avô vendeu a fazenda lá e comprou uma fazenda ali, no Córrego Areião, na região dos Carneirinhos/Minas Gerais. Ali, a gente foi criado até, mais ou menos, nove anos. Aí meu avô teve um problema lá; precisou vender a fazenda e comprou outra aqui, perto de Paranaíba, ali na Cachoeira. (Januário, 2023).

Portanto, no ano de 1952, seus pais migraram para o Mato Grosso junto com os seus avôs paternos, residindo na fazenda Cachoeira, em Paranaíba. Quando a família de Januário chegou à cidade, o estado de Mato Grosso do Sul ainda não existia. Isso só ocorreria com a divisão de Mato Grosso, pela Lei Complementar Nº31, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, em 11 de outubro de 1977 (Brasil, 1997). O estado nascente foi oficialmente instalado em 1979 (Silva, 1997).

Em relação a sua escolarização, o professor iniciou seus estudos no ano de 1952,

Então, com 15 anos, iniciei os estudos. Era uma escola rural e a gente estudava o dia inteiro. A mulher era uma professora baiana; pôs nós todos sentados no chão. Naquela época, o estudo era por livro. Não se falava ano. Então, eu fiz o primeiro, o segundo e o terceiro ano com ela—era terceiro livro. Aí aprendi a ler e a escrever, mas eu não concordei com aquilo, porque achei muito pouco. (Januário, 2023).

A escola era situada em uma fazenda vizinha; era um barraco que ficava no fundo da casa dos donos da fazenda. As dificuldades enfrentadas eram muitas “E aí, ali, a gente ia para a escola, levantava madrugadinha, fazia a refeição, punha num caldeirãozinho e levava para a escola” (Januário, 2023).

Porém, seu avô vende a fazenda novamente e, assim, a família se mudou mais uma vez.

Aí, em Paranaíba, meu avô vendeu a terra e comprou acho que uns 10 arqueirinhos, ali perto de um lugar de lambari, pertinho de Paranaíba. A gente passou para ali e eu comecei a estudar por correspondência. Entrei numa escola chamada Riba do Rio Abaixo – Minas. Era uma escola só de padres, recebia o material pelo correio por remessa. Vinha o material para mim, eu respondia tudo, fazia tudo, mandava para eles e eles mandavam certificado. (Januário, 2023)

Em 24 de julho de 1965, Januário se casa com Maria Soldera de Lima, nascida em 17 de dezembro de 1947, conforme certidão de casamento abaixo.

Figura 20 – Certidão de casamento de Januário e Maria/1965

Tábua N.º 2
 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 P.º N.º 72
 REGISTRO CIVIL
 Estado de SÃO PAULO
 Comarca de PARANAÍBA
 Município de PARANAÍBA
 Distrito de PARANAÍBA
 CASAMENTO N.º 104
 Otor Ferreira Vitalito
 Oficial Vitalista
 CERTIFICO que, a fls. 72 do Livro N.º 104 do Registro de Casamentos
 foi feito o assento de casamento de **JANUÁRIO RICARDO DE LIMA**
 e **MARIA SOLDERA DE LIMA**, contraente perante o Sr. Juiz de Casamentos
 Sr. Irineu Pavonatti e as testemunhas constantes do termo
 Ela, nascida em Coarassá, Estado de São Paulo aos
 10 de julho de 1937, profissão: Controladora
 domiciliada em São João Ricardo de Lima, de 27 anos de idade, nascido
 em Barretos, Estado de S.P., domiciliado em Paranaíba, M.T., e
 residente em Paranaíba, Estado de M.T., e de Maria Soldera de Lima
 de 18 anos de idade, nascida em Dorcas, São Estevão, M.G.,
 domiciliada em Paranaíba, M.T., e residente em Paranaíba, M.T.
 Ela, nascida em Santa Helena, Estado de São Paulo aos
 17 de dezembro de 1947, profissão: doméstica
 domiciliada em São João Ricardo de Lima, de 17 anos de idade, nascido
 em Traviço, Itália, domiciliado em São João Ricardo de Lima
 e residente em São João Ricardo de Lima, de p. Santa Bernadete Soldera
 de 18 anos de idade, nascida em Uchôa, Estado de São Paulo
 domiciliada em São João Ricardo de Lima, e residente em São João Ricardo de Lima
 A contraente passa a assinar-se **MARIA SOLDERA DE LIMA**
 Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 N.º 1 a quatro
 do Código Civil Observações: Adotaram o Regime da Comunhão Universal
 de Bens.
 O referido é verdade e dou-lo
 Paranaíba, 24 de julho de 1965
 Reconhecer no Tabelionato Público, Livro 01-3, Fols. 01-3, Paranaíba, 24 de julho de 1965
 Oficial

Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

Essa fase da vida de Januário foi primordial para seu exercício da profissão de docente. No ano de 1966, com a intenção de dar continuidade a sua formação, fez, à distância, o curso “Técnico e preparatório de disciplinas ginásial pelo Instituto Científico e Técnico Rural Brasileiro”. Na Figura 21 a seguir, vemos seu certificado de conclusão desse curso:

Figura 21 – Certificado de curso técnico de Januário Ricardo de Lima



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

Nesse mesmo ano, foi designado “Membro do Instituto Científico e Técnico Rural Brasileiro”, recebendo o título de “Professor Honorário da Escola Politécnica dos Cursos Autodidáticos”, conforme mostra o documento na Figura 22 a seguir:

Figura 22 – Título de “Professor Honorário da Escola Politécnica dos Cursos Autodidáticos”



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

Eu fiz uma casa para o meu pai, que se mudou para ela. Eu fiquei na casa em que meu pai morava, a qualificava mais perto dos alunos. Aí, como eu casei, passei a escola para a mulher, e falei: “Você vai estudar, vai lecionar, e eu vou trabalhar para poder fazer um meio de vida”. (Januário, 2023).

Na época de atuação do professor Januário e Maria, não havia legislações que impunham formação docente específica para ministrar aulas. Na fazenda onde moravam, havia a escola isolada com mais ou menos 30 alunos matriculados. O contrato dos professores era feito pelo Estado; porém, era ano de eleição e o candidato que a família de Januário apoiava perdeu. Com isso, foram dispensados e a escola fechada. “[...] Aí, eu passei a lecionar como particular. Eu deixava a mulher e ia lecionar num lugar e noutro. Foi uma fase complicada. Nessa época, resolvi mudar para Paranaíba” (Januário, 2023). Mesmo residindo na área urbana, Januário continuou dando aulas particulares em áreas rurais e, à noite, trabalhou em um mercado na cidade.

Durante esse período, em Paranaíba, o casal teve seu primeiro filho, batizado com o nome de Simei Ricardo de Lima. Nasceu aos 4 dias de abril de 1967. Na continuação de sua jornada, no ano de 1969, Januário foi convidado pelo prefeito da época, Ozires Vieira de Souza, para ir ao distrito Tamandaré, onde o político precisava de alguém de confiança para ser seu representante, ministrando aulas e cuidando da

formação do distrito. “[...] Aconteceu que eu vim para a escola no Tamandaré; fui nomeado pela prefeitura para ser professor” (Januário, 2023).

Figura 23 – Reunião de pais na Escola Rural Mista Tamandaré/1969



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

Januário, ao iniciar sua jornada de trabalho naquela região, descreve a situação em que se encontrava a escola isolada, praticamente sem recursos materiais e financeiros. Ele explica como iniciou sua organização:

A escolinha era lá em cima; lá a gente fazia um período. Eu fazia dois períodos no começo. Quando eu comecei lá, eu tinha pouco aluno. Eram mais ou menos uns 50. Aí, eu ensinava 30 alunos e a mulher ensinava 20; um trabalhava de manhã e o outro à tarde. Aí, eu passei a fazer matrícula; tinha uma bicicleta, eu entrava nessas furnas e ia de casa em casa. (Januário, 2023).

Nesse período, seu Januário e dona Maria tiveram seu segundo filho, Esli Ricardo de Lima, nascido aos 3 dias de março de 1970. Aumentavam as obrigações como chefe de família.

No ano de 1971, viemos para a escola nova. Éramos quatro professores; trabalhávamos no matutino e vespertino. Eu ainda tinha uma turma de Mobral à noite. No começo das aulas, não havia muito aluno. No Mobral da noite, matriculavam-se vários alunos que depois abandonavam os estudos. Já cheguei a ensinar turmas de 20 a 25. De acordo com a necessidade das pessoas idosas, que eu verificava, ia abrindo turmas novas para ensinar. (Januário, 2023).

Figura 24 – Alunos e professores da Escola Reunida Tamandaré – 1971



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

A escola foi construída em prédio de alvenaria pela Prefeitura Municipal de Paranaíba, com o auxílio da comunidade e membros do Centro Rural. Januário esteve à frente dos trabalhos. Eram quatro professores leigos atuando em dois períodos: matutino e vespertino.

A norma referente à formação docente foi regulamentada pela Lei Nacional de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692/71 (Brasil, 1971), a qual fixava as Diretrizes e Bases para o ensino. No Capítulo I, em seu artigo primeiro, refere-se ao objetivo do ensino de 1º e 2º grau:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971, n. p.).

A Lei 5.692/71 determinou as normas para o exercício do magistério; o docente das primeiras séries do 1º grau deveria ter formação mínima, com a habilitação específica de 2º grau, que se referia ao curso magistério ou normal, de acordo com o artigo 30 dessa lei:

Art. 30 Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a - no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b - no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c - em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena. (Brasil, 1971, n. p.).

No período de vigência da Lei 5.692/71, o município de Paranaíba, com sua grande extensão rural e um número significativo de escolas rurais, foi procurando adequar-se, pois os professores que atuavam nas escolas rurais eram denominados professores leigos.

Nesse período, foi exigido aos professores que continuassem seus estudos, dentro do período de vigência da Lei. Conforme o depoimento de Januário, o curso técnico que ele havia feito a distância não foi aceito.

Eu tinha primário, porque naquela época ainda não se exigia mais, só o primeiro grau. Aconteceu que o estado requereu que eu fizesse o primeiro grau completo. Estudei em Três lagoas, fiz o supletivo, porque o meu problema era estudar. Se eu estivesse estudando ou ensinando, para mim, estava bem. (Januário, 2023)

No momento em que Januário foi indagado sobre quais eram as suas maiores dificuldades enquanto estava à frente da escola e da organização do Distrito, ele relata que

Tinha que cuidar da escola tinha que cuidar do patrimônio. Com o povo do patrimônio, havia conflitos, e eu tinha que resolver, porque não tinha polícia. Então, eu falava para o prefeito, na época, que eu tinha sete profissões. Eu era professor, eu era delegado, eu era médico, eu era tudo, né! (Januário, 2023).

Januário e Maria tiveram sua terceira filha, Elionai Soldera de Lima, no dia 7 de setembro de 1973; a felicidade foi imensa com a chegada dela. Junto à construção da escola, também foi construída uma casa de alvenaria para moradia de Januário com sua família. Quando Januário deixou de atuar na escola, por motivos particulares, a qual já estava funcionando bem e se dedicou a cuidar da formação do distrito.

Januário Ricardo de Lima e Maria Morales de Lima residem no Distrito Tamandaré até os dias atuais.

3.2 De Escola Mista Tamandaré a Escola Municipal de 1º grau “Reunida Tamandaré”

Antes de construir a escola aqui no patrimônio, já havia a escolinha lá em cima. Era um rancho de casqueiro, com uma tábua mais baixa para sentar e outra mais alta para escrever. Só depois da criação do distrito é que o prefeito fez a escola de alvenaria. Aí nós viemos estudar aqui embaixo; tinha até carteiras. Eu queria ter guardado uma de lembrança, era muito legal; dava para colocar tudo nela, os materiais. A gente ficou muito feliz com a escola nova. (João Luiz da Costa, 2022).

Nos arquivos pessoais, encontram-se diferentes registros que, muitas vezes, fazem parte de um tempo “perdido”, esquecido. Porém, trata-se de uma memória que concebe um passado de escolarização, com características próprias da instituição escolar.

Figura 25 – Formatura da turma do 4º ano de 1974



Fonte: arquivo pessoal de João Luiz da Costa.

Entre algumas fotos que integram o arquivo pessoal do Sr. João Luiz da Costa, encontra-se esta da Figura 25. Ela é a única que mostra um pouquinho da estrutura física da escola Reunida Tamandaré inaugurada em 1971. O prédio era de alvenaria, possuindo cinco salas de aula, uma sala de administração, uma sala de professores, cozinha e sanitários. A recreação e a educação física eram realizadas em espaço físico ao lado da escola, de chão arenoso e arborizado.

A Figura 25 mostra a turma de formandos do quarto ano do ano de 1974. Sentados nas cadeiras estão o professor Januário e as professoras; todos se apresentam muito bem vestidos e elegantes. Era um momento importante para todos os alunos, familiar e professores.

A escola foi criada pelo Decreto Municipal nº 306/71, com a denominação de Escola Mista “Reunida Tamandaré”. Esse decreto dispõe, em seu artigo Art. 1º: “Fica elevada a categoria de Escola Reunida a escola Reunida Tamandaré, localizada no distrito de Tamandaré, com a denominação de Escola Reunida Tamandaré”.

A escola, mantida pela Prefeitura Municipal de Paranaíba, tinha seu corpo docente formado por quatro professores: Damir Oliveira de Paula, Januário Ricardo de Lima, Maria Soldera de Lima e Neuza Leonel de Urzedo, todos leigos. Não havia funcionários administrativos. De acordo com o depoimento de Januário, eram os alunos, como punição, que limpavam a escola. “[...] Quem limpava a escola eram os alunos, porque eles faziam erro e eu já escalava. era tipo o castigo deles: você está escalado porque você fez isso, isso e isso” (Januário, 2023).

Durante o primeiro ano de funcionamento no novo prédio, havia, de acordo com as memórias de Januário, uma estimativa de 200 alunos matriculados e distribuídos entre a 1ª e a 4ª séries. À noite funcionava o Mobral, com cerca de 30 alunos. Não foi possível encontrar documentos comprobatórios das informações da época.

A criação do prédio da escola foi motivada pela necessidade de ensino para os filhos dos primeiros moradores do Distrito e de seu entorno. Isso foi obtido tanto pelas forças políticas, principalmente, quanto pela atuação da associação do Centro Rural Tamandaré, formado por moradores do Distrito, pecuaristas e sitiantes do entorno, os quais lutaram pelo povoamento e progresso do local. Entende-se que a construção do prédio da escola foi planejada para atender o número de alunos da época, funcionando em regime de ensino misto e multisseriado. De acordo com o depoimento do Sr. Januário, ele passou a utilizar-se de sua bicicleta para frequentar as casas dos moradores e fazer matrículas (Januário, 2023).

Em pastas de arquivo da escola pesquisada, foi possível identificar o número de alunos atendidos pela escola pesquisada a partir de 1973, conforme o Quadro 5 a seguir.

Quadro5 – Alunos matriculados–1973 a 1982

ANO	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
1973	76	69	145
1974	103	71	174
1975	98	79	177
1976	94	73	167
1977	48	57	105
1978	48	53	101
1979	48	39	87
1980	54	64	118
1981	50	53	103
1982	32	48	80
TOTAL	651	606	1.257

Fonte:elaborado pela autora.

Frente às informações descritas no Quadro 5, é possível compreender que os alunos matriculados variam de acordo com os anos, fato esse devido ao resultado do trabalho da equipe de professores em manter as crianças na escola. É possível compreender ainda que houvesse um equilíbrio entre o número de alunos matriculados do sexo masculino e feminino, com pequena diferença na quantidade maior do gênero feminino. Não ter conseguido documentos anteriores ao ano de 1973 dificultou o aprofundamento da análise, limitando as informações em quantidade total. Divididos por sexo, dos 1257 matriculados no período de 1973 a 1982, 651 eram do sexo feminino, enquanto 1.257 eram do masculino.

A escola, para a comunidade, era um ponto de referência, uma vez que seu espaço físico servia também para as reuniões da associação do Centro Rural Tamandaré. Cabe ainda refletir, a partir dos dados em relação ao perfil dos alunos matriculados na Escola Reunida Tamandaré, sobre a infância no local e sua região, uma infância marcada por vivências rurais e definida por relações sociais, familiares. Isso permite compreender essas crianças como sujeitos históricos, participantes de práticas e discursos de um determinado lugar social rural, como a realidade do Distrito Tamandaré. Para compreender melhor essa infância, foi dada voz aos entrevistados, que relataram um pouco das memórias da infância na escola pesquisada e em seus arredores.

É importante destacar, neste momento, que os ex-alunos, sujeitos participantes desta pesquisa, eram crianças na época do recorte temporal estabelecido. Torna-se importante dar visibilidade suas memórias, mostrando que as crianças das áreas rurais se relacionavam com os seus colegas, com adultos de dentro e fora da família, “[...] ao mesmo tempo em que convivem com seus outros papéis, suas funções dentro da comunidade familiar, o cumprimento de suas tarefas. Ela constrói e vive o hoje, vive a sua história” (Leite, 1996, p.175).

Para a aluna Maria Auxiliadora, o horário do recreio era o momento de comer a merenda que traziam de casa e, depois, de muita diversão junto com a professora que ensina novas brincadeiras. Comenta também sobre as brincadeiras no distrito e a alegria quando o circo chegava.

No recreio, agente comia a merenda que traziam de casa. Era quase sempre comida. E íamos brincar de roda e contávamos: “a menina que está na roda é gata espichada, tem a boca de jacaré e a saia remendada”. Tinha uma professora chamada Neusa que gostava de ensinar as brincadeiras para nós: passar anel, pular corda e brincadeiras de rodas. Na escola, eu gostava muito de ter aula de matemática e do recreio. Aqui na vila era bem divertido,

não tinha energia, mas vinha circo;às vezes vinha parque que tinha aqueles balanços de canoa.A gente adorava quando estava cheio em nossa vila, com o circo do pipoca. (Maria Auxiliadora, 2023).

Angela Aparecida fala com muita saudade de suas lembranças; rememora as orações que eram realizadas no início das aulas e do desfile de 7 de setembro, o qual fazia parte das programações das datas comemorativas.

Eu adorava estudar, só não gostava de matemática. Agente brincava, nos recreios, de ciranda-cirandinha brincava de pega-pega, e fazia filas para entrar na sala de aula. Em seguida, rezava o Pai Nosso e uma Ave Maria. Começavam as aulas. A gente era muito feliz e não sabia. Quem ensinava eram os professores; era maravilhoso!Os professores eram muito bons para ensinar; tratavam agente com muito respeito e dedicação. E, todos os dias, a gente cantava o hino nacional. No 07 de setembro, agente desfilava nas ruas cantando o hino nacional e o hino da independência, todos de uniforme, blusa branca e saia azul.Era lindo e maravilhoso, diferente dos dias de hoje.Era muito lindo; hoje, só lembranças que ficaram no passado.(Angela Aparecida de Almeida, 2023).

No ano de 1982, pelo Decreto Municipal nº 431/75, a escola passou a denominar-se Escola Municipal de 1º Grau¹⁸ “Reunida Tamandaré”. A autorização de funcionamento e validação de estudos foi de competência do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, com sede na capital Campo Grande, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação.

O Quadro 6a seguir faz uma relação de professores que atuaram na Escola Municipal de 1º Grau “Reunida Tamandaré” no ano de 1971:

Quadro6– Relação de professores leigos da Escola Reunida Tamandaré no ano de 1971

Nº	Professores	Idade que iniciou lecionar	Período que lecionou na escola Rural Reunida Tamandaré	Formação quando lecionou
01	Damir Oliveira de Paula	18 anos	1966 a 1977	Primário
02	Januário Ricardo de Lima	18 anos	1969 a 1975	Primário
03	Maria Soldera de Lima	18 anos	1969 a 1972	Primário
04	Neuza Leonel de Urzedo	18 anos	1969 a 1976	Primário

Fonte: elaborado pela autora.

¹⁸ Fixadas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) tinha por objetivo principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Os dados apontados permitem compreender que, no ano de 1971, quando a escola iniciou suas atividades no prédio novo, lecionavam nela quatro professores, todos leigos. Dentre os quatro, um era homem e três, mulheres. Passamos, a seguir, às memórias dos autores desse contexto. Rememorar é manter viva a trajetória de um tempo essencial no percurso de vida dos depoentes.

3.3 Origens do Distrito Tamandaré e as lembranças da comunidade

A memória é o alicerce para o sentido da vida; a preservação da memória do lugar em que vivemos é base para manter a história de seu povo viva. É preciso conservar fotos, documentos, objetos e registros de fatos para que essa memória seja preservada. Na sequência, apresentamos um estudo sobre a formação do Distrito Tamandaré e sua origem, e como sua história tem sido construída e contada, a partir das falas e memórias de seus moradores. Nos primeiros contatos com eles, foi possível perceber o quanto as memórias estão presentes em suas oralidades.

No início do século XX, especialmente nas Ciências Humanas, o fenômeno social passou a ser definido como conceito de memória, por meio das relações estabelecidas pelos indivíduos, através dos aspectos socioculturais, por exemplo, nos ambientes familiares, profissional, político, religioso dentre outros. Jacques Le Goff (2013) distingue a relação entre memória e história, quando aponta que: “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (Le Goff, 2013, p. 51).

Assim, a memória pode ser utilizada para reconstruir um passado histórico a partir de ressignificações individuais. Abordaremos aspectos da história da origem do Distrito Tamandaré, enfatizando a conjuntura socioeconômica e cultural da povoação no recorte temporal em que se deu a pesquisa, contribuindo para a compreensão do panorama histórico em que se situava a escola Rural Tamandaré.

Trataremos, ainda, da história do lugar com arquivos documentais encontrados no 2º Cartório Do Registro de Imóveis de Paranaíba, com depoimentos e com arquivos pessoais de alguns moradores, ex-alunos e ex-professores, percorrendo o viés histórico ancorado na História Cultural. “Pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios

e o mundo” (Pesavento, 2005, p. 42). O depoimento de Ângela Aparecida Almeida, moradora do distrito até os dias atuais, contribui com as memórias do início da formação do distrito.

Nós fomos os primeiros moradores do Tamandaré. A primeira casa foi construída pelo meu pai. Nós viemos de uma fazenda que era do Dr. Júlio, em cima da serra. Viemos de carro de boi, dia 31 de abril de 1970. Eu tinha apenas sete anos de idade. (Angela Aparecida de Almeida, 2022)

O distrito Tamandaré está localizado a 90 km do município de Paranaíba, situado à margem esquerda do rio Santana. Passou a ser distrito em 09 de novembro de 1978, conforme Registro no 2º Cartório Do Registro de Imóvel, Transcrição nº 19.672 fls. 101 de Lº 3-AC.

Uma gleba de terras com a área de trinta e três hectares, oitenta e nove ares e setenta e cinco centiares (33, 89,75 ha), situada no imóvel Velhacaria, neste município, dentro dos seguintes limites e confrontações: começa na divisa com terras do Sr. Lazaro Pinto a 200 metros da margem esquerda do Rio Santana e segue dividindo com o mesmo, pelo rumo de 63°40 “00” NE, com a distância de 594 metros, deste ponto, segue com o rumo de 40°30 “00” NW, com a distância de 558 metros, ainda 65°45 “00” NW, com a distância de 330 metros, daí deflete-se à esquerda, dividindo com as terras da srª Feliciano Garcia Gomes, pelos rumos de 32°55 “00” SW, 57°05 “00” SE, 32°55 “00” SW, 57° 05 “00” SE, 32°55 “00” SW, 57°05 “00” SE e respectivas distancias de 290 metros, e 186 metros, indo o ultimo rumo a sua respectiva distancia alcançar o ponto que deu origem a descrição da presente poligonal. CADASTRADA NO INCRA sob nº 909 0411 015 644, com a área total de 53,4 ha, módulo 55,0 ha, nº de módulos 0,97 há, e fração mínima de parcelamento 53,4 há, e que conforme declaração fornecida pelo chefe da Unidade Municipal de Cadastramento (INCRA) foi autorizada a desmembrar a dita área desta matricula, de acordo com a fração mínima de parcelamento correta que é de 15,0 ha. Proprietária: Feliciano Garcia Gomes, do lar, viúva, portadora do CIC nº 139.950.651-04, brasileira, maior e capaz, residente nesta cidade. (Livro 02. RG Cartório do Registro de Imóveis, 1978).

Após o desmembramento, a proprietária Feliciano Garcia Gomes fez a doação da terra ao município de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, no ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Walderes Grande, o qual assinou escritura pública lavrada, às fls. 186/187 do Lº 127, em 27 de outubro de 1978.

Conforme Requerimento, Memorial Descritivo, Planta e demais documentos exigidos pela Lei Nº 6. 766/79, o imóvel foi loteado. 91.256,00 m² foram destinados às ruas, denominadas: Sete de Setembro, Ana Garcia Gomes, Paranaíba, Rui Barbosa, Tiradentes, Inocência, Duque de Caxias, 4 de julho, 15 de novembro, 13 de maio, Tamandaré, Jerônimo Serra, Santana, e, João Pedro. A área de 247.719,00 m² destinados à Área Edificável com 29 quadras. R. 2 – 3.973, em 06 de março de 1981.

Figura 26– Planta administrativa do Distrito Tamandaré



Fonte: Arquivo Setor Tributário/Prefeitura Municipal de Paranaíba.

[...] Eu falo que o distrito foi criado porque aqui era tudo difícil. A cidade mais próxima daqui era Paranaíba, que era muito longe. Daí inventaram o Distrito e começaram tudo. Afirmaram que iam fazer uma comunidade aqui e fizeram. Na época em que viemos para cá, meu pai veio com os Carvalhos. Eles compraram fazenda aqui e veio meu pai e o velho Zé Dias, o avô da Suelene. Ele foi um dos primeiros, como se diz, ele morava ali já, só que ele não foi um dos primeiros moradores da vila, porque não era nem projetado ter vila. Depois é que isso foi projetado. A vila era para ser lá em cima e aí mudaram para baixo. O Zé Dias não foi o primeiro morador da vila, o primeiro morador foi o pai da Cida (João Luiz da Costa, 2022)

A doação das terras e o loteamento, conforme os documentos apresentados, só foram legalizados no ano de 1978; porém, o povoamento iniciou-se no ano de 1971.

Foi loteado aos poucos. Aquilo ali era puro cerrado. A nossa primeira casa que tivemos era ali foi um carro de bois. Nós viemos de carro de boi, aí o tio Hilário Pedro deixou o carro lá. Nós dormimos dentro dele: meu pai em cima, minha mãe debaixo. No outro dia, meu pai veio para beira do rio com meus irmãos cortar folha de bacuri, aí fizeram a primeira casa. Nós falávamos que era de baixa qualidade. Era um cômodo só. Tanto as paredes quanto o telhado foram cobertos de folha de bacuri. Mais para baixo, no mesmo local, meus pais fizeram um rancho bem grande de folha de bacuri, mas tudo aberto, não tinha parede. O Dr. Luiz, lá, deu a casa em que nós morávamos em cima da serra. Tio Hilário Pedro nos trouxe. A casa era de ripa de gueirova, de cavaco, aí meu pai amontou aquela casa. O povo foi limpando e fazendo ranchos, mas havia muito barro naquela época. Comeram a vir mais moradores. Muitos anos depois, o João Carapina pôs a serraria, aí meu pai serrou as madeiras e fez uma casa de tábuas. A estrutura dela está em pé dela até hoje. Há plantas que minha mãe plantou que estão lá até hoje. (Angela Aparecida de Almeida, 2022).

Figura 27 – Casebre de madeira



Fonte: arquivo da autora.

A Figura 27 ilustra a fala de Dona Angela a respeito da casa feita por seu pai. É de grande valia abordar os elementos que constituem a memória, pois ela está intimamente atrelada ao processo de construção da identidade coletiva ou individual. Le Goff (2013) indica elementos importantes para este estudo, destacando essa relação entre memória e identidade:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (Le Goff, 2013, p.435, destaque do autor).

Assim, podemos dizer que a história da formação do distrito Tamandaré está sendo escrita, em grande parte, por meio de memórias, testemunhos, fotografias e alguns documentos escritos.

Conforme a fala de Blanc (1996, p. 30), “talvez mostrando as pessoas eu possa ser mais fiel ao lugar e à época”. As Figuras de 28 a 50 a seguir ilustram o caminho percorrido pela autora da sede urbana do município de Paranaíba/MS até o distrito Tamandaré. Nesse trajeto, é importante abordar alguns aspectos da história local¹⁹ para

¹⁹“Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land

sua apropriação no campo da pesquisa historiográfica. Conforme Maria Auxiliadora Schmidt (2007), os debates que dizem respeito à história local não são novos, surgem nas reformas curriculares do ano de 1930.

Esses debates foram destaque também no Parecer 853 do Conselho Federal de Educação de 1971, naquele momento, fazendo referência à história local como recurso didático. Ela agregaria atividades de geografia e história, “privilegiava o estudo do mais próximo e mais simples deslocando-se depois para o mais distante e mais complexo” (Schmidt, 2007, p.188). Os Parâmetros Curriculares voltam a tratar da história local em 1990, sendo ela apropriada “como um dos eixos temáticos dos conteúdos de todas as séries iniciais da escola fundamental e como perspectiva metodológica em todas as séries da escola básica”. (Schmidt, 2007, p.189). Bittencourt ressalta que “é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas” (Bittencourt, 2009, p.169).

A Figura 28 do mapa a seguir mostra a localização geográfica do Distrito Tamandaré. É possível, pela linha vermelha, observar o caminho que leva da sede urbana do município de Paranaíba ao Distrito. São 90 km percorridos em estrada de terra. O Distrito encontra-se em uma região rural fronteira entre os municípios de Cassilândia/MS e de Inocência /MS. O caminho compreende estradas, lindas paisagens, serras, córregos e rios, sítios e pequenas propriedades rurais. Nestas paisagens, transitam várias pessoas. Na chegada, é possível visualizar um espaço tranquilo e muitas paisagens.

alemã, uma bailiwick ou pays francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada.”(Goubert, 1992, p. 70).

Figura 28 – Localização geográfica do Distrito Tamandaré – Google Earth Pro



Fonte: arquivo da autora.

Figura 29 – Saída de Paranaíba BR MS-240



Fonte: arquivo da autora.

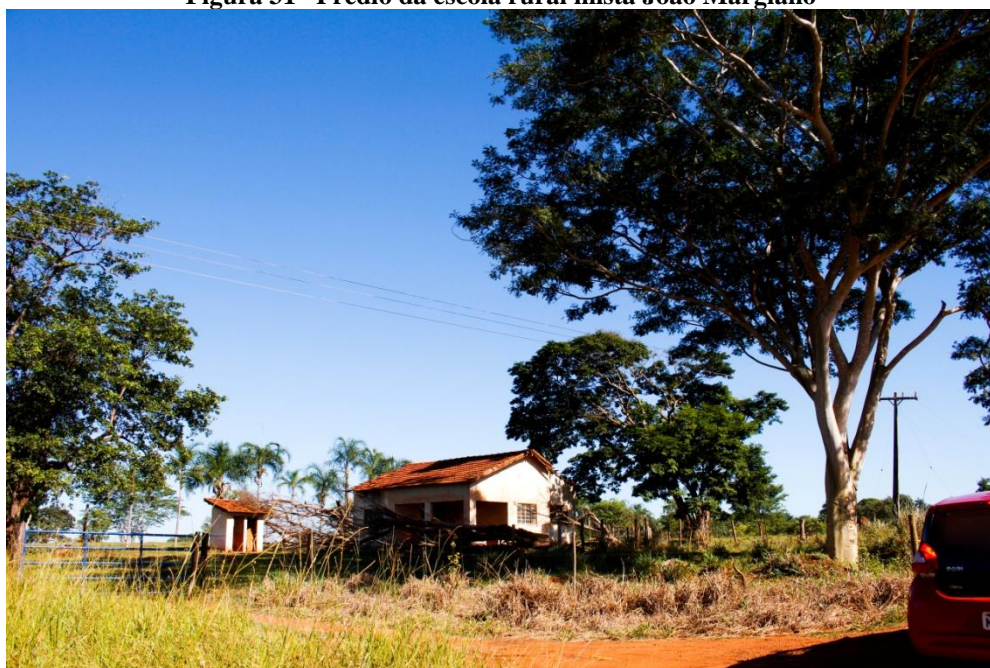
Dando início a nossa viagem, saindo do centro urbano do município de Paranaíba, pela BR MS-240, sentido à capital Campo Grande/MS, percorremos 12 km e à direita adentramos a MS-310, estrada de terra, rumo ao Distrito Alto Santana.

Figura 30– Trevo BR MS-240 & MS-310



Fonte: arquivo da autora.

Figura 31– Prédio da escola rural mista João Margiano



Fonte: arquivo da autora.

Em meio ao caminho, é possível visualizar o prédio antigo onde funcionou uma das escolas rurais mistas do município, a escola rural mista João Margiano.

Figura 32 – Entrada Distrito Alto Santana

Fonte: arquivo da autora.

Mais adiante, do lado direito, encontra-se o distrito Alto Santana. No mesmo distrito, havia uma escola rural denominada Escola Municipal de 1º Grau “Jerônimo Rodrigues dos Freitas”, a qual foi desativada no ano de 2010, devido ao pequeno número de alunos.

Figura 33 – Escola Municipal de 1º Grau “Jerônimo Rodrigues dos Freitas”

Fonte: arquivo da autora.

Continuando o percurso à esquerda da estrada, deparamo-nos com mais um prédio abandonado, onde funcionou a escola Rural Mista Bebedouro.

Figura 34 – Escola Rural Mista “Bebedouro”



Fonte: arquivo da autora.

Figura 35 – Ponte sobre o rio Santana MS-310



Fonte: arquivo da autora.

Logo à frente, seguindo o percurso, passamos pela ponte do rio Santana, a qual dá acesso à região Velhacaria. Atualmente, ponto de referência na região é o bar do

Toizinho, onde reside a tradicional família “Maia”. Nesse local, há muito tempo, era localizada mais uma escola rural mista denominada Escola Rural Mista “Otávio Alves de Lima” Sala – 03.

Figura 36 – “Bar do Toizinho” – Região Velhacaria



Fonte: arquivo da autora.

Figura 37– BR MS – 310/ Região Tamandaré



Fonte: arquivo da autora.

Seguimos rumo a nosso trajeto; a vista da Figura 37 mostra a descida da serra, de onde, ao longe, já avistamos a região do distrito Tamandaré, contemplando a linda paisagem do cerrado.

Figura 38 – Acesso ao Distrito Tamandaré



Fonte: arquivo da autora.

A Figura 38 já apresenta os primeiros traços da comunidade. Assim, ao chegar a ela, o visitante depara-se com um cenário de beleza natural e tranquilidade, contracenando com o jeito hospitaleiro das pessoas que vivem lá. A história de um lugar é a identidade da comunidade e o caminho para outras histórias. As pessoas, tendo consciência da importância de sua história, se identificam com o lugar que ocupam.

Figura 39 – Rua Quinze de Novembro

Fonte: arquivo da autora.

O principal acesso se dá pela Rua Quinze de Novembro, sentido ao povoado. As ruas são marcadas por traços de trânsito; dos lados direito e esquerdo, contemplam-se moradias. O Distrito Tamandaré é um local com características típicas, repleto de verdes matas, córregos, chácaras, onde a natureza e as ações humanas se misturam. Há uma organização do espaço, sentimentos de amor e preocupação com o lugar. Segundo a historiadora Márcia Gonçalves (2007), o reconhecimento com local é marcado pela diversidade de sentidos e variantes. Ela ressalta que “o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição – escolas, universidades, hospitais– e, como escolha por vezes recorrente, a um espaço político administrativo, como distrito, freguesia, paróquia, municipalidades” (Gonçalves, 2007, p.177).

Figura 40 – Residência atual de Januário Ricardo de Lima



Fonte: arquivo da autora.

Logo mais à frente, a nossa esquerda, está situada a escola Reunida Tamandaré, atualmente, Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira. À direita, a residência atual de Januário Ricardo de Lima. Essa estrutura que apresenta a Figura 41 é o mesmo prédio inaugurado no ano de 1971. Hoje a estrutura física se encontra ampliada, conservando a estrutura inicial, local de trânsitos e também de vivências.

Figura 41– Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira



Fonte: arquivo da autora.

Figura 42– Prédio da Escola Rural Mista Tamandaré – 2023



Fonte: arquivo da autora.

Figura 43 – Residência do Professor responsável pela escola/1971



Fonte: arquivo da autora.

A Figura 43 mostra a residência que foi construída junto com a escola de alvenaria, inaugurada no ano de 1970. O professor Januário Ricardo de Lima foi seu primeiro morador. Essa casa foi demolida recentemente devido a sérios problemas na estrutura física.

Figura 44 – Povoamento do Distrito Tamandaré



Fonte: arquivo da autora.

Percorrendo as ruas do Distrito, é nítida a falta de manutenção, buracos profundos, prejudicando a liberdade de ir e vir dos moradores. As principais ruas do Distrito encontram-se em situação precária. Da mesma forma, são perceptíveis as marcas que o tempo deixa nas edificações, como nos mostra a Figura 45.

Figura 45– Edificações do Distrito Tamandaré



Fonte: arquivo da autora.

Figura 46 – Capela Nossa Senhora Aparecida, construída no ano de 1982



Fonte: arquivo da autora.

A capela Nossa Senhora Aparecida foi inaugurada aos vinte e nove dias de abril de 1982. Nela acontece sempre no primeiro domingo do mês a missa rezada pelo padre da paróquia do município de Cassilândia/MS. A capela foi e continua sendo palco de batismos, crisma e lindos casamentos.

Figura 47– Morador do distrito



Fonte: arquivo da autora.

Uma singela presença também nos captou: deparamo-nos com um olhar melancólico de um morador pela janela de sua casinha, curioso com os estranhos

percorrendo o Distrito. Nos dias atuais, a povoação e a movimentação no Distrito Tamandaré reduziram-se muito. Ele conta com algumas residências, alguns pontos comerciais, um pequeno posto de saúde (onde o médico atende uma vez por semana), três igrejas, um laticínio e o Centro Rural Tamandaré.

Figura 48– Barracão do Centro Rural Tamandaré



Fonte: arquivo da autora.

A Figura 48 mostra o Centro Rural Tamandaré atualmente. Ele foi fundado aos oito dias de outubro de um 1967. Hoje ele tem sua estrutura de alvenaria, porém conserva o mesmo planejamento, quanto ao tamanho e repartições, do barracão de origem. O próximo item desse capítulo é dedicado ao Centro Rural Tamandaré e suas festividades na memória dos moradores.

Figura 49– Ipê Rosa/Flora do cerrado



Fonte: arquivo da autora.

Poderíamos descrever o Distrito Tamandaré como um lugar “interiorano”, com um ar bucólico característico. A região está circundada de uma paisagem que embriaga os admiradores da natureza. Também está repleta de ótimas companhias. Em nosso passeio pelo Distrito, deparamo-nos com algumas de suas belezas do cerrado, como a árvore do ipê rosa (Figura 49); suas cores vibrantes e seus movimentos com o soprar do vento nos convidavam a apenas contemplar.

De acordo com o relato dos entrevistados, há muito tempo, no Distrito, havia agência bancária, conforme Figura 50 a seguir, que mostra um do talão de cheque. O Distrito também contava com farmácia, estabelecimentos comerciais, posto de gasolina. Por falta de apoio e políticas públicas, o local entrou em certo abandono. Nesse contexto, as principais atividades econômicas desenvolvidas estão vinculadas à pecuária de corte e de leite, serviço braçal e emprego no laticínio.

Figura 50 – Talão de cheque/Agência bancária/Distrito Tamandaré – 1982

Fonte: arquivo da autora.

Em meio a rodovias, estradas de terra, rios, chácaras, fazendas e pastagens, visões de alegria e melancolia, árvores e passarinhos, belezas do cerrado, serras e vilarejos, deu-se nosso percurso pelos caminhos até o Distrito Tamandaré.

3.4 Histórias que (re) contam: o Centro Rural e as Festividades

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.(LE GOFF, 1984)

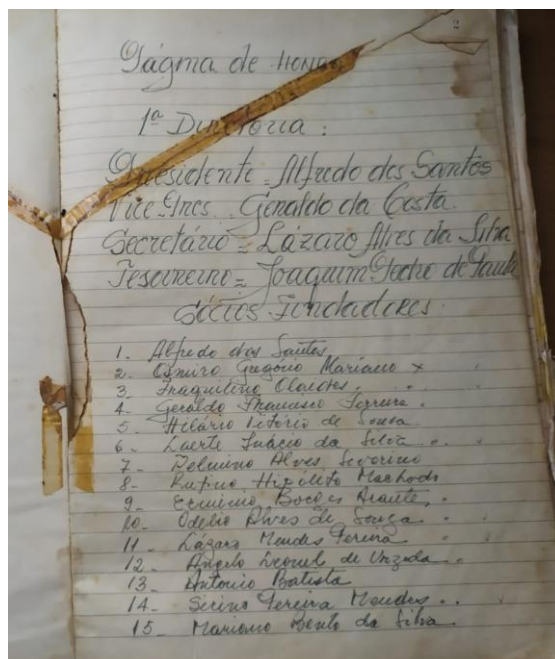
Festividades, coletividade, alegria e esperança faziam parte da fundação do Centro Rural Tamandaré, aos oito dias de outubro de 1967. Para compreendermos esta ação coletiva dos moradores do distrito Tamandaré e das famílias da região, foram entrevistados os moradores: Maria Auxiliadora Demétrio da Silva Félix, 62 anos, nascida em 04 de novembro de 1961, moradora do Distrito desde 1969; Suelene Aparecida Rodrigues, 57 anos, nascida em 20 de setembro de 1966, “Minha mãe veio pra cá aos doze anos. Depois que casou, foi morar no sítio. Voltou pra cá faz uns vinte anos, mas os pais dela sempre moraram aqui. Eu morei fora uns tempos, faz 18 anos que voltei pra cá.” (Suelene Aparecida Rodrigues, 2023).

A Sr^a. Suelene é guardiã de uma pasta preta, a qual contém documentos antigos, desde a criação da associação, livro ata, anúncios, fotos, notas fiscais de compras e algumas anotações. Com esse material, foi possível conhecer melhor a história da fundação da associação do Centro Rural do Tamandaré. De acordo com Dona Maria Auxiliadora,

O Centro Rural era uma associação que fazia reuniões para definir-se o que era mais necessário na vila. Os produtores rurais da região também participavam, e faziam pedidos para o prefeito da época. Foi assim que conseguimos energia para o distrito, abertura das ruas e outras coisas. Para nós que morávamos aqui, foi muito bom. Antes de ter o salão de festas da associação, os encontros e reuniões aconteciam em um rancho bem grande, feito de folhas de bacuri, onde também aconteciam as festas e reuniões. (Maria Auxiliadora, 2022).

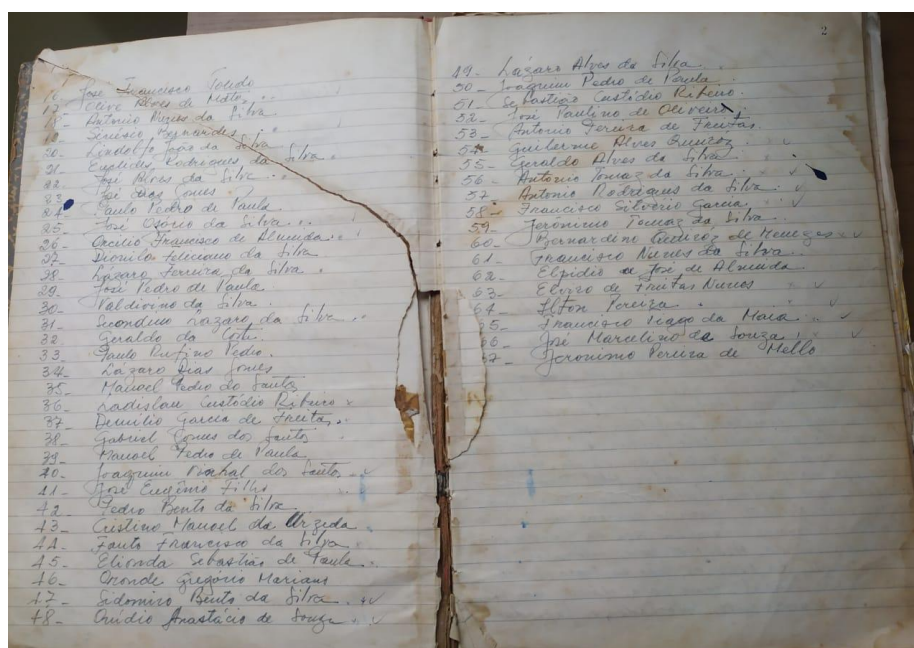
A Figura 51a seguir retrata a “Página de Honra” com o registro da formação da 1ª Diretoria, composta pelo presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e sócios fundadores; ao todo, foram 67 associados.

Figura 51 – Livro Ata “1ª Diretoria do Centro Rural” 1967



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

Figura 52 – Livro Ata “Sócios Fundadores do Centro Rural” 1967

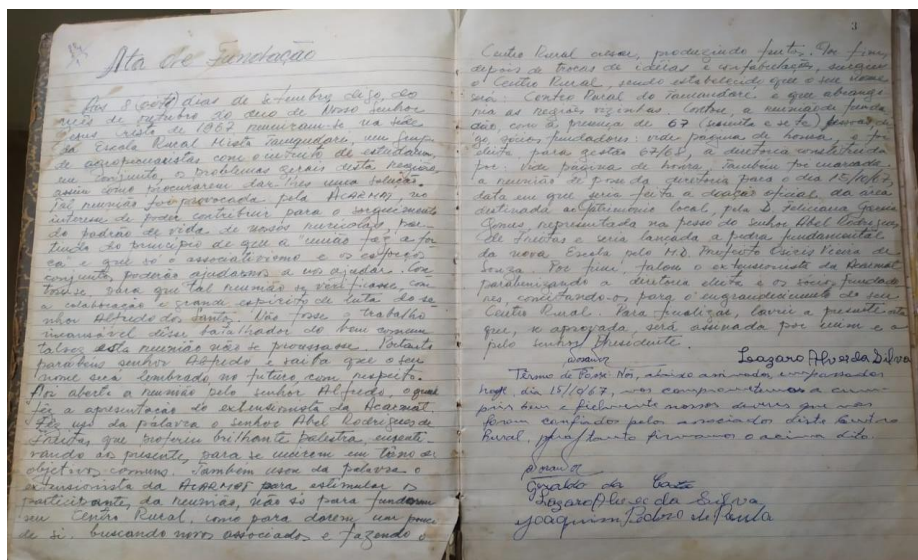


Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

Observando o passado, entende-se que a escola, para a comunidade, era um ponto de referência, uma vez que, em seu espaço físico, realizavam-se reuniões e acontecimentos festivos da comunidade. De acordo com o aspecto cultural, a escola “[...] tem um papel social importante, pois além de ser componente da expectativa do

sonho do migrante, de garantir um futuro próspero para seus filhos, diferente daquele que ele teve, a escola é o ponto de encontro das pessoas durante os eventos festivos” (Oliveira, 2009, p. 93).

Figura 53 – Livro Ata “ Ata de Fundação do Centro Rural” 1967



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

A primeira reunião, conforme o registro de ata aconteceu aos oito dias de setembro de 1967, nas dependências da escola Reunida Tamandaré. Consta na ata que o grupo ali reunido tinha o intuito de estudar em conjunto os problemas gerais da região e, em conjunto, procurar soluções para resolvê-los. Também foi marcada a reunião de posse da diretoria para o dia 15 de outubro de 1967, data em que seria feita a doação oficial da área destinada ao patrimônio local pela Sr^a. Feliciano Garcia Gomes. No momento da reunião, ela seria representada pelo Sr. Abel Rodrigues de Freitas; também seria lançada a pedra fundamental da nova escola pelo Prefeito da época, Ozires Vieira. De acordo com os registros, é possível compreender que toda a estrutura de formação do distrito e implantação do novo prédio da escola foi planejada coletivamente, pelos moradores da região e pecuaristas locais.

Na reunião de posse da diretoria eleita, realizada no dia 15 de outubro de 1967, foi registrada a presença do ilustre prefeito Ozires Vieira de Souza, do agropecuarista Abel Rodrigues de Freitas, o coronel Gustavo Rodrigues, da diretora do grupo escolar de Paranaíba, Esther Mendonça. No momento de fala das autoridades presentes, destaca-se a fala da Sr^a Ester Mendonça, destacando para as famílias a importância do

combate ao analfabetismo da região. Alertou também aos pais de alunos a necessidade de seus filhos frequentarem a escola para terem um futuro melhor.

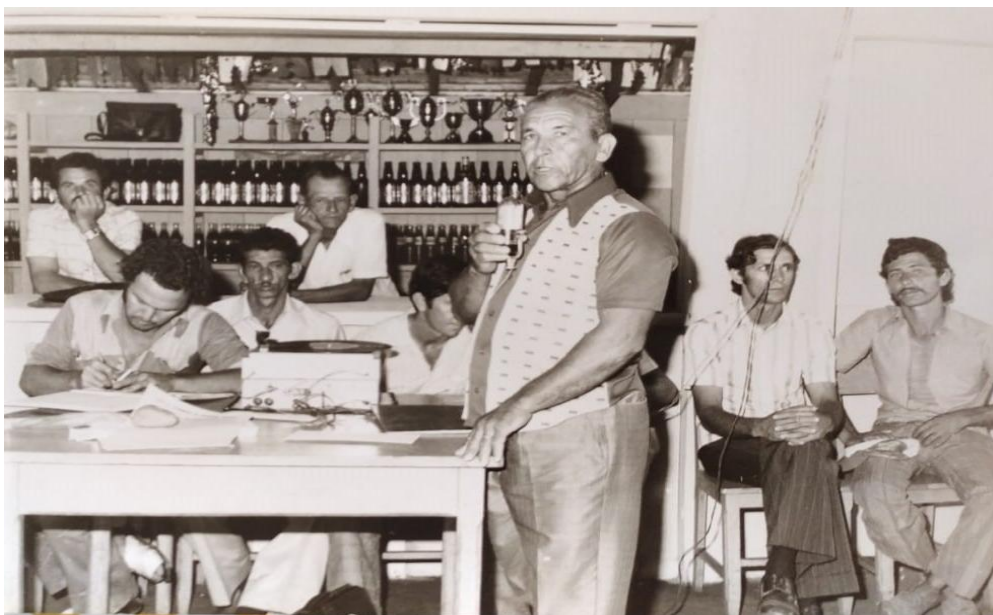
Figura 54 – Inauguração do Barracão do Centro Rural



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

A Figura 54 mostra a inauguração do Centro Rural Tamandaré; à esquerda, o prefeito à época, Ozires Vieira de Souza; e à direita, o Sr. João Carapina, que foi o responsável pela construção do Salão, doando as madeiras e preparando tudo em sua serraria.

Figura 55 – Reunião dos associados do Centro Rural



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

Figura 56 – Entrega de medalha a novos sócios



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

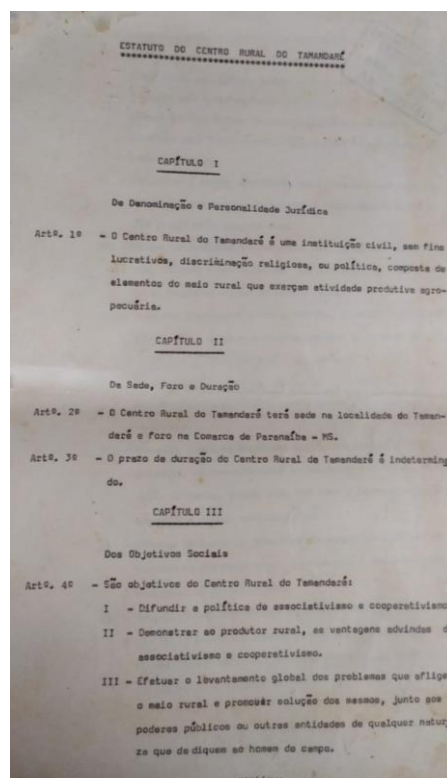
A Figura 56 mostra o vice-prefeito Antônio Miziara colocando uma medalha de honra aos novos sócios do Centro Rural, os irmãos Francisco Nunes da Silva e Antônio Nunes da Silva.

Figura 57 – Reunião dos Associados do Centro Rural Tamandaré



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

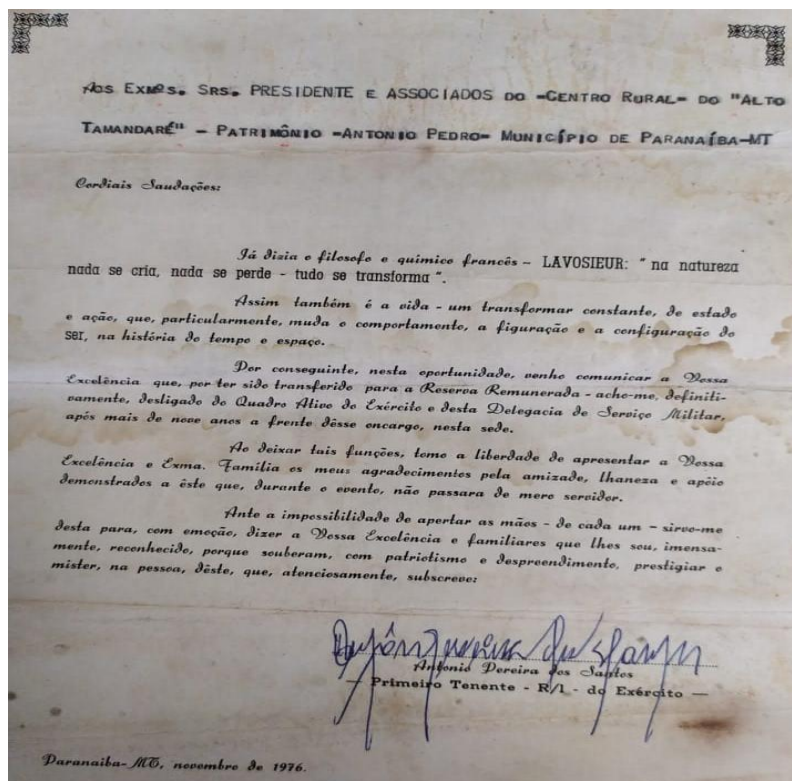
Figura 58 – Estatuto do Centro Rural



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

O Estatuto do Centro Rural é constituído por nove capítulos, que tratam da denominação e da personalidade jurídica, da sede, do foro e da duração, dos objetivos sociais, do patrimônio, do quadro social, do conselho fiscal, das eleições, das receitas e das despesas, e das disposições gerais e transitórias.

Figura 59 – Carta de Agradecimento do 1º Tenente do Exército



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

A Figura 59 refere-se a uma carta do 1º Tenente do Exército, Antônio Pereira dos Santos, datada de novembro de 1976, destinada ao Presidente e associados do Centro Rural Tamandaré, em agradecimento, quando transferido de posto, pelo companheirismo dedicado ao mesmo.

No salão, havia muitas festas; era onde as famílias todas do distrito e região se reuniam para festejar, conversar e rir muito. A festa de que a gente mais gostava era a junina. O forró seguia até o dia amanhecer e, no outro dia, ainda tinha matinê. Nas festas, faziam até coroação de rainha e princesa. O baile era com leilão, porque as festas eram usadas para arrecadar dinheiro para construir o salão de festa primeiro, e depois a igreja. (Maria Auxiliadora, 2022).

Figura 60 – Coroação da Princesa “Festa no Salão Comunitário Tamandaré”



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

Figura 61 – Rainha e Princesa “Festa no Salão Comunitário Tamandaré”



Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

“A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens singulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade de reprodução social” (Heller, 2008, p. 19). Os eventos organizados pela comunidade faziam parte da cultura local; neles são transmitidos valores e experiências. Todos participavam da oportunidade de trocar ideias para a melhoria do Distrito, com ações de convívio e lazer.

Figura 62 – “Time de Futebol Tamandaré”

Fonte: arquivo pessoal de Suelene Aparecida Rodrigues.

Foi criado um time de futebol, chamado de time do Tamandaré. Os jogadores eram pessoas que moravam no distrito e na região também. Logo foi feito um campo de futebol no pasto para fazer jogos e treinos. Havia as tardes esportivas, com comidas e matinê. Era uma diversão para todas as famílias. (Maria Auxiliadora, 2022).

De acordo com o relato dos moradores do Distrito Tamandaré, as festividades eram organizadas pelas lideranças do Centro Rural. Algumas festividades duravam até dois dias. A comunidade recebia moradores da região durante o período de festas. A realização dos jogos de futebol incluía ainda comidas e bebidas. Observou-se que o Centro Rural não representava somente espaço físico, mas também do encontro, do entretenimento e da valorização da identidade cultural. O próximo capítulo nos permite lembrar e reviver um tempo que nos permitiu compreender fatos importantes e significativos dentro de um contexto local.

4 A CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA REUNIDA TAMANDARÉ

O tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingue-se do acontecido; é uma representação. E neste hiato, entre o vivido e o narrador localiza-se o fazer próprio do Historiador. (Montenegro, 2010, p. 10)

Figura 63 – Cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

A Figura 63, também utilizada na capa dessa pesquisa, compreende particularidades da cultura escolar da escola Reunida Tamandaré nos anos de 1970, em razão dos elementos próprios que a imagem transmite. Analisar a cultura escolar traz a possibilidade de compreender ações educativas, as quais acontecem no interior das instituições, desenvolvidas a partir de normativas estabelecidas por programas oficiais. Por meio destes textos narrativos, os pesquisadores são levados a compreender as práticas pedagógicas concernentes a essas escolas (Julia, 2001).

A cultura escolar e as representações de escolarização são elementos de análise de diversos pesquisadores nacionais e internacionais; dentre eles, destacamos Diana Gonçalves Vidal (2005), Dominique Julia (2001) e Elizabeth Figueiredo de Sá (2006), dentre outros, que pesquisaram diversos períodos da história da educação.

Por meio das memórias de ex-alunos e ex-professoras, neste capítulo, faremos uma análise da Cultura Escolar da Escola Reunida Tamandaré. No primeiro momento, serão lembradas as lembranças de quatro ex-alunos que estudaram na escola no

intervalo compreendido entre 1969 e 1982. No segundo momento, faremos um percurso nas memórias de uma ex-professora que lecionou na escola no recorte temporal estabelecido da pesquisa. Para finalizar, no terceiro e último momento deste capítulo, faremos uma análise de alguns materiais escolares de ex-alunos e da ex-professora da escola.

O estudo das ações educativas que aconteceram no interior da escola, a partir de normativas estabelecidas pelos responsáveis que a compõem ou através de programas oficiais, busca a compreensão da cultura escolar. Por meio destes textos normativos, os pesquisadores são levados a compreender as práticas pedagógicas concernentes a essas escolas (Julia, 2001). Por meio das memórias de sujeitos que vivenciaram o cotidiano da escola Reunida Tamandaré, pretende-se compreender os aspectos da cultura escolar.

Relembrar fatos e acontecimentos do passado é lidar com sentimentos ocultos, fazendo uma reflexão a partir de suas representações. Às vezes, percebe-se certa melancolia expressa no olhar e na voz dos entrevistados. É importante destacar que rememorar não é necessariamente reviver o passado, mas configura-se como um repensar sobre o passado. Bosi (1995, p. 63) afirma que

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

Assim, a partir das experiências do presente, foi realizado o olhar para o passado. Destacamos que não se pretende reconstruir o passado do mesmo modo que existiu, mas sim elaborar uma representação dele.

4.1 As representações da cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré na memória de ex-alunos

Naquela época, a gente estudava muito a tabuada. Hoje quase não se exige mais. Era um estudo que, para mim, foi muito bom. Hoje, se eu voltar para a escola, vamos supor, eu não sei nada, porque o que eu aprendi no passado, é diferente hoje. (João Luiz Da Costa, 2022).

A escola é parte integrante da vida de muitas pessoas. As vivências nesse espaço constroem recordações para toda a vida. Trata-se de um ambiente vasto de interações, aprendizagens e recordações. Estas transbordam sensações de alegria e saudade. Consideramos, assim, a escola um lugar ligado às memórias e sentimentos individuais.

Para Bosi (1995, p. 57), “a memória do indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão: enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”.

Os ex-alunos da escola Reunida Tamandaré que são sujeitos da pesquisa incluem: Maria Auxiliadora Demétrio da Silva Félix, 61 anos, nascida em 11 de novembro de 1961; João Luiz da Costa, 67 anos, nascido em 10 de julho de 1963; Ângela Aparecida de Almeida, 59 anos, nascida em 22 de novembro de 1963. Estes dois últimos se casaram na data de 13 de fevereiro de 2003 e residem no Distrito até os dias atuais. A trajetória de vida deles está relacionada à agricultura familiar, à pecuária e ao leite. Nesse espaço, constituíram família, concluíram apenas o ensino rural primário, não deixando o local para buscar estudos na cidade.

A quarta ex-aluna entrevistada é Abadia Paulino da Silva, 62 anos, nascida em 23 de maio de 1960. Ela foi aluna do Sr. Januário Ricardo de Lima e Sr^a. Maria Soldera de Lima. Concluiu a quarta série em 1976, indo para a cidade de Cassilândia/MS onde estudou até a oitava série. No início, Abadia foi sozinha morar com parentes para estudar; os pais continuaram residindo em uma fazenda, a uns 9 km de Tamandaré. Com o passar do tempo, os pais também se mudaram para a cidade por problemas de saúde, em busca de recursos. Os outros depoentes residem no distrito até os dias atuais.

Por meio de suas memórias, serão relembrados alguns aspectos do dia a dia escolar da escola pesquisada. Fato que chamou muito a atenção foi a disponibilidade dos entrevistados em contribuir com a pesquisa. É nítido o quanto essas pessoas valorizam a escola, considerada referência do poder público e do progresso na vida das pessoas que ali residiram na época. O depoimento do Sr. João destaca que:

A formação da vila e a construção da escola, para mim, foi uma das melhores coisas que tive na vida. Na época, eu era um menino, e gostava de estar onde havia muita gente. A escola foi uma coisa muito importante. Era bom demais, tinha festa até o amanhecer. No outro dia, tinha matinê. Mas o povo daqui começou a ir embora; tinha que levar os filhos para estudar na cidade, aqui já não tinha mais estudo. Os prefeitos sempre deixaram o Tamandaré abandonado demais, não progrediu, não sei se é porque é muito longe de Paranaíba, mais eles sempre deixou aqui muito abandonado. (JOÃO LUIZ DA COSTA, 2022)

Fato notório é a falta de políticas públicas voltadas aos distritos, situação que faz com que os espaços rurais se tornem cada vez menos povoados, pois as famílias migram para as cidades em busca de recursos, trabalho, estudo e de sua própria sobrevivência.

Ao recordarem suas vivências na escola, os ex-alunos entrevistados destacaram a rigidez dos professores para manter a ordem e a disciplina, buscando com essa ação assegurar as aprendizagens e ensinamentos. “Tinha professor que gostava de bater na gente demais com uma palmatória” (João Luiz da Costa, 2022), “A gente ficava de castigo, sem recreio, estudando” (Abadia Paulino da Silva, 2023). Percebe-se que os castigos fizeram parte da história das práticas escolares da escola Reunida Tamandaré, deixando traços nas memórias de ex-alunos. Segundo Silva (2017, p. 108), o uso da palmatória na rotina da escola:

Corrigia, inibia os hábitos considerados subversivos, que além de controlar moralmente e fisicamente o aluno castigado servia de sobreaviso aos outros para que, vendo a punição acometida ao colega, não excedessem os limites impostos pelas regras e, sobretudo, aprendessem a lição.

A explicação de Silva (2017) remete ao depoimento de Maria Auxiliadora:

Lembro-me de o seu Januário dar uma palmada, como dizia ele, na mão do menino chamado Sebastião. Ele não queria dar a mão, então o professor ergueu a mão do Sebastião para segurar. Quando o professor desceu a palmatória, o aluno puxou a mão muito rápido, aí a palmatória pegou na mão do próprio professor. Ele ficou balançando a mão e nós, todos os alunos, rimos muito. Ele deu um grito para calar a boca, mas a gente não conseguia parar de rir. (Maria Auxiliadora, 2023)

As práticas dos castigos físicos, embora abolidas na metade do século XX, ainda se perpetuaram silenciosamente. Em Mato Grosso, o Regulamento de 1872 permitia aplicar nas escolas somente os castigos morais, porém, o regulamento não foi o suficiente para combater tais práticas. Em se tratando da rotina escolar, as aulas iniciavam todos os dias com a formação da fila; em seguida, os alunos cantavam o hino:

Cantar o hino era uma regra para entrar na sala de aula. Como era no pátio da escola, só não cantávamos quando estava chovendo. As aulas seguiam no mesmo ritmo todo o dia. Naquele tempo, tinha muita desigualdade por idade. Todos estudavam juntos, fazendo a mesma série. Eram uns trinta alunos ou mais; só tinha uma sala. Depois do hino, a gente ia para a sala, corrigia as tarefas nos cadernos ou na lousa. (Abadia Paulino da Silva, 2023).

A fala de Abadia, que afirma “[...] naquele tempo, tinha muita desigualdade por idade. Todos estudavam juntos”, revela traços de um Brasil rural. Para a escolarização de crianças em localidades distantes, as escolas mistas e multisseriadas representavam a

única “solução”, pois o número de alunos era insuficiente para formar uma escola com turmas separadas.

O nacionalismo na cultura escolar era refletido no canto do Hino Nacional; posto que era uma regra, todos participavam. A Figura 64 a seguir retrata o momento narrado por Abadia Paulino.

Figura 64 – Fila para cantar o hino no pátio da escola



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

Na semana de 7 de setembro, em comemoração à Independência do Brasil, havia o hábito do desfile cívico “Era muito simples, só desfilávamos pelas ruas do Distrito, cantando o hino e marchando. As famílias que moravam no Distrito gostavam de ver; não tinha convidados, ia quem gostava.” (Abadia Paulino da Silva, 2023). O desfile era organizado pelos professores. A Figura 65 a seguir mostra o desfile da turma de 1974.

Abadia ressalta que, além da rigorosa rotina diária, havia também ordens próprias para receber visitas. “Quando uma visita entrava na sala de aula, os alunos tinham quem se levantar e cumprimentá-la todos ao mesmo tempo” (Abadia Paulino da Silva, 2023).

Figura 65 – Desfile cívico/1974



Fonte: arquivo pessoal de Januário Ricardo de Lima.

As regras eram muitas. Além da composição de filas e do canto do hino, havia a cobrança do uniforme, que era blusa branca e saia ou calça azul. Também era realizada a chamada todos os dias. “Tinha nosso livro de leitura. Eu aprendi a ler com ele. O professor ensinava várias vezes e, depois, tomava a lição. Passava também ponto na lousa, agente copiava e depois ele tomava a lição” (Abadia Paulino da Silva, 2023).

A Figura 66 a seguir mostra o livro de leitura que era utilizado em meados dos anos 70.

Figura 66 – Página de rosto do livro *Pedrinho*



Fonte: acervo pessoal de Abadia Paulino da Silva.

A ilustração da página de rosto mostra Pedrinho e sua irmã Maria Clara correndo de mãos dadas para chegar até a escola. No caminho, há árvores, arbustos e flores. As descrições na página de rosto são: nome do autor no alto (Manoel Bergström Lourenço Filho), título do livro e o nome da ilustradora (Maria Boes).

Na Série de Leitura Graduada Pedrinho, Lourenço Filho (1964, p. 49) enfatizava “os métodos de leitura, com o intuito de criar ou reforçar no aluno o gosto de ler, ou a necessidade de ler”. Os livros atingiram vendas expressivas nas décadas de 1950 a 1970. Tudo indica que isso fazia parte de uma estratégia editorial que via no livro uma missão educadora.

A coleção foi muito utilizada como manual de leitura. As séries graduadas de leitura passaram a existir quando da institucionalização da escola graduada, os chamados “grupos escolares”. A coleção Pedrinho era composta por quatro livros e uma cartilha, todos escritos por Lourenço Filho. O autor preservava nos volumes a continuidade e o gradativo aprofundamento das lições, conforme a série a que se destinavam. Ela partia de uma proposta de educação ligada a finalidades civilizadoras, unidas pela ideia de formar o bom cidadão, como leal, cuidadoso, estudioso e obediente.

Em se tratando do estudo da tabuada, ela “[...] tinha que ser lida até decorar; depois; a professora tomava a lição de cada casa da tabuada e quem não desse conta ficava sem recreio” (Angela Aparecida de Almeida, 2022)

Passar ponto na lousa, tomar lição, corrigir os cadernos, tomar tabuada são ações que, conforme os relatos de ex-alunos faziam parte das práticas escolares das professoras da escola Reunida Tamandaré. Pelos depoimentos, percebe-se a ênfase na memorização como estratégia de aprendizagem.

Sobre as estratégias de avaliações, os entrevistados relataram que:

Para as provas, a professora dava um texto para estudar. Depois, a prova era aplicada com base naquele texto. Tinha que estudar e decorar, porque a gente não sabia as questões que iam cair. Tínhamos que responder as questões com base no texto estudado. (Abadia Paulino da Silva, 2023).

No mesmo sentido, Dona Ângela relata que:

Tinha que decorar na cabeça. Não era fácil, mas nós dávamos conta. Alguns conseguiam, outros não. Havia bom aluno e aluno ruim, que não conseguia fazer as tarefas nem em casa e nem na escola. No dia de prova, havia choradeira de tanto medo. No final de cada bimestre, a gente levava os boletins para casa, para nossos pais verem as notas. (Angela Aparecida de Almeida, 2022).

João Luiz contou sobre suas dificuldades para estudar em casa para as provas:

Eu ia para a escola;papai trabalhava com Sr. Armando;eu vinha de lá (da escola), passava em casa, pegava o almoço, levava lá na roça e passava o resto do dia lá trabalhando.Ficava até de tardezinha;de noite é que nós vínhamos para casa.Eu só estudava em algumas horas vagas. Reprovei muito, não tinha outro jeito.Tinha que trabalhar, não dava tempo de estudar para as provas. (João Luiz da Costa, 2022)

Sobre os tempos das aulas e como os alunos que moravam mais distante chegavam até a escola, o Sr. João relata que:

De primeiro, era tudo bom demais. Tinha menino que andava doze, quatorze quilômetros a pé para ir para escola. Eu estudei de manhã e estudei na parte da tarde; conforme era, se eu tivesse no primeiro ano, tinha um horário. Se eu mudasse a série, já mudava para tarde. (João Luiz da Costa, 2022).

Na época, não era oferecido merenda escolar na escola; portanto, conforme depoimento do Sr. João

Na época que a gente ia a pé para a escola, minha mãe fazia um caldeirãozinho de comida. Nós o levávamos, porque não tinha merenda na escola. Era sempre arroz e feijão. Às vezes, minha mãe fazia algum biscoito, que a gente levava.Era tudo merenda. Mas sempre era num caldeirãozinho e nós comíamos gelado lá aquela comida. Era nossa merenda. (João Luiz da Costa, 2022).

Outra característica que marcou a educação rural, nos anos de 1970, foi a diminuição do número de alunos. É importante destacar que, conforme o depoimento do de João Dias:

Antes da construção da escola pelo prefeito aqui embaixo, a Neuza do Cristiano foi professora nossa.Ela estudou, fez um tanto de estudo lá.Quem tinha o quarto ano, naquele tempo, já podia lecionar para os outros. Ela gostava de bater na gente demais com uma palmatória. Aí tinha uma filha da dona Lica que dava aula depois da Neuza. De lá do rio, nós estudamos também. A gente atravessava numa pinguela, no rio ali, ia lá, estudava, e voltava para casa. Tinha de uns trinta alunos para lá, todos juntos. Na época, existia gente demais nessas fazendas. Depois, as leis foram tirando o povo das fazendas. A maioria foi para cidade. Só mais tarde, quando foi criada essa vila, com a escola, que começou a ter aula melhor pra nós. (João Luiz da Costa, 2022).

Essa questão pode ser entendida como reflexo da modernização conservadora que houve no campo, e, conseqüentemente, a expulsão do trabalhador rural, que se via obrigado a migrar para o meio urbano.

4.2 As representações da cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré na memória de uma ex-professora

Nascida em 1942, na cidade de Paranaíba, Damir de Oliveira Paula cursou parte do ensino primário em escola pública, na escola estadual José Garcia Leal, e concluiu o ensino primário em um internato para meninas, colégio das freiras agostinianas.

[...] Nasci e criei-me em Paranaíba. Aí eu fui, estudei um pouco lá na escola do centro José Garcia e depois fui pro internato. Fiquei um ano internada na Casa Irmã, aí fiz o quarto ano lá na escola das irmãs. [...] eu queria seguir o estudo e minha mãe não deixou. Era a minha loucura estudar, eu adorava. (Damir de Oliveira Paula, 2023).

Iniciou como professora leiga, dando aulas em uma escola isolada na fazenda da família Pedro no ano de 1960, sendo a primeira professora a atuar na região do Tamandaré; na época, era solteira e tinha dezoito anos na época. A escola era um barraco feito pelos fazendeiros; faziam mesinhas como carteiras e arrumaram uma lousa.

Nesse percurso, Damir casou-se com um dos filhos de Jerônimo Pedro e parou de lecionar por dois anos. No ano de 1966, foi chamada pela Secretaria Municipal de Educação para dar aulas na escola do Tamandaré. A escola era de madeira e atendia os alunos da região. A esse respeito, relata:

Quando eu fui dar aula, fui a primeira. [...] Fui para a fazenda dos Pedro. Eles faziam um barraco, faziam as carteiras, eu tinha a lousa que eles me forneceram. Eu dava aula para eles nesse lugar, na fazenda. Sempre era na fazenda do Joaquim Pedro. Depois, fui para o Sr. Jerônimo Pedro, que é o meu sogro. Aí eu me casei, parei. [...] Fiquei uns dois anos sem dar aula. [...] Eles fizeram o grupo e me chamaram. Fui à Secretaria em Paranaíba. Fiquei registrada como professora municipal. (Damir de Oliveira Paula, 2023).

A partir de 1971, durante o mandato de prefeito de Ozires Vieira de Souza, foi construído um prédio próprio para a Escola Rural Mista Tamandaré. E, nesse mesmo ano, a professora Damir de Oliveira Paula continuou designada para lecionar como uma das professoras da escola.

Ao ser indagada sobre os materiais didáticos, se recebia da prefeitura, Damir relata que “[...] Não, eu tinha todo o material. Eu ia a Paranaíba para receber e já comprava. A prefeitura não fornecia, nem um lápis. Havia um lugar onde eu comprava os livros que estavam lá” (Damir de Oliveira Paula, 2023). Sobre os materiais escolares dos alunos, Damir relata que “[...] Fazia listinha e eles compravam tudinho. Ou, às

vezes, eu comprava e vendia pra eles. Sabe? Porque às vezes tinha algum que tinha dificuldade na cidade, e eu tinha o material” (Damir de Oliveira Paula, 2023).

A dificuldade narrada por Damir era constante na trajetória das professoras das escolas rurais em Mato Grosso durante a primeira metade do século XX. Havia, no cotidiano dessas escolas, problemas como falta de mobiliário, de acesso e de recursos pedagógicos. Associados a isso, havia os baixos salários que ganhavam os professores, em sua maioria leigos, como era o caso da professora Damir.

De acordo com o depoimento de Damir, percebe-se ainda que o trabalho de professora em escola rural contribuía com o orçamento da família. Sobre como recebia o salário, Damir relata que tinha de ir até Paranaíba receber: “[...] Saiu o pagamento, eu pegava. Naquela época, tinha um ônibus que fazia corrida para lá” (Damir de Oliveira Paula, 2023)

A experiência profissional dos professores das regiões rurais não era fácil. Esse profissional era responsável por todo o trabalho existente. Ou seja, manter a limpeza, estabelecer relações com os pais e a comunidade, preparar aulas, administrar o processo de ensino com diversos níveis de aprendizagem e idades. Além disso, o profissional teria que percorrer um trajeto cansativo até chegar ao destino para receber o salário mensal.

É nítido que, com tantas atribuições, utilizar métodos inovadores de educação, como prescreviam as normas e regras estabelecidas nas leis educacionais, não era fácil. Na maioria das vezes, essas normatizações nem chegavam aos professores. Em relação a suas primeiras experiências no ensino, a professora relata:

Eu tinha um caderno, no qual fazia o planejamento da semana inteira. Eu, por mim mesma. Entende? Eu adorava; tinha prática; tinha dom. Aí eu ia devagar, né? Ensinava alfabeto, depois começava a ensinar a juntar as letras, fazer para falar o nome. No meu caderno, eu era tão caprichosa que fazia a matéria e fazia o desenho dela. Vamos supor: “pato”; eu desenhava o pato e, na frente, eu escrevia o que era o pato, o que significava o pato. Esse caderno mesmo foi chegou à secretaria, eles queriam ver. Eram cinquenta alunos. E terminava com cinquenta, ninguém saía. Era tudo misturado, com moça, com criança pequena. (Damir de Oliveira Paula, 2023).

O depoimento ilustra o descaso com a educação rural por parte dos governantes. Ao ser designada para a Escola Rural Mista Tamandaré, a professora não recebeu nenhuma orientação específica, nenhum programa de ensino. E, diante da necessidade, utilizou, com muita dedicação, os recursos e o saber que tinha disponível. Ensinava da maneira que aprendeu, construindo assim seu modo de lecionar. Quanto às atividades

que a professora relata ter trabalhado, percebe-se que elas condizem com as práticas pedagógicas da época: prática do ensino da leitura e escrita, bem como o ensino da matemática centrado na memorização. Damir relata que os alunos “Já saíam lendo, fazendo contas, sabia. Não tinha esse negócio de sair do ano sem saber tabuada, não. Estudava mesmo, passava tabuada para fazer em casa, fazia na escola. Todos sabiam ler, escrever e fazer as continhas” (Damir de Oliveira Paula, 2023)

Destacam-se ainda os conteúdos enraizados na cultura escolar do interior das escolas durante as décadas de 40 e 50 do século XX. Tais práticas pedagógicas deveriam assegurar nos alunos o sentimento de amor à pátria. “[...] Menina, mas se era sete de setembro, eles faziam falar poesia no microfone. Coisa mais linda. Eu passava poesia e eles falavam, decoravam ali” (Damir de Oliveira Paula, 2023)

Sobre a avaliação, a professora afirma que “[...] Na época da prova, eu selecionava aquelas matérias mais difíceis. Aí dava a prova;era muito difícil eles errarem alguma coisa. Sabiam mesmo, por completo. Chamava eles na lousa, para eles fazer as continhas” (Damir de Oliveira Paula, 2023)

Ao ser questionada sobre o comportamento dos alunos, Damir relata que,

Me obedeciam imensamente. Aqueles que precisavam receber um corretivo, eu punha de pé, virado com a parede.Mandava recado para os pais.Outros vinham me perguntar como é que estava o filho.Era gostoso, não é igual hoje não, porque hoje o professor toma até tapa na cara. E antigamente os meninos tinham a educação em casa, né? Tinha criança que eu tinha dó, eu nem falava brava com eles. Eu era brava dentro da sala de aula, para eles prestarem atenção e aprenderem. (Damir de Oliveira Paula, 2023).

Sobre como os alunos chegavam até a escola, foi indagada se eles iam a pé: “[...] Não, eles vinham a cavalo, né. Mas havia muitos que vinham a pé. Eu ficava com dó, porque o sol era quente. Os que estudavam de manhã, não, mas os que estudavam de tarde pegavam sol quente” (Damir de Oliveira Paula, 2023)

No momento que foi abordada de como se sentia sendo professora naquele momento, Damir fala com emoção, buscando em sua memória o passado. “[...] Na época que eu dei aula lá, eu me sentia muito feliz, muito, muito mesmo. Nunca cheguei atrasada na aula. Os meninos faziam fila, do pequeno ao maior. Entravam, rezavam, aí sentavam” (Damir de Oliveira Paula, 2023). A emoção toma conta dela, enquanto rememora sua vivência. O ato de rememorar busca fatos importantes para ser recordado, aquilo que teve significado e que mantém vivas as recordações (BOSI, 1995). Assim, Damir ainda traz em suas memórias:

Eu não via a hora de ir para a sala de aula. Eu gostava muito, muito, os meninos eram muito educados, me consideravam bem. Me tratavam por “senhora”. Quando era a época do meu aniversário, eles faziam festinha, levavam presente. Quando eles faziam aniversários, nós comemorávamos. Quando era 7 de setembro, nós juntávamos as classes e desfilávamos. Desfilávamos no 7 de setembro, cantando o hino nacional. Menina era gostoso. Como era gostoso! Eu tenho aluno hoje que já é vovô e me toma bênção. (Damir de Oliveira Paula, 2023).

Nesse momento, a professora busca, em seus guardados, a única foto que encontrou de seus alunos. Explica que guarda com muito orgulho de seu tempo de professora.

Figura 67 – Alunos do 1º e 2º ano/1973



Fonte: arquivo pessoal de Damir de Oliveira Paula.

No ano de 1977, Damir para de lecionar, pois seus dois filhos haviam terminado o ensino primário e a família tinha que se mudar em busca de estudos para eles. “Eu parei, e eles não queriam que eu parasse. Me ofereceram duas classes em Paranaíba. Mas aí eu falei com o meu marido, ele falou assim: ‘não, nós não vamos a Paranaíba, nós vamos para Cassilândia, porque lá tem serviço, e Paranaíba não tem’”. (Damir de Oliveira Paula, 2023)

Ao rememorar com emoção e orgulho de seus ex-alunos e da satisfação de ter lecionado na Escola Rural Mista Tamandaré, a professora demonstra o gosto pela profissão que aprendeu ainda bem jovem, quando começou a lecionar. Ao contar suas lembranças sobre a escola, ela demonstrou a satisfação de dever cumprido. Damir dedicou-se mais de 10 anos à educação, exercendo a função de professora leiga na escola Reunida Tamandaré. Hoje, aposentada, viúva, ocupa-se com artesanato e com a família.

4.3 Os cadernos: materialização das representações

Tenho todo o material desde o comecinho. A minha mãe, se eu jogasse fora, ela não gostava. Guardei as provas, os cadernos, os livros; lá estudei até a quarta série. (João Nunes da Costa, 2022).

A utilização de cadernos como fonte histórica compreende vários campos de pesquisa. De acordo com Mignot (2008), historiadores da educação, estudiosos em formação de professores, psicólogos, entre outros que se interessam em pesquisar experiências cotidianas em sala de aula, têm investigado os cadernos, valorizando-os como objetos ou fontes de pesquisa.

Viñao Frago (2008), ao mencionar os cadernos escolares como fonte histórica nos aspectos metodológicos e historiográficos, destaca que:

Os cadernos foram utilizados como fonte para o conhecimento das imagens e representações sociais sobre a infância, a escola, a família e outros temas similares; como instrumentos de aculturação escrita; como veículos transmissores de valores e atitudes ou um modo de doutrinação ideológica e política; como uma forma a mais de trabalho dos alunos junto aos exercícios e folhas soltas. E, ainda, como meio para o estudo do currículo e das diferentes disciplinas e atividades escolares (distribuição do tempo e organização do trabalho em sala de aula, elaboração de uma tipologia de atividades e exercícios, avaliação deste, etc.); como uma inovação educativa dentro do movimento internacional da Escola Nova e como um instrumento de expressão pessoal e subjetiva do aluno. (Viñao Frago, 2008, p.18).

Considerando que as características físicas, os modos de uso dos cadernos escolares e sua organização interna participada produção dos discursos materializados em suas páginas, sua apreciação como fonte histórica permite o conhecimento de práticas educativas, até mesmo de aspectos pedagógicos e políticos de uma determinada época.

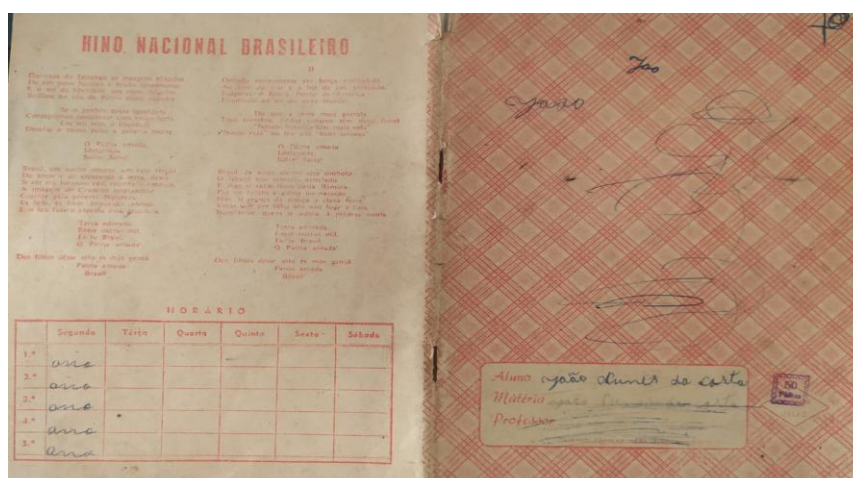
Com a falta de valorização e preservação de cadernos de alunos, produzidos no âmbito escolar, Mignot (2010) ressalta que os pesquisadores têm localizado esses materiais em arquivos pessoais, familiares, públicos e em museus pedagógicos. Desse modo, foram localizados para essa pesquisa os cadernos e demais suportes de registros escolares no arquivo pessoal de ex-aluno da escola Reunida Tamandaré. Serão analisados os cadernos do Sr. João Nunes da Costa, os quais compreendem os anos de 1970, 1971, 1972 e 1973. Passamos à apreciação dos cadernos escolares como fontes históricas de pesquisa e materialização da cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré, ressaltando a importância de preservação e análise destes documentos para a pesquisa em História da Educação.

4.4 Observem e apreciem a beleza da diversidade de registros nos cadernos escolares

A análise feita dos 20 cadernos que compõe o *corpus* da pesquisa permitiram identificar que abrangem as disciplinas de língua portuguesa, aritmética, caligrafia, história, ciências e educação moral e cívica. Compreendem a cópias de textos, exercícios, treinos ortográficos e ditados. Em todos os cadernos, o aluno utilizou lápis e caneta azul para os registros.

Os cadernos apresentam a estrutura física de folha dupla de papel almaço com 23 linhas sem margens. Todos são de formatos retangulares de brochura e pequenos; porém, 13 cadernos são no formato vertical e 7 no horizontal.

Figura 68 – Capa e contracapa do caderno utilizado em 1970



Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

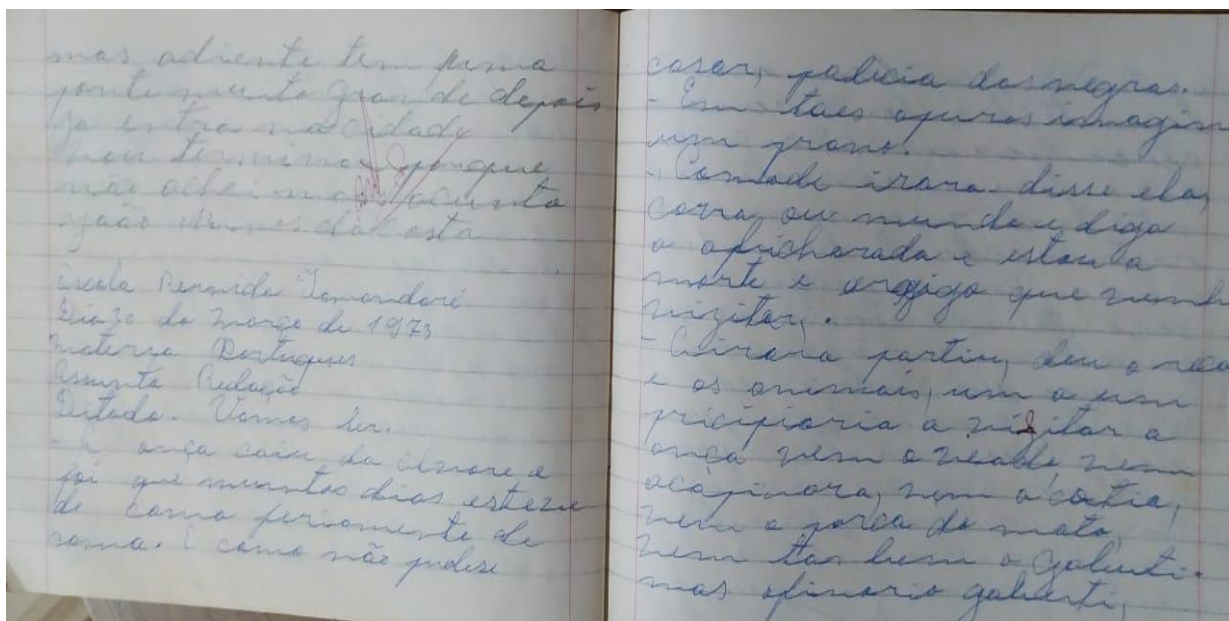
Na Figura 68, pode-se observar a capa e contracapa de um dos cadernos. Na capa do caderno, há um quadro na parte inferior, para informações identificando o nome do aluno, matéria e nome do professor. João só preencheu seu nome. Na contracapa, encontra-se a letra do Hino Nacional Brasileiro²⁰ na parte superior e, na parte inferior, um quadro destinado a horários de aula semanal, o qual João também não preencheu.

Ao analisar as atividades nos cadernos, percebe-se que foram registradas no mesmo caderno as atividades envolvendo problemas de matemática, questionário de ciências, pontos de história, algarismo romano, tabuada, dezenas, centena e milhar e ainda continhas de multiplicação com prova real. É importante ressaltar que, conforme o registro na Figura 69, no ano de 1970, o aluno João Nunes da Costa cursava o 1º ano.

Observa-se, ainda, que as correções foram realizadas com caneta vermelha com sinal de certo e as palavras ditas erradas eram corrigidas por cima da escrita do aluno com a mesma caneta vermelha. Na sequência, era atribuído o valor de zero a dez. Nota-se que foi dada maior importância às atividades de matemática, comparada aos outros conteúdos desses cadernos. Essa disciplina era desenvolvida por meio de tabuada, algarismo romano, cálculos de multiplicação, conjuntos, resolução de problemas, dezena e centena de milhar. As outras atividades foram abordadas por meio de cópias e ditado.

²⁰ O Hino Nacional Brasileiro foi elaborado com intuito de comemorar a Independência do Brasil, que ocorreu em 07 de setembro de 1822. Primeiro o hino foi chamado de “Hino 7 de Abril” por conta da renúncia de Dom Pedro I (1798 – 1834), depois levou o nome de “Marcha Triunfal” e por fim “Hino Nacional”.

Figura 72 – Ditado/1974



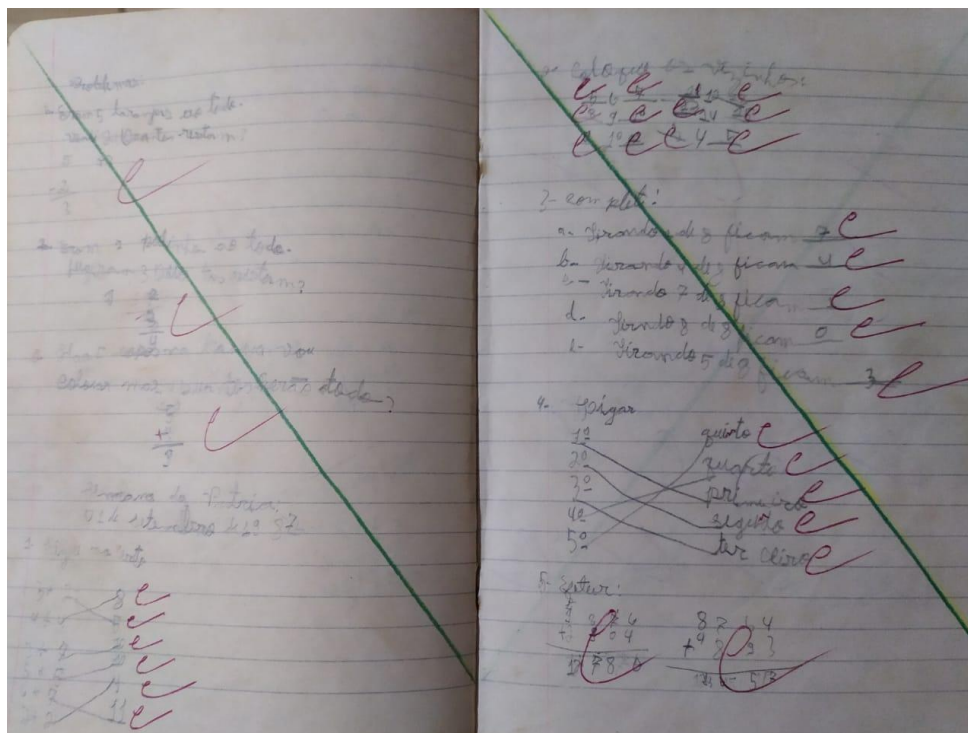
Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

Na Figura 72, consta “redação” no enunciado das atividades do dia 30 de março de 1973; no assunto, porém, foi realizado um ditado e depois a leitura dele.

Nota-se, pela Figura 73, que, na semana da Pátria²¹, era feito um traço na cor verde nas folhas dos cadernos dos alunos, chamando atenção para a data comemorativa.

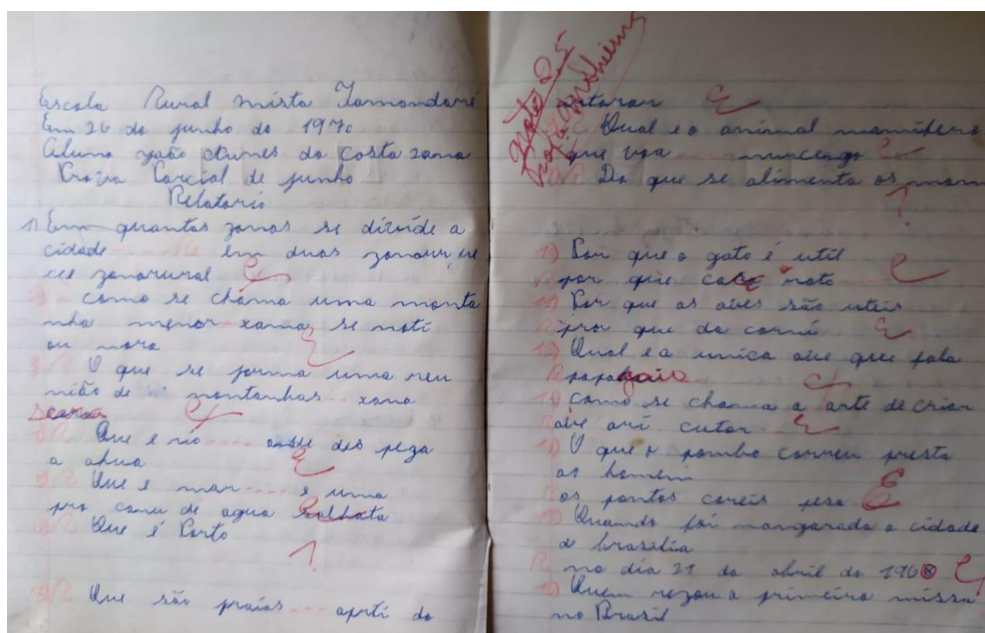
²¹ A Semana da Pátria, que se inicia dia 1 de setembro e vai até dia 7, é um período dedicado a homenagear a Pátria, despertar os sentimentos de amor e civismo, e também lembrar aqueles que foram importantes no processo de Independência do Brasil.

Figura 73 – Atividades “Semana da Pátria” / 1974



Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

Figura 74 – Caderno de Provas /1970

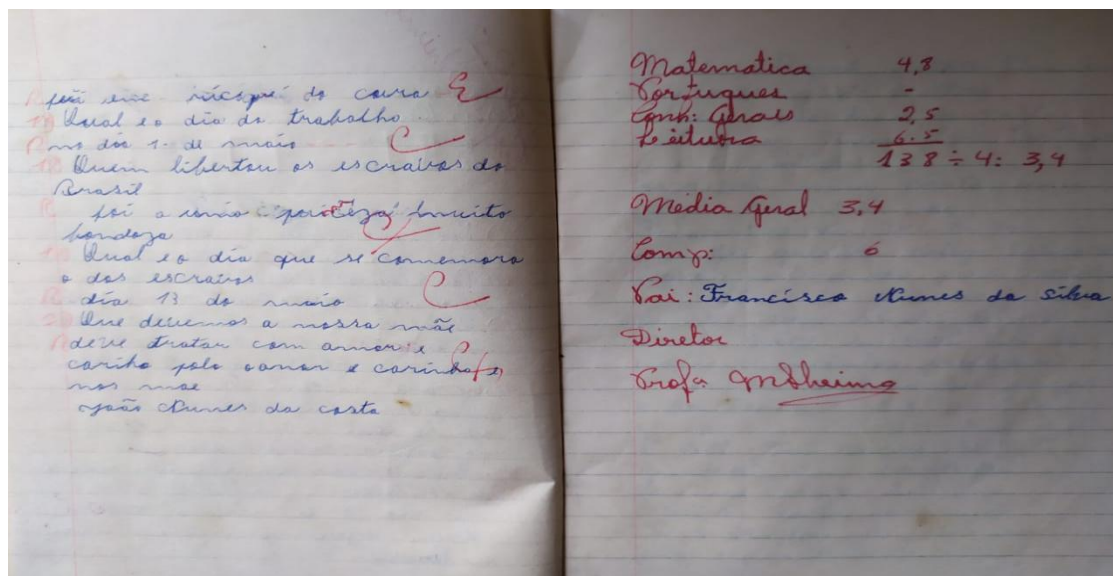


Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

Os registros escritos materializados nos cadernos do ex-aluno da escola Reunida Tamandaré apresentam ótimo estado de conservação, demonstrando, assim, o cuidado e o zelo em guardar as recordações de uma época vivenciada. A Figura 74 é de um caderno do ano de 1970 destinado somente as provas. Estão registrados nele as provas

das disciplinas de matemática, língua portuguesa, conhecimentos gerais e leitura. Todas as provas estão corrigidas pela professora com caneta vermelha e receberam nota. Em análise do caderno do aluno João Nunes da Costa de 1970, foi possível identificar as provas como sabatina.²²

Figura 75 – Caderno de Provas /1970



Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

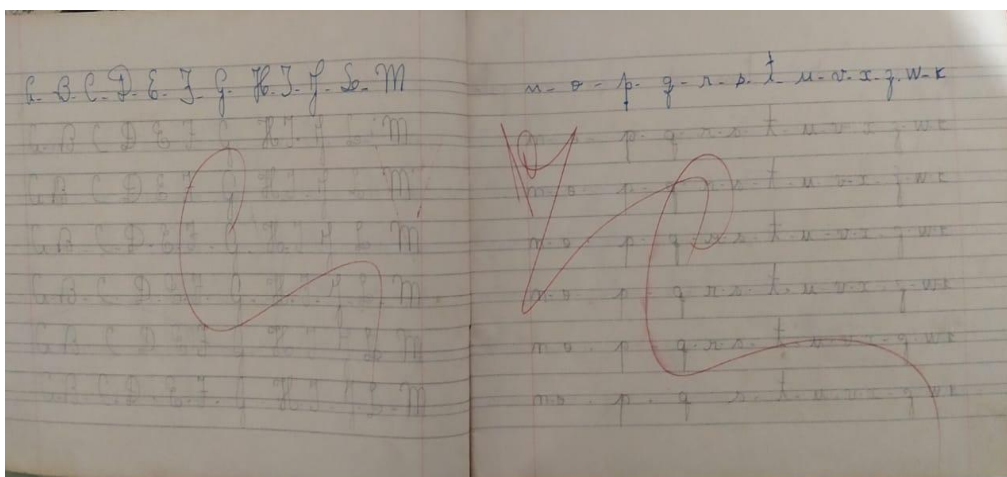
Conforme a Figura 75, assim que terminava as provas, a professora informava aos pais as médias. Os pais deveriam assinar o comunicado, comprovando a verificação da informação.

A ação de folhear e compreender, página por página, os cadernos permitiram visualizar um elemento estruturante de registros escolares: a marcação do tempo se materializando de diferentes modos. O cabeçalho marca o dia, o mês e o ano em que determinada atividade foi realizada; ainda acompanha o nome da escola, adicionado ao nome do aluno.

O caderno de caligrafia, conforme a análise foi utilizado simultaneamente às atividades diárias. Constata-se que o uso dele objetivou o aprendizado correto do traçado das letras, e a diferenciação entre elas, especialmente maiúsculas e minúsculas, conforme Figura 76 a seguir.

²²Recapitulação das matérias estudadas, geralmente por meio de perguntas aos estudantes.

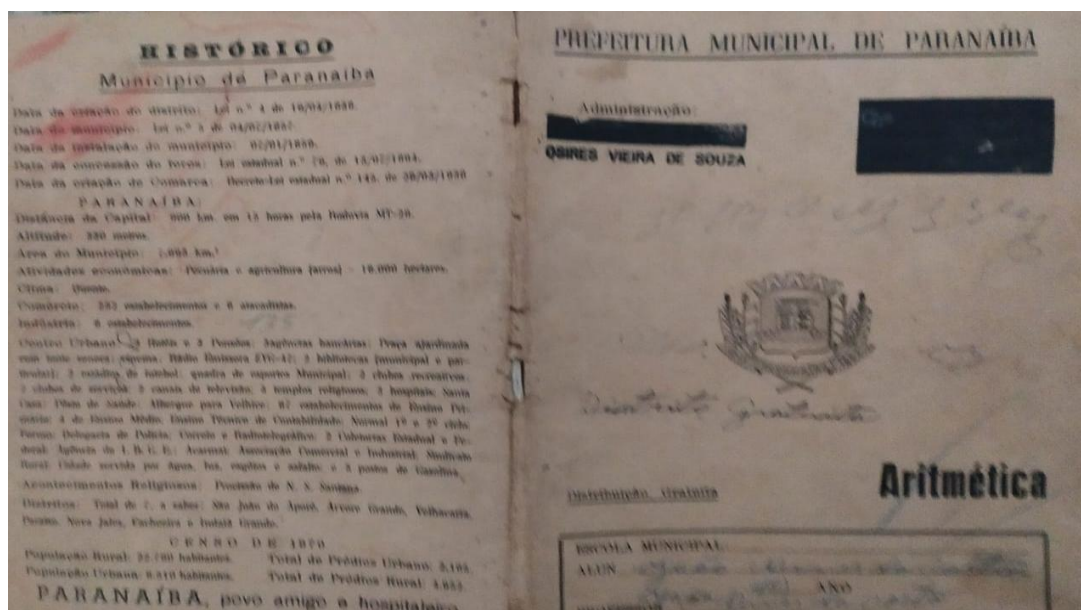
Figura 76 – Caderno de caligrafia/1973



Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

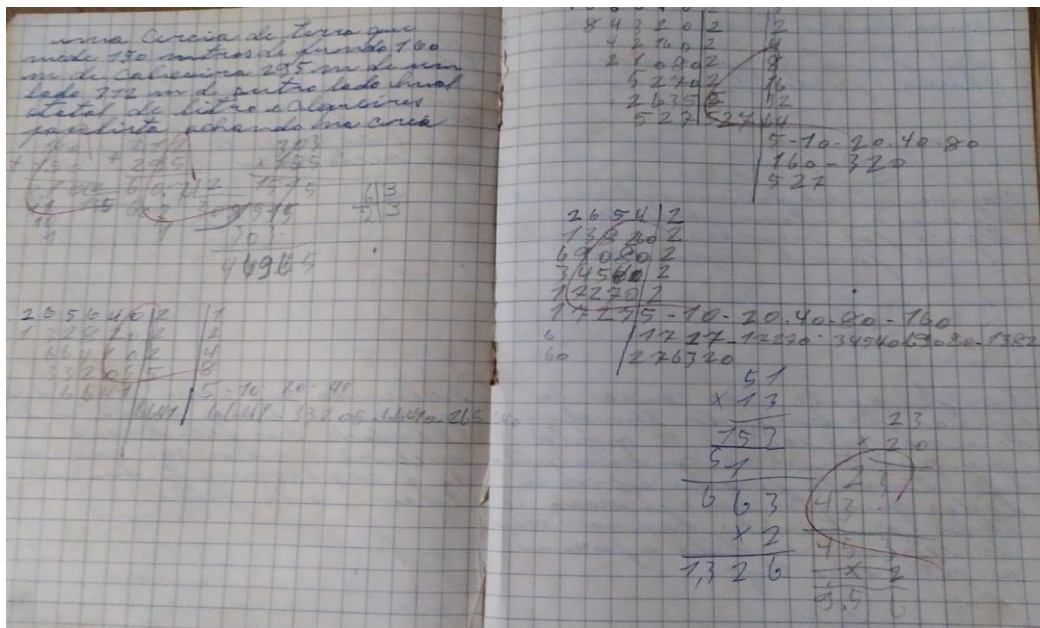
Deparamo-nos também com o caderno de aritmética utilizado no ano de 1974, conforme as informações da capa. Ele era doação da Prefeitura Municipal de Paranaíba, na administração do então prefeito Ozires Vieira de Souza. Na parte inferior da capa, consta ainda espaço dedicado ao nome da escola, aluno e professora. Na contracapa, consta histórico do município de Paranaíba. As folhas do caderno continham o formato de quadriculado destinado às atividades de aritmética. O caderno apresenta ainda, em suas atividades, correções feitas pela professora com caneta vermelha.

Figura 77 – Capa e contracapa do caderno de Aritmética/1975



Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

Figura 78 – Atividades de Aritmética/1975



Fonte: arquivo pessoal de João Nunes da Costa.

Constata-se que esse material, nas práticas escolares da escola Reunida Tamandaré, era utilizado para cópias, treino de escrita, elaboração de frases e resolução de atividades.

Essa análise dos cadernos permitiu revelar algumas estratégias de organização do trabalho dos professores no cotidiano das salas. Os cadernos são elementos materializados das práticas escolares. Porém, entende-se também que será preciso outras investigações para entender melhor a cultura escolar da escola Reunida Tamandaré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permeou caminhos entre idas e vindas, paradas necessárias para reflexão, passando por tempos jamais imagináveis. Após o trajeto, conclui-se que abordar a história da Escola Municipal Reunida Tamandaré, situada no Distrito Tamandaré, no município de Paranaíba/MS, discorrendo sobre sua criação e consolidação de sua relevância para o contexto da educação rural no estado de Mato Grosso do Sul ao longo das décadas, é importante e pode servir, além de subsídio para a compreensão da base histórica e cultural daquele lugar, como elemento norteador de reflexões acerca da educação rural no Brasil.

Necessário se faz dizer, ainda, que as informações, depoimentos e memórias dos depoentes, os protagonistas da formação do Distrito e da implantação da escola, foram essenciais para a realização desta pesquisa, pequena no tamanho, porém enorme no significado que apresenta, proporcionando trazer à tona as vozes dos atores dessa história.

Foram vários os caminhos e desafios percorridos durante os trabalhos de pesquisa aqui desenvolvidos, valorizando a memória. Conforme Bittencourt (2009, p.169), “pela memória se chega à história local”. Nesse sentido, buscou-se evidenciar as representações de escolarização de uma escola rural em Mato Grosso do Sul, materializada na cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré em Paranaíba/MS, entre 1969 e 1982.

Entre os desafios, procuramos definir a apresentação e sentido de uma história local, que compreendemos como a “dimensão local da história”. Ela foi rememorada nesse trajeto, das idas e vindas, dos diálogos, dos acontecimentos e fatos que pesquisamos, das histórias que aqui registramos. Enfim, buscamos pesquisar, registrar ou ensinar história, porém, com o cuidado em compreender sua configuração local. Diante do exposto, reconhecemos que ainda temos muito a avançar na reflexão que permeia as relações da história local.

Por meio dos relatos de memória e de documentos encontrados, percebe-se que a Secretaria Municipal de Educação, professores e alunos apresentaram diferentes representações de escolarização, capazes de materializar a cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré. Concluiu-se que as propostas pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, através das legislações que estabeleceram normas e regras, não alcançaram os professores que lecionavam, os quais planejavam de acordo com o

mínimo de conhecimento que tinham, considerando que o importante era aprender as letras, nomes, palavras e contas. Diante do narrado, destacamos que apenas iniciamos os trabalhos com as representações estabelecidas no interior da Escola Reunida Tamandaré.

O primeiro capítulo procurou situar esta pesquisa na historiografia da educação, mais especificamente na historiografia da educação Rural em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Construímos o Estado do Conhecimento por meio do levantamento de pesquisas acadêmicas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), as quais contribuíram significativamente para a realização desta dissertação.

O segundo capítulo buscou traçar a trajetória da escola primária rural no estado de Mato Grosso, assim como estabeleceu relações como cenário estadual e municipal. Isso nos oportunizou compreender o contexto histórico e político da época que envolveu a criação das escolas primárias no contexto rural. A compreensão do contexto histórico e político nos possibilitou compreender a trajetória da história da educação em nosso estado, hoje, Mato Grosso do Sul.

O terceiro capítulo intitulado, “Do cheiro da terra aos fios da memória: a escola e a comunidade”, tratou da escolarização na infância e da vida em comunidade. Iniciamos com o item “*Eu era tudo, né!... Professor Januário Ricardo de Lima e a Escola*”. Professor Januário era líder naquele local e reviveu grande parte de sua vida contando os fatos, os quais foram essenciais para nossa pesquisa. Ele apontou a importância da criação e a instalação da Escola Reunida Tamandaré para a comunidade local. Era o ponto de encontros e reencontros, representando o poder público na comunidade.

Percorremos a trajetória que passa de “Escola Mista Tamandaré a Escola Municipal de 1º grau ‘Reunida Tamandaré’”, conquista essa da liderança da comunidade local. Passamos pela origem do “Distrito Tamandaré e as Memórias da Comunidade Local”, e as “Histórias que (re) contam: o Centro Rural e as Festividades”. Os acervos pessoais, as memórias e os documentos encontrados possibilitaram as análises do contexto local, da organização dos espaços sociais e das representações materializadas na cultura escolar, que foi se constituindo através das vivências e práticas dos sujeitos contribuintes.

O quarto e último capítulo buscou retratar a cultura escolar da Escola Reunida Tamandaré. Ele apresenta as “Representações da Cultura Escolar da Escola Reunida Tamandaré na Memória de ex-alunos” e de uma ex-professora. Analisa os cadernos como materialização das representações e mostra a beleza da diversidade de registros nos cadernos escolares encontrados nos acervos de ex-alunos.

Com enfoque na História Cultural, o trabalho aqui apresentado buscou valorizar a história de quem a vivenciou, buscando formas de fazer e registrar. Esse registro teve como protagonistas sujeitos reais da história narrada, produtores do cotidiano. Por meio da memória, eles buscaram dar sentido à formação de uma comunidade local, onde escolheram viver e fazer família, e onde permanecem até os dias atuais. Tornou-se evidente que “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores” (Le Goff, 1990,p. 535).

Para finalizar, ressaltamos que as considerações aqui apresentadas não são únicas e não se esgotam. São representações formadas a partir de um lugar social; salientamos que, a partir delas, devem ser abertas possibilidades para novas trajetórias dentro do espaço acadêmico, novas indagações e problemáticas sobre o objeto de pesquisa em questão.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALMEIDA, D.B. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALVES, P. Experiência de Investigação: Pressuposto e estratégias do Historiador no trabalho com Fontes. In: CREDDO, M.do C.S. Di (org.). **Fontes históricas: Abordagens e Métodos**. Assis: UNESP, 1996.

AMORIM, M. L. de. **Retratos da Educação: Estratégias de Escolarização no Ensino Primário em Coxim, Sul de Mato Grosso 1930-1963**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2020.

ANDRADE, C. D.de. Procura da poesia. In: **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 11-12.

ARROYO, M.G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C.(orgs.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, A. M. O tempo da fotografia no espaço da história: poesia, monumento ou documento? In: NUNES, C. (org.). **O Passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 69-84.

BARBOSA Jr., A.; FONSECA, G. **Memórias de Parnaíba**. s.d. Disponível em: <https://www.memoriasdeparanaiba.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BARROS. J. D. A Nova História Cultural considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n.16, 1º sem. 2011.

BARROZO, J.C. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. IN: **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 15-26.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: UFMS, 2009a. v. 1.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: UFMS, 2009b. v. 2.

BITTENCOURT, C. M.F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BLANC, A. **Um cara bacana na 19a**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BOBADILHA, T. R. **Educação Primária no Sul de Mato Grosso: O Grupo Escolar De Bataiporã-MT (1955-1974)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2016.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 4ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 outubro 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, 11 de outubro de 1977. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal nº 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 6.151, de 4 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 05 dez. 1974.

BRUNETTI, A. Paranaenses aceitam o desafio para a ocupação da Amazônia. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 maio 1975. Especial, p. 8.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia: A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, 2002.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME – PARANAÍBA/MS. **Parecer Nº001/2012** da Câmara de Legislação e Normas sobre a Regulamentação do Tempo-escola, do Tempo-comunidade e da Formação Continuada dos Profissionais de Educação das Escolas do Campo, no Sistema Municipal de Ensino de Paranaíba.

CROCE, B. **A História, pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DELGADO, L.de A. N.; FERREIRA, M.de M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, vol. 02, n.4, dez. 2013.

DRUMMOND, C.de A. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 13-14.

EBENRITTER, A. L. P. B. **Da Escola na Casa à Escola Municipal Fazenda Miya do Distrito Do Guassú – MT (1965 -1977)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2018.

FARIA, A. H. de. **Trajetórias Docentes: Memórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2028.

FERNANDES, B.M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Livre Docência, FCT, UNESP, 2013.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, agosto/2002.

FREIRE, M.W. **A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREITAS, C. L.V. **As relações da política econômica brasileira de financiamento externo com o “milagre brasileiro”**. 2005. Disponível em: https://www.unieuro.edu.br/downloads_2005/hegemonia_02_01.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

FREITAS, C.B. **A escola no Horizonte de jovens camponeses de uma escola família agrícola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

GONÇALVES, M. de A. História local: o reconhecimento da identidade pelocaminho da insignificância. In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.;MAGALHÃES, M. de S. (orgs.) **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Riode Janeiro: Mauad X, 2007. p. 175-185.

GOUBERT, P. “História Local”.**História & Perspectivas**, Uberlândia, vol. 6, p. 45-47, jan./jun. 1992.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Estrutura sindical e cenário político: o sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul e no Paraná. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 17, n. 27, p.87-111, 2012.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IRALA, C. **Educação Rural em Dourados: a Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2014.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, J. “Memória”. In: **Enciclopédia Einaudi**, Memória – História. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, v.1, p.46.

LEITE, M.I.E.P. **No campo da linguagem, a linguagem do campo** – o que falam de escola e saber as crianças da área rural? Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1995.

LOPES, I. C. Cadernos escolares: memória e discurso em marcas de correção. In: MIGNOT, A. C. Venancio (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Uerj, 2008.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Pedrinho**. 11ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961.

MAIDANA, R. **Catador de Lindezas**. 1997. Disponível em: ritamaidana.blogspot.com. Acesso em: 27 mar. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei Ordinária – 2993/1970**. Dispõe sobre a criação de centros educacionais de ensino integrados. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/pesquisa-historica/19144/visualizar>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul**, 5 de outubro de 1989. Disponível em: <https://www.cge.ms.gov.br/legislacao/constituicao-estadual/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MIGNOT, A. C. V. (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

MIGNOT, A. C. V. Janelas indiscretas: os cadernos escolares na historiografia da educação. In: VIDAL, D. G.; SCHWARTZ, C. M. **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 425-446.

MONTENEGRO, A.T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOROSINIA, M. C.; FERNANDES, C. M. B.. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2000.

NÓVOA, A. O espaço público da educação: imagens, narrativas e dilemas. In: **Espaços de Educação, Tempos de Formação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 237-263, 2002.

NUNES, C.(org.) **O passado sempre presente.**São Paulo, Cortez, 1992. (Coleção Questões da nossa Época; 4. p. 7-16).

OLIVEIRA, C. E.de. **Migração e Escolarização:** história de instituições escolares de Tangará da Serra - Mato Grosso – Brasil (1964 -1976).Tese (Doutorado em História). UFU, Uberlândia, 2009.

PAES, A. B. **A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942).** 2011. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara, 2011.

PALMA FILHO. J. C. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: A Era Vargas. Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação da Educação.** 3. ed. São Paulo: Progr/UNESP – Santa Clara, 2005, p.61-74.

PARANAÍBA. **Decreto de Lei Nº 328 de 19 de abril de 1972.** Prefeitura Municipal de Paranaíba – Dispõe sobre a criação de diversas escolas Rurais Mistas em diversas localidades do município.

PARANAÍBA.**Decreto de Lei de Nº 306 de 08 de setembro de 1971.** Prefeitura Municipal de Paranaíba.

PARANAÍBA. **Deliberação CEE nº 100, de 19 de dezembro de 1980** – Fixa normas para a elaboração do calendário Escolar para o Ensino de 1º e 2º Graus do Sistema Estadual de Ensino. Dispõe sobre a Criação da elevação para Escola Reunida a Escola Rural Mista Tamandaré e dá denominações a todas as Escolas Rurais Mistas do Município.

PERIPOLLI, O. J. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense:** a mercantilização da terra e da escola. Tese (Doutorado em Educação). PPGEDU, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

PESAVENTO, S.J. **História & história cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p

RECK, J.; *et al.* Política da Seduc para Educação do Campo. In: RECK, J.(org.) **Novas perspectivas para a Educação do Campo em Mato Grosso, Contexto e Concepções:** (Re) Significando a Aprendizagem e a Vida. Cuiabá: Defanti, 2007, p. 13-33.

ROHDEN, J.B. **A Reinvenção da Escola:** História, memória e práticas educativas no período colonizatório de Sinop-MT (1973 à 1979). Cuiabá, 2012. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, 2012.

SANTOS, D. S. dos. **Constituição de Professoras Leigas nas Escolas Rurais em Paranaíba-MS (1970-1990).** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, 2021.

SCHMIDT, M.A. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A.M.;MAGALHÃES, M.de S. (orgs.).**Ensino de história:** sujeitos, saberes e práticas.Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária (EPU), 1986.

SÁ, E. F. de. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). Tese de Doutorado (Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, A. S. **Políticas de atendimento a criança pequena no Mato Grosso do Sul 1983/1990**. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1997.

SILVA, M. S. B. **História e Memórias**: a Escola Municipal de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro do Distrito de Indápolis - MS (1973-1988). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, 2019.

SILVA, S. M. da. **Memórias da Escola Rural**: Representações da cultura escolar da escola Rural Mista de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e uma ex-professora (1937-1952). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2018.

SILVA, R. N. Sobre o tempo e o controle dos corpos na escola primária: O que dizem dezessete professores do território da grande Aracaju (1930-1961). **Interfaces científicas – Educação**, Aracaju, v.5, n. 3, p.97-112, jun-2017.

SINTEP/MT. Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público. **História**. Disponível em: <https://sintep.org.br/sintep/Institucional/historia/menu:2/submenu:1/>. Acesso em: 8 set. 2022.

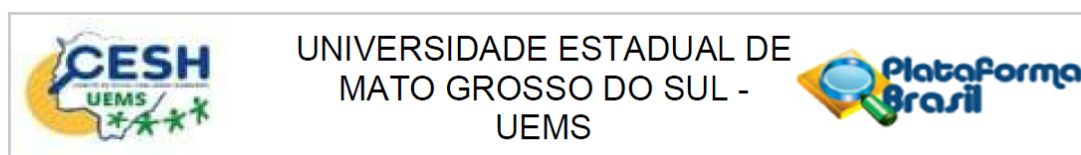
SOARES, M. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: INEP/MEC, 1989.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VIDAL, D. Culturas e Práticas Escolares. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIAN, V. T. **A Cultura Escolar em Debate**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, A. C. Venâncio. **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Uerj, 2008, p. 15-34

ANEXO A – PARECER FINAL DA PLATAFORMA BRASIL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL ¿ IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisador: MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59351822.7.0000.8030

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.661.739

Apresentação do Projeto:

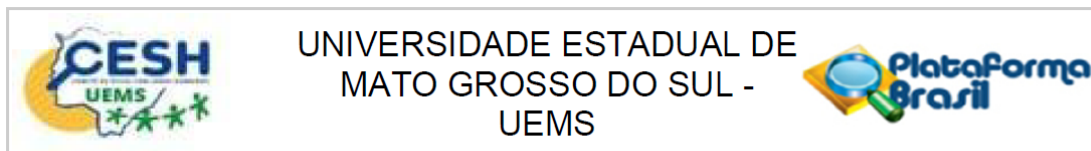
O projeto de pesquisa propõe abordar aspectos da História e Historiografia da Educação, apresentando os dados documentais de como a educação rural no Estado de Mato Grosso (MT) e, durante a transição para o Mato Grosso do Sul (MS) tem se organizado dentre o período o qual se pretende investigar (1970-1980). O foco é o processo de escolarização rural no município de Paranaíba/MS, a partir da implantação da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira, situada no distrito Alto Tamandaré, localizado cerca de 90 km da área urbana do município de Paranaíba/MS e sua contribuição para a formação histórico-cultural do município.

Como metodologia de pesquisa documental serão analisados leis, decretos e resoluções que dispõem sobre organização do estado e o funcionamento das escolas rurais do município, além dos documentos preservados pela escola em questão. Os dados serão coletados por meio de registro das memórias contadas pelo fundador, sendo o primeiro professor e diretor da escola pesquisada e ainda, morador do distrito até os dias atuais e outros sujeitos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.661.739

Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

Objetivos Específicos:

- I) Contextualizar o perfil histórico–educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- II) Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- III) Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme descrito a pesquisa NÃO apresenta eventuais riscos que o(s) participante(s) possa(m) ter, entretanto observa-se que para o Sistema CEP/Conep não existe pesquisa livre de risco. É necessário observar que risco é qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente. Sendo assim, solicita-se que sejam descritos os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa.

Destaca-se ainda que é importante apresentar em TODOS documentos, quais seriam os benefícios diretos que o participante terá em estar contribuindo com a pesquisa.

ANÁLISE: Pendência atendida.

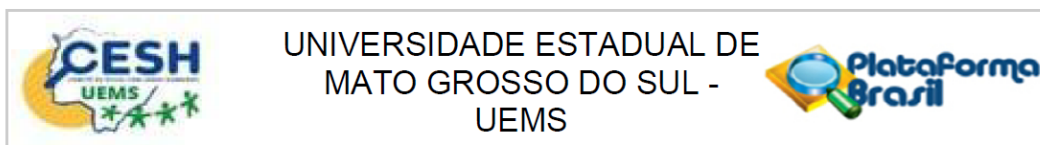
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é interessante, sendo importante realizar ações que possam conhecer melhor a história de determinada região do Estado de Mato Grosso do Sul.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme descrito a pesquisa NÃO apresenta eventuais riscos que o(s) participante(s) possa ter,

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.661.739

entretanto observa-se que para o Sistema CEP/Conep não existe pesquisa livre de risco. É necessário observar que risco é qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente. Sendo assim, solicita-se que sejam descritos os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa.

Destaca-se ainda que é importante apresentar em TODOS documentos, quais seriam os benefícios diretos que o participante terá em estar contribuindo com a pesquisa.

Outro fato IMPORTANTE a ser mencionado: No site do Comitê de Ética da UEMS existe um modelo para elaboração do TCLE, solicita-se que seja utilizado para apresentação deste documento.

ANÁLISE: Pendência atendida.

Recomendações:

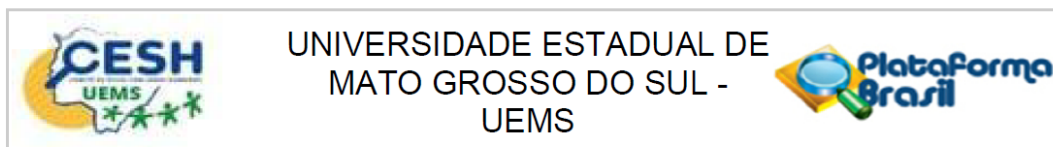
1) Solicitações: esclarecimentos quanto aos participantes da pesquisa. No PB é descrito a participação de 6 pessoas na pesquisa, entretanto no projeto não há menção destas pessoas, há menção somente de uma pessoa contribuindo para a pesquisa. Observa-se que é reportado somente no resumo apresentação de participantes, sendo citado como "outros sujeitos".

ANÁLISE: Pendência atendida.

2) Solicita-se maiores detalhamentos sobre a realização da(s) entrevista(s) com o(s) participante(s) da pesquisa: se a entrevistas serão gravadas? Filmadas? Ou alguma outra maneira? Observa-se de uma forma que a metodologia está bastante imprecisa, não há detalhamentos reais de uma metodologia direcionada para o que se pretende realizar.

ANÁLISE: Pendência atendida.

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.661.739

3) Quanto ao cronograma: Estes devem estar em mesma redação nos diferentes documentos, verifica-se que no Projeto Brochura (que consta poucas informações do cronograma) e no Projeto de Pesquisa há informações mais detalhadas

Observa-se ainda: O projeto NÃO PODE em hipótese alguma iniciar as coletas de dados antes da aprovação do CESH.

ANÁLISE: Pendência atendida.

4) Solicita-se apresentação de roteiro(s) da(s) entrevista(s) a ser(em) realizada(s). É FUNDAMENTAL apresentação deste documento para apreciação da pesquisa.

ANÁLISE: Pendência atendida.

5) Solicita-se: reestruturação do TCLE conforme modelo no site Comitê de Ética em Seres Humanos da UEMS (http://www.uems.br/comite_etica_serres_humanos/menu/10).

ANÁLISE: Pendência atendida.

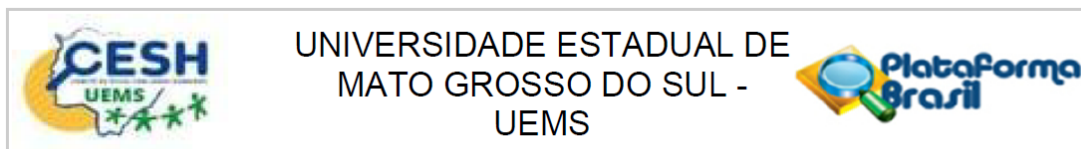
6) Todas modificações a serem feitas no projeto, solicita-se estejam em REALCE AMARELO.

ANÁLISE: Pendência atendida.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1) Solicitações: esclarecimentos quanto aos participantes da pesquisa. No PB é descrito a participação de 6 pessoas na pesquisa, entretanto no projeto não há menção destas pessoas, há menção somente de uma pessoa contribuindo para a pesquisa. Observa-se que é reportado

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.661.739

somente no resumo apresentação de participantes, sendo citado como "outros sujeitos".

ANÁLISE: Pendência atendida.

2) Solicita-se maiores detalhamentos sobre a realização da(s) entrevista(s) com o(s) participante(s) da pesquisa: se a entrevistas serão gravadas? Filmadas? Ou alguma outra maneira? Observa-se de uma forma que a metodologia está bastante imprecisa, não há detalhamentos reais de uma metodologia direcionada para o que se pretende realizar.

ANÁLISE: Pendência atendida.

3) Quanto ao cronograma: Estes devem estar em mesma redação nos diferentes documentos, verifica-se que no Projeto Brochura (que consta poucas informações do cronograma) e no Projeto de Pesquisa há informações mais detalhadas
Observa-se ainda: O projeto NÃO PODE em hipótese alguma iniciar as coletas de dados antes da aprovação do CESH.

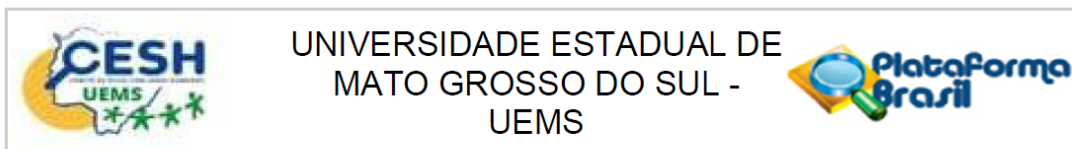
ANÁLISE: Pendência atendida.

4) Solicita-se apresentação de roteiro(s) da(s) entrevista(s) a ser(em) realizada(s). É FUNDAMENTAL apresentação deste documento para apreciação da pesquisa.

ANÁLISE: Pendência atendida.

5) Solicita-se: reestruturação do TCLE conforme modelo no site Comitê de Ética em Seres

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.661.739

Humanos da UEMS (http://www.uems.br/comite_etica_serres_humanos/menu/10).

ANÁLISE: Pendência atendida.

6) Todas modificações a serem feitas no projeto, solicita-se estejam em REALCE AMARELO.

ANÁLISE: Pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do (a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior. Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

** O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

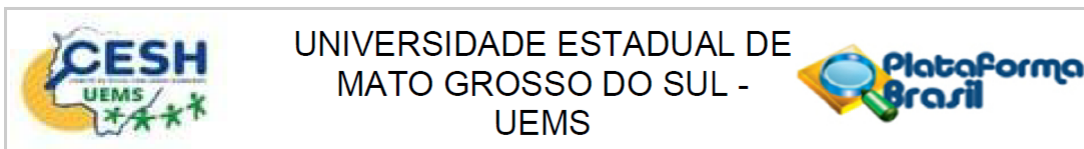
DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO SARS-CoV-2, CONSIDERAR:

Solicitamos aos pesquisadores que se atentem e obedeçam às medidas de segurança adotadas pelos locais de pesquisa, pelos governos municipais e estaduais, pelo Ministério da Saúde e pelas demais instâncias do governo devido a excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

As medidas de segurança adotadas poderão interferir no processo de realização das pesquisas envolvendo seres humanos. Quer seja no contato do pesquisador com os participantes para coleta de dados e execução da pesquisa ou mesmo no processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE, incidindo sobre o cronograma da pesquisa e outros.

Orientamos ao pesquisador na situação em que tenha seu projeto de pesquisa aprovado pelo CEP

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.661.739

e em decorrência do contexto necessite alterar seu cronograma de execução, que faça a devida "Notificação" via Plataforma Brasil, informando alterações no cronograma de execução da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1945896.pdf	03/08/2022 09:59:10		Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_casal.pdf	03/08/2022 09:55:26	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_professor.pdf	03/08/2022 01:15:34	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_aluno.pdf	03/08/2022 01:09:05	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_Diretor.pdf	03/08/2022 01:07:21	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/08/2022 01:04:38	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	03/08/2022 01:04:19	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	03/08/2022 01:02:53	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	13/05/2022 10:57:59	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Outros	uso_voz.pdf	10/05/2022 19:15:36	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao.pdf	10/05/2022 19:12:38	MARIA ANGELA PEREIRA PEDROSO	Aceito

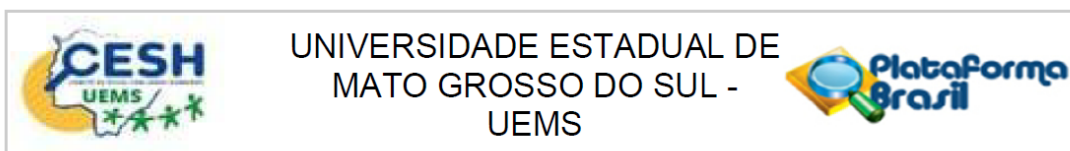
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.661.739

DOURADOS, 23 de Setembro de 2022

Assinado por:
alessandra aparecida vieira machado
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br

ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO DOS ENTREVISTADOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vocês estão sendo convidados (as) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL – IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisadora Responsável: Maria Ângela Pereira Pedroso - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS.

Endereço: Rua Juscelino Kubishek de Oliveira, CEP 79500 - 000

Telefone: (67) 998982700

E-mail: mariangela_prof@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS

Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica

Telefone: 35031006

Email: pgedu.mestradopba@gmail.com

OBJETIVO DA PESQUISA: Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

A pesquisa ainda se propõe a produzir uma problematização dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o perfil histórico – educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS: Será utilizada como método principal a entrevista semiestruturada, ao qual será constituída por um roteiro de perguntas.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Informa-se que não há riscos e prejuízos de qualquer espécie para os participantes da pesquisa.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS: Com os estudos e resultados desta pesquisa, espera-se contribuir com as políticas públicas para educação do campo nas escolas da zona rural do município de Paranaíba (MS) administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informa-se que a pessoa que concordar em participar da pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação. Informa-se também que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informa-se que é garantido total sigilo que assegure a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais do envolvido na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Maria Ângela Pereira Pedroso
Maria Ângela Pereira Pedroso

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, Abadia Paulino da Silva,
RG 149.458 e CPF 511.458.121-04, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui informado (a) pela pesquisadora Maria Ângela Pereira Pedroso dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso, confidencialidade da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Paranaíba (MS), 24 de Jan de 2023

Abadia Paulino da Silva
Assinatura do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vocês estão sendo convidados (as) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL – IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisadora Responsável: Maria Ângela Pereira Pedroso - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS.

Endereço: Rua Juscelino Kubishek de Oliveira, CEP 79500 - 000

Telefone: (67) 998982700

E-mail: mariangela_prof@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS

Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica

Telefone: 35031006

Email: pgedu.mestradopba@gmail.com

OBJETIVO DA PESQUISA: Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

A pesquisa ainda se propõe a produzir uma problematização dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o perfil histórico – educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS: Será utilizada como método principal a entrevista semiestruturada, ao qual será constituída por um roteiro de perguntas.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Informa-se que não há riscos e prejuízos de qualquer espécie para os participantes da pesquisa.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS: Com os estudos e resultados desta pesquisa, espera-se contribuir com as políticas públicas para educação do campo nas escolas da zona rural do município de Paranaíba (MS) administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informa-se que a pessoa que concordar em participar da pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação. Informa-se também que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informa-se que é garantido total sigilo que assegure a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais do envolvido na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Maria Ângela Pereira Pedroso
 Maria Ângela Pereira Pedroso

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, Ângela Aparecida de Almeida,
 RG000.549.966 e CPF 600.808.761-53, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui informado (a) pela pesquisadora Maria Ângela Pereira Pedroso dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso, confidencialidade da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Paranaíba (MS), 28 de Janeiro de 2023

Ângela Aparecida de Almeida
 Assinatura do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vocês estão sendo convidados (as) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL – IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisadora Responsável: Maria Ângela Pereira Pedroso - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS.

Endereço: Rua Juscelino Kubishek de Oliveira, CEP 79500 - 000

Telefone: (67) 998982700

E-mail: mariangela_prof@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS

Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica

Telefone: 35031006

Email: pgedu.mestradopba@gmail.com

OBJETIVO DA PESQUISA: Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

A pesquisa ainda se propõe a produzir uma problematização dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o perfil histórico – educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS: Será utilizada como método principal a entrevista semiestruturada, ao qual será constituída por um roteiro de perguntas.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Informa-se que não há riscos e prejuízos de qualquer espécie para os participantes da pesquisa.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS: Com os estudos e resultados desta pesquisa, espera-se contribuir com as políticas públicas para educação do campo nas escolas da zona rural do município de Paranaíba (MS) administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informa-se que a pessoa que concordar em participar da pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação. Informa-se também que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informa-se que é garantido total sigilo que assegure a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais do envolvido na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Maria Ângela Pereira Pedroso

Maria Ângela Pereira Pedroso

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, Damir de Oliveira Paula,
 RG 1.813.611 SSP/MS e CPF 489.302.701-82, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui informado (a) pela pesquisadora Maria Ângela Pereira Pedroso dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso, confidencialidade da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Paranaíba (MS), 28 de Jan de 2023

Damir Oliveira de Paula

Assinatura do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vocês estão sendo convidados (as) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL – IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisadora Responsável: Maria Ângela Pereira Pedroso - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS.

Endereço: Rua Juscelino Kubishek de Oliveira, CEP 79500 - 000

Telefone: (67) 998982700

E-mail: mariangela_prof@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS

Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica

Telefone: 35031006

Email: pgedu.mestradopba@gmail.com

OBJETIVO DA PESQUISA: Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

A pesquisa ainda se propõe a produzir uma problematização dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o perfil histórico – educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS: Será utilizada como método principal a entrevista semiestruturada, ao qual será constituída por um roteiro de perguntas.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Informa-se que não há riscos e prejuízos de qualquer espécie para os participantes da pesquisa.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS: Com os estudos e resultados desta pesquisa, espera-se contribuir com as políticas públicas para educação do campo nas escolas da zona rural do município de Paranaíba (MS) administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informa-se que a pessoa que concordar em participar da pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação. Informa-se também que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informa-se que é garantido total sigilo que assegure a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais do envolvido na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Maria Ângela Pereira Pedroso

Maria Ângela Pereira Pedroso

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, Januário Ricardo de Lima,
RG 004.805.024 e CPF 065.746.881-91, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui informado (a) pela pesquisadora Maria Ângela Pereira Pedroso dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso, confidencialidade da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Paranaíba (MS), 27 de Janeiro de 2023

Januário R. de Lima

Assinatura do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vocês estão sendo convidados (as) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL – IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisadora Responsável: Maria Ângela Pereira Pedroso - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS.

Endereço: Rua Juscelino Kubishek de Oliveira, CEP 79500 - 000

Telefone: (67) 998982700

E-mail: mariangela_prof@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS

Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica

Telefone: 35031006

Email: pgedu.mestradopba@gmail.com

OBJETIVO DA PESQUISA: Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

A pesquisa ainda se propõe a produzir uma problematização dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o perfil histórico – educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS: Será utilizada como método principal a entrevista semiestruturada, ao qual será constituída por um roteiro de perguntas.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Informa-se que não há riscos e prejuízos de qualquer espécie para os participantes da pesquisa.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS: Com os estudos e resultados desta pesquisa, espera-se contribuir com as políticas públicas para educação do campo nas escolas da zona rural do município de Paranaíba (MS) administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informa-se que a pessoa que concordar em participar da pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação. Informa-se também que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informa-se que é garantido total sigilo que assegure a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais do envolvido na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Maria Ângela Pereira Pedroso
Maria Ângela Pereira Pedroso

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, João Nunes da Costa,
RG 034.357 e CPF 324.205.751-34, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui informado (a) pela pesquisadora Maria Ângela Pereira Pedroso dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso, confidencialidade da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Paranaíba (MS), 28 de Janeiro de 2023

João Nunes da Costa
Assinatura do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vocês estão sendo convidados (as) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL – IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisadora Responsável: Maria Ângela Pereira Pedroso - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS.

Endereço: Rua Juscelino Kubishek de Oliveira, CEP 79500 - 000

Telefone: (67) 998982700

E-mail: mariangela_prof@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS

Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica

Telefone: 35031006

Email: pgedu.mestradopba@gmail.com

OBJETIVO DA PESQUISA: Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

A pesquisa ainda se propõe a produzir uma problematização dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o perfil histórico – educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS: Será utilizada como método principal a entrevista semiestruturada, ao qual será constituída por um roteiro de perguntas.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Informa-se que não há riscos e prejuízos de qualquer espécie para os participantes da pesquisa.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS: Com os estudos e resultados desta pesquisa, espera-se contribuir com as políticas públicas para educação do campo nas escolas da zona rural do município de Paranaíba (MS) administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informa-se que a pessoa que concordar em participar da pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação. Informa-se também que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informa-se que é garantido total sigilo que assegure a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais do envolvido na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Maria Ângela Pereira Pedroso
 Maria Ângela Pereira Pedroso

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, Maria Auxiliadora Demétrio da Silva Felix,
 RG 203.054 e CPF 294.338.431-34, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui informado (a) pela pesquisadora Maria Ângela Pereira Pedroso dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso, confidencialidade da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Paranaíba (MS), 25 de junho de 2023

Maria Auxiliadora D. da S. Felix
 Assinatura do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vocês estão sendo convidados (as) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A ESCOLARIZAÇÃO NA ÁREA RURAL – IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA PAULA DE OLIVEIRA PARANAÍBA (MS), 1970-1980.

Pesquisadora Responsável: Maria Ângela Pereira Pedroso - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS.

Endereço: Rua Juscelino Kubishek de Oliveira, CEP 79500 - 000

Telefone: (67) 998982700

E-mail: mariangela_prof@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS

Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica

Telefone: 35031006

Email: pgedu.mestradopba@gmail.com

OBJETIVO DA PESQUISA: Entender na perspectiva da história cultural o processo de constituição da educação no/do campo no município de Paranaíba/MS.

A pesquisa ainda se propõe a produzir uma problematização dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o perfil histórico – educacional da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Identificar o processo histórico cultural dos imigrantes que fundaram a comunidade em torno da Escola Municipal Dona Maria Paula de Oliveira;
- Inventariar as legislações do estado de MS e município de Paranaíba/MS sobre as diretrizes de educação para áreas rurais.

PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS: Será utilizada como método principal a entrevista semiestruturada, ao qual será constituída por um roteiro de perguntas.

POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Informa-se que não há riscos e prejuízos de qualquer espécie para os participantes da pesquisa.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS: Com os estudos e resultados desta pesquisa, espera-se contribuir com as políticas públicas para educação do campo nas escolas da zona rural do município de Paranaíba (MS) administradas pela Secretaria Municipal de Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informa-se que a pessoa que concordar em participar da pesquisa não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação. Informa-se também que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Informa-se que é garantido total sigilo que assegure a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais do envolvido na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Maria Ângela Pereira Pedroso

Maria Ângela Pereira Pedroso

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, Suelene Aparecida Rodrigues,
RG 35923.862-2 e CPF 366.235.630-72, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui informado (a) pela pesquisadora Maria Ângela Pereira Pedroso dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso, confidencialidade da pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Paranaíba (MS), 25 de Jan de 2023

Suelene Aparecida Rodrigues

Assinatura do participante